

Diário do Legislativo de 28/03/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adeldo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira(PPB) e Agostinho Silveira(PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Ailton PSDB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pedro PPB
Pinduca

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Hauelsen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Adauro

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PSB Presidente
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente
Ângelo

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSDB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Adauto	Anderson PMDB	
Deputado Rêmoló Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Faria	Luiz Fernando PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Vieira	Sebastião Navarro PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Gil Pereira	PPB	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton	PL	Presidente
Deputado Fábio Avelar	PPS	Vice-Presidente
Deputado Andrade	Antônio PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSDB	
Deputado Haueisen	Maria José PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George	PL	
------------------------	----	--

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson PMDB
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério PT
Correia,

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Viêira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pedro Pinduca PPB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente
Santiago

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB
Rezende

Deputado Amilcar PSDB
Martins

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio PMDB
Cunha

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor PL
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 138ª Reunião Extraordinária

1.3 - 139ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 26/3/2001

Presidência do Deputado Aílton Vilela

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Cristiano Canêdo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - José Henrique - Marco Régis.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Aílton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 138ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/3/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Amílcar Martins; aprovação da ata - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - 2ª Parte (Ordem do Dia): Requerimento do Deputado Sebastião Costa; deferimento; discurso do Deputado Rêmoló Aloise - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Andrade; discurso do Deputado Miguel Martini; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem; discurso do Deputado Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; discurso do Deputado Mauro Lobo; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Amílcar Martins, Antônio Carlos Andrade e Kemil Kumaira; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Paulo Piau; prorrogação da reunião; discursos dos Deputados Rêmoló Aloise, Ermano Batista e Durval Ângelo; questões de ordem; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez venho chamar a atenção desta Casa de que a ata lida pelo Deputado Wanderley Ávila não revela, na sua inteireza, o que aconteceu na última reunião extraordinária desta Casa. Deve-se levar em conta a importância dos pronunciamentos feitos aqui, que devem ser discutidos com seriedade, com a seriedade que os assuntos de interesse de Minas Gerais merecem. O conteúdo da ata, respeitando a assessoria da Mesa, volto a insistir, não me satisfaz.

Não acho que fui devidamente representado na manifestação que fiz ao povo de Minas Gerais e que estará refletida na ata. E, volto a dizer, refletida para o registro da história. As instituições fazem atas de seus atos para que isso fique registrado para gerações futuras, para que nossos filhos, nossos netos, os filhos e netos de nossos netos saibam o que aconteceu na Assembléia, de que forma a Casa se comportou diante desse ou daquele fato, diante desse ou daquele comportamento de um Governador que hoje conclama o Exército, um Governador golpista, que não respeita a democracia, que se finge de democrata, que finge que combateu o regime autoritário, mas que, agora, em campanha presidencial pelo Brasil afora, convoca as forças mais retrógradas desta Nação, numa clara demonstração de insatisfação com a democracia.

No entanto, as nossas manifestações, que ficarão registradas para a história, não estão refletidas na ata lida pelo Deputado Wanderley Ávila. Mais uma vez, registro a minha insatisfação e a minha repulsa e solicito novamente à Mesa que a ata tenha, no mínimo, a fidelidade aos fatos, em respeito ao nosso esforço. Estávamos aqui, e o povo de Minas Gerais sabe, porque a TV Assembléia está mostrando. A Oposição está presente, atenta, está cumprindo o seu dever cívico de fiscalização. Estávamos aqui cumprindo o dever de toda democracia, que é estabelecer o contraditório no Poder Legislativo. É disso que vive a democracia. Estávamos aqui para denunciar essa vergonha que está acontecendo hoje em Minas Gerais. Manifesto, portanto, Sr. Presidente, a minha insatisfação com a ata.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de dizer ao Deputado Amílcar Martins que V. Exa. está equivocado em relação à ata. O art. 41 do Regimento interno é bastante claro. Se V. Exa. não concorda, poderá propor a mudança do Regimento Interno. Estamos cumprindo-o, e as pessoas que querem ler os pronunciamentos dos Deputados poderão fazê-lo na página da Assembléia na Internet e também no "Diário do Legislativo". O que fazemos constar na ata, de acordo com o art. 41, § 1º, do Regimento Interno, é apenas um relato sucinto da reunião de ontem. Se V. Exa. achar que os seus eleitores, telespectadores, o povo de Belo Horizonte ou de Minas Gerais devem ter conhecimento da reunião, ela estará publicada no "Diário do Legislativo". Não havendo retificações a serem feitas, dou a ata por aprovada.

Questões de Ordem

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião, porque, como V. Exa. pode perceber, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Dimas Rodrigues - Recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados. Não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, para transferi-la ao Deputado Rêmoló Aloise. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, neste momento, o Plenário desta Casa inicia um processo de votação de extinção de quatro fundos. Não poderia deixar de vir a esta tribuna para expor algumas questões fundamentais para que pudéssemos, após a realização desta votação, ter um esclarecimento sobre o que se passa. No ano

passado, este Plenário aprovou as vendas das ações do Fundo SOMMA, do qual os municípios eram devedores. Isso aconteceu em junho do ano passado. Em novembro do mesmo ano, chegou a esta Casa um projeto de lei pedindo a extinção desse Fundo.

Quando vemos o balanço financeiro do Estado em 31 de dezembro, notamos que essas ações foram negociadas. Diante desses fatos, seria oportuno levantar alguns questionamentos a esta Casa. Se o balanço comprova que foram vendidas ações, seria fundamental que o Executivo, pelo menos, informasse onde estão os recursos referentes a essa venda. A autorização foi dada, mas, de acordo com ela, o objeto não poderia ser mudado. E, quando vemos o substitutivo proposto pela bancada do Governo, entendemos perfeitamente que aquilo que autorizamos vem de uma maneira incompleta. Fui o Presidente da CPI do Fundo SOMMA, autorizada por este Plenário em abril do ano passado. Se pegarmos, em uma seqüência, os dados e as datas referentes a ela, vamos notar como se iniciou a CPI desse Fundo. Houve uma autorização para a venda das ações dos fundos, um projeto extinguindo o Fundo SOMA e um balanço vendendo suas ações.

Então, Srs. Deputados, diante desses dados, encontramos um verdadeiro sarapatel, e não há como definir uma diretriz para votar esse projeto. Por isso, venho levantar uma questão de ordem à Mesa e ao Sr. Presidente desta Casa, Deputado de vários mandatos, que conhece os meandros desta Casa, que já participou da Mesa anterior, que já foi Corregedor e assume a Presidência com muita prudência e respeito por este Poder. Minha questão de ordem é simples, objetiva, clara e transparente. Entendo que seria necessário, sim, votar a extinção dos fundos, porque não há a mínima condição de esses quatro fundos, com um capital de 500 milhões, ficarem parados, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal - que entendo já deveria ter vindo há muito mais tempo - veio normatizar a administração pública e o dinheiro público. Sou totalmente favorável ao cumprimento dessa lei. Temos nossos compromissos. Mas estabeleceu-se, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, que todo administrador público precisa aplicar o recurso onde estiver alocado.

Então, Sr. Presidente, minha questão de ordem é pedir o mínimo possível. Sabemos dos problemas que o Governo enfrenta nos diversos setores: Executivo, Legislativo e Judiciário. Existem questões para as quais precisa haver um estudo mais profundo, porque existem divergências de idéias entre aqueles que assumem posições de responsabilidade. Minha questão de ordem é que, antes de proceder à votação da extinção dos fundos, pelo menos nos informem se o objeto da venda foi ou não cumprido. Não nos interessa saber como foi feito. Mas entendo, como Deputado, que o mínimo que deveria ser feito seria dar ciência desse assunto a todos nós, independentemente de cores partidárias.

Não se discute, neste momento, o PT, o PMDB, o PSDB e os outros partidos que aqui têm assento, mas sim em que local foram postos os R\$101.000.923,38 da venda das ações do Fundo.

Na condição de Presidente da CPI do Fundo SOMMA, temos um relatório. Recordo-me muito bem de que, há poucos dias, no Colégio de Líderes, assumimos o compromisso de que essa CPI deveria trazer dados semanais para não se tornar uma grande "pizzaria", como estampam as notícias do jornal. Procedemos, em menos de dez dias, a várias ações. Precisamos, no relatório final, colocar o saldo que está sendo transferido para o BDGM, para que possa, no projeto de extinção feito por esta Casa, ter uma diretriz de financiamento, não trocando, em hipótese nenhuma, o objetivo proposto no início de 1994. Por falar em 1994, ocasião em que já estava nesta Casa, autorizamos quatro fundos. Foi um verdadeiro festival de fundos. Hoje, lamentavelmente, temos de praticar uma "fundectomia" total, radical e indefinida para que o Governo possa resolver seus problemas. Não entrarei no mérito da "fundectomia" total, radical e irrestrita, com esvaziamento total, porque a necessidade dos fatos assim o fez.

Chamo a atenção de meus amigos Deputados, que sempre digo que esta Casa precisa discutir as questões maiores. Quando se colocam R\$500.000.000,00 na caixa do Estado, temos de fazê-lo de maneira correta, transparente, para que o Estado possa levar à frente seus projetos.

Sr. Presidente, espero de V. Exa. a resposta a essa questão de ordem para que o Executivo possa, no mínimo, dizer que o dinheiro se encontra aplicado na saúde, na educação ou no pagamento das aposentadorias dos funcionários do Estado. A nós já não interessa se o objeto foi trocado ou não. Este Deputado não discute o "anterior", mas quer discutir o que se está praticando nesta Casa.

Hoje, pela manhã, alguns jornais estamparam em sua página política que esta Assembléia não vota nada. Lamentamos profundamente. Vota-se sim. Nunca se votou tanto nestes últimos dois anos. Peguem as notas taquigráficas dos projetos que tramitaram nas Comissões e por este Plenário e vão ver que trabalhamos muito. Queremos votar, mas precisamos fazê-lo de maneira coerente.

Em 1994, criaram quatro fundos. Votamos, aprovamos, capitalizamos o Governo, e hoje, não sendo repetitivo, mas como médico e cirurgião-geral, uno a terminologia parlamentar à terminologia política: "fundectomia" total e radical. É isso que este Deputado quer deixar claro aos colegas desta Casa. Não quero incomodá-los, mas votar.

Mas, peço a V. Exas. que entendam que, por ser Presidente da CPI do Fundo SOMMA, cumpro com o meu dever do amanhã e quando já não aqui estiver, terei na memória que falei desta tribuna, por ocasião da extinção dos fundos, cumprindo o dever de Presidente de uma CPI e também cumprindo um dever com o meu Estado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Ilustre Deputado Rêmo Aloise, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo seu discurso oportuno, numa hora de grande responsabilidade do Plenário desta Assembléia Legislativa, quando o Governo que não tem governado Minas, não tem voltado suas vistas para o nosso interior, para as grandes dificuldades que atravessam nossos municípios, sem desenvolver uma ação de modernização do nosso Estado como requer a nossa gente em pleno século XXI, não tem feito nada para tirar Minas do atraso, principalmente no que diz respeito ao saneamento - quantas e quantas cidades ainda não são providas de água tratada de boa qualidade, e a população já reclama dessas águas e da falta de esgotos. É um Governo que não faz nada e quer extinguir uma fonte de financiamento para saneamento dos nossos municípios, criada pelos Governos anteriores.

Lembro-me bem do início deste Governo, que passou dois anos jogando pedras para trás, procurando destruir imagens de Governos anteriores, Governos que criaram e mantiveram um fundo como o SOMMA, alocando recursos para o desenvolvimento do saneamento básico em nosso Estado. E agora quer simplesmente acabar com esse Fundo. E o que nos causa mais espécie é a forma desesperada com que o Governo quer extinguir esse Fundo e passar a mão no dinheiro ali existente, fruto do financiamento externo do BIRD, com finalidade específica de financiamento para a modernização dos nossos municípios, com o incremento do saneamento básico no Estado. Esse desespero nos induz a fazer divagações às vezes as mais absurdas. É um desespero. O Governo mandou no ano passado, a esta Casa uma proposta de extinção do Fundo SOMMA e de transferência dos seus recursos para o caixa único do Estado e todos entendemos, à época, que era para o pagamento do 13º salário. Evidentemente, que não se precisava desses recursos para o pagamento de 13º salário, o mesmo porque ele acabou sendo pago, e seria um crime de lesa-Estado, porque os financiamentos do BIRD - ainda não conheço o contrato, embora esta Casa tenha procurado, e me disseram que só chegou aqui ontem, quando a matéria já está na ordem do dia há muito tempo - rezam que, se desviados da sua finalidade, o vencimento do contrato se dá de imediato. E o contrato do Estado de Minas com o BIRD é para vencer em 2008. O Estado, para passar a mão em R\$100.000.000,00 de imediato, vai ter que pagar R\$260.000.000,00, correspondentes aos US\$130.000.000,00 de recursos do BIRD para financiamento de saneamento. O Governo manda essa proposta, e a Casa a rejeita, no Colégio de Líderes. Ai querem nos colocar um chapéu, de uma forma extremamente desleal, com um Deputado fiel ao Governo, Deputado Márcio Kangussu, que tem ajudado demais o Governo nesta Casa e apresenta um projeto de manutenção dos fundos, com uma nova redação e o envolvimento de tal forma numa redação complexa e gongórica para que ninguém possa perceber, numa redação aprimorada do projeto apresentado pelo Deputado Márcio Kangussu. Quando esta Casa acorda, estávamos extinguindo o Fundo e transferindo os recursos para os cofres do Governo do Estado. Essa proposta já foi negada por esta Casa.

Vem novamente o Governo querer nos colocar esse chapéu. Quando coloca o chapéu na Assembléia Legislativa, o está colocando no povo mineiro, porque esta Casa não é nossa, não é de V. Exa., não é minha, não é do Presidente Antônio Júlio, é do povo de Minas. Estamos tão-somente representando o povo que para cá nos mandou como seus prepostos. A forma com que o Governo tem agido é um desrespeito a esta Casa. Desrespeita à Casa e a V. Exa., que preside a CPI do Fundo SOMMA. Por que faltar com o respeito com o Poder Legislativo? Por que usar de artifícios que não engrandecem a imagem do Poder Executivo? Por que o desespero para colocar a mão nesse dinheiro? É desrespeitoso que, havendo uma CPI sobre o Fundo em andamento na Casa, CPI tão bem presidida por V. Exa., se queira extinguir o Fundo para matar a CPI. Será que o Governo cometeu crime de responsabilidade ao passar a mão, indevidamente, nos recursos destinados a financiamento de saneamento no Estado? Fico a me perguntar se há alguma coisa por trás disso, nesse desespero do Executivo, que faz com que ultrapasse os limites do razoável e desrespeite o Poder Legislativo. Esse desrespeito comete-se com V. Exa., que preside a Comissão, com toda a Comissão, com todo o Poder Legislativo e com o povo de Minas. Talvez se tema que a CPI descubra crime de responsabilidade cometido pelo Governo do Estado. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo neologismo "fundectomia". Caiu muito bem.

O Deputado Rêmo Aloise* - Muito obrigado por seu pronunciamento, nobre Deputado Sebastião Navarro Vieira. Srs. Deputados, o momento é de sacrifício para todos nós. Tive a oportunidade de ser Vice-Líder de Governo por dois anos. Seguramos o estribo, puxamos o carro, demos ao Governo tudo o que foi possível.

Uma música de Martinho da Vila fala de "mulheres de todos os tipos e de todas as cores". Também na política há políticos de todas as cores. O Governador Itamar Franco já teve várias passagens por sua vida política. Se puxarmos pela memória, notaremos que já assumiu todas as posições ideológicas e partidárias. Em determinado momento, tem determinada

ideologia; em outro, adota posicionamento diferente. Para nós não é novidade. Entendo que também existem os itamares da vida, de todas as cores e de todas as idades, porque a política é dinâmica e necessita que se desempenhem diferentes papéis.

Esta Casa, em hipótese alguma, pelo menos num item, poderá votar a extinção dos fundos. Confesso que vou votar pela extinção. Há necessidade de se cumprir aquilo que foi determinado pelo poder maior, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas cumprir da maneira que a lei determina, ou seja, onde se vai gastar programando e objetivando aquilo que estamos entregando ao Governo Itamar Franco. O meu questionamento é o seguinte: em que local se encontra o dinheiro dos fundos? Devemos votar, vamos fazê-lo. Temos vários vetos para discutir. E, no meu entendimento, alguns vetos são mais relevantes do os que estamos discutindo hoje.

Votamos o orçamento num acordo de lideranças em que o Governo esteve presente. E aqui chegaram mais de 22 vetos. Vamos entrar na pauta dos vetos e encerrar essas discussões. É um ano longo de trabalho para os Deputados e para a Assembléia, mas que pelo menos nos deixem claro que o dinheiro existe, mas que foi objeto de outras ações que a Casa autorizou conscientemente. Esse é o meu posicionamento.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Rêmoló Aloise, quero cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento, por seu questionamento, que me parece fundamental. V. Exa. vem à tribuna com a responsabilidade de um Deputado experiente, de muitas legislaturas, para levantar uma questão que interessa a todos nós e ao povo de Minas Gerais. A destinação que se dá ao dinheiro público é uma questão que não pode ser camuflada. Não é possível aceitar que o Governador golpista Itamar Franco, que convoca o Exército contra a democracia, que está em campanha política e abandona os interesses do Estado, tente enfiar, goela abaixo, não apenas desta Assembléia, mas também do povo de Minas Gerais, atitudes, decisões, sem as devidas e necessárias explicações.

É grave o que V. Exa. questiona. É fundamental uma explicação clara, transparente, nítida, inequívoca por parte do Governo e de seus muitos representantes nesta Casa. O que não falta é governista nesta Casa, governistas competentes, sérios, pessoas honradas, que têm compromisso com a causa pública, com a democracia. Tenho certeza de que esses nossos companheiros, que hoje compõem a base governista de sustentação do Governo, terão um enorme prazer em explicar isso de forma clara, transparente, sem deixar margem a nenhuma dúvida. É uma oportunidade para eles.

O exemplo de Mário Covas mostra que política tem de ser feita com ética, com responsabilidade, com transparência, porque político não é sinônimo de falcatura nem de golpismo.

Ouvi atentamente o aparte do Deputado Sebastião Costa, que, quando fala, Minas Gerais inteira escuta. Ele tem a autoridade da sua experiência, da sua honradez, da sua seriedade e vem corroborar o questionamento feito por V. Exa.

Escutar essas vozes, que vêm a este Plenário estabelecer o contraditório e cumprir o nosso dever cívico de fiscalizar o Poder Executivo e de questioná-lo, faz parte da democracia. Só quem não sabe disso é o Governador, que não é democrata, que não gosta de conviver com a democracia, que por tantas vezes já desrespeitou esta Casa, desde a primeira eleição para a Mesa diretora - desrespeita sistemática e reiteradamente esta Casa. Não cometeria a leviandade nem a deselegância de acusar nenhum dos prezados Deputados da base governista de que existam ofertas de benesses disso ou daquilo para que tenham esse ou aquele comportamento. Pelo que conheço de todos, sei que nenhum deles seria capaz de, por 30 dinheiros, vender-se aos interesses do Executivo. Esta Casa é independente. O Presidente Antônio Júlio fez sua campanha com base na independência e na autonomia do Poder, e todos confiamos nele, como confiamos em cada um aqui - esta é uma Casa, um Poder independente. O Governador Itamar Franco não manda na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Não sou laçao do Secretário Hargreaves - ele não me diz e não determina que a Assembléia Legislativa vá votar no dia, na hora e do jeito que ele quiser. Não somos capachos do Governador nem do Secretário Henrique Hargreaves. E esta Casa está dando uma demonstração de independência e de soberania ao não obedecer ordens do Secretário do Governador golpista Itamar Franco; do Governador que convoca o Exército contra a democracia, do Governador anti-social e que não tem compromisso com o povo; que estava em Curitiba e hoje está em São Paulo, à custa do dinheiro público, não para representar os interesses de Minas, mas para fazer campanha para a Presidência da República. A verdade é esta, e a verdade tem de ser dita.

Mais uma vez, digo que quero ser contraditado aqui; quero ouvir alguém que fale em nome do Governo e que responda ao questionamento simples, claro, transparente e objetivo feito por V. Exa. Por que nós e o povo de Minas Gerais não temos o direito de ouvir o que V. Exa. pediu? É muito pouco, Deputado Rêmoló Aloise. V. Exa. é Presidente de uma comissão de inquérito! Tenho certeza de que o Presidente Antônio Júlio e que os Deputados desta Casa não deixaram de cumprir o seu dever cívico, o seu dever de independência: a Assembléia Legislativa e o povo de Minas Gerais não ficarão sem essas respostas. Confio na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Meus parabéns a V. Exa.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Encerrando minhas palavras e deixando claro que as pronunciei na condição de Presidente de uma CPI, queria lembrar novamente aos Deputados que por esta tribuna e por esta Casa já passaram figuras políticas que não podem ser esquecidas. Ao adentrarmos este Plenário, temos evocada a imagem de um homem que foi Governador do Estado e Presidente da República e cujo fim político foi trágico: Juscelino Kubitschek. Por esta Assembléia já passaram figuras que, com a maior dignidade, representaram este País em todos os setores políticos.

Assim, neste momento de profunda reflexão sobre a extinção desse Fundo, é fundamental lembrar aos colegas que devemos votar, sim, mas sem esquecer a obrigação maior de votar com a consciência tranqüila do dever cumprido. Sinto que esta questão de ordem não poderia deixar de ser posta aos Deputados.

Entendo perfeitamente o que é ser Presidente, o que é ser membro da Mesa desta Casa. Tive o imenso prazer de representá-los na Mesa por três vezes. Entendo a posição de Presidente, uma questão de ordem necessita de estudos, pareceres, mas tenho a certeza absoluta de que ficará registrado neste Plenário que pelo menos uma questão, antes da extinção, possa ser respondida: "Onde é que esse dinheiro se encontra?".

Finalizando, Napoleão Bonaparte derrotou o mundo. Conseguiu com sua força, com seu exército, arrasar o mundo, mas, assim como a águia, ao nascer, pega a sua plumagem, voa, alcança as alturas, no momento final, retorna ao ninho e falece. Então não podemos esquecer que os momentos passam, mas as palavras devem ser dirigidas com cautela, com prudência, com determinação, em uma tribuna, que é o lugar mais forte e mais sadio, onde todos os Deputados têm o direito de se pronunciar e ser respeitados.

Agradeço ao Presidente e solicito aos Deputados: vamos votar, mas, acima de tudo, vamos votar com o princípio basilar do nosso mandato, das exposições dos fatos. Obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Ocupo esta tribuna, após um comunicado do Prefeito de Uberaba, Marcos Montes. A imprensa de todo o País relatou o grave acidente ocorrido na BR-050, entre as cidades de Uberaba e Uberlândia. Estamos aqui para lamentar o acidente com uma van, que transportava estudantes, no qual 12 pessoas perderam a vida. Segundo informações foi em decorrência do mau estado de conservação dessa rodovia. Aliás, não é apenas essa rodovia que está em mau estado de conservação.

Talvez não seja o momento - porque o momento é simplesmente de pedir a Deus bênção e força para as famílias enlutadas -, mas não poderia de deixar, mais uma vez, de protestar contra a situação das nossas estradas, situação de abandono absoluto pelo Governo Federal. Aquela é uma rodovia federal, mas o Governo Estadual tem responsabilidade pelo estado das estradas de Minas. Cabe ao Governo essa negociação.

A partir de um rompimento político e administrativo, Minas Gerais está pagando caro pela situação em que nos encontramos. Esse fato lamentável, que acontece na cidade de Uberaba, vem nos dar forças para que esta Casa tome as providências, para que esta Casa possa exigir que o Governo do Estado se relacione com o Governo Federal e para que o povo de Minas Gerais exija que o Governo Federal pare de ficar gastando dinheiro com coisa miúda.

Sabemos muito bem que na BR-262, que liga Belo horizonte a Uberaba, existe uma cidade que está construindo quatro ginásios poliesportivos. Mas passando pela rodovia - passo nela sempre - é um risco de morte permanente. Onde está a prioridade do gasto do dinheiro público? Isso é falta de responsabilidade.

Portanto, essas pessoas que perderam a vida, ontem à noite, são vítimas da corrupção. Sabemos muito bem que por trás da construção de um ginásio poliesportivo está o dinheiro para os Deputados Federais fazerem caixa de campanha e outros tipos de corrupção. Nunca se viu tanta corrupção no Governo Federal. Está demonstrada ali a incompetência desse Governo, que está deixando as nossas estradas na situação em que se encontram. O problema é que não é só para evitar acidentes, isso encarece o nosso produto, e o Brasil perde

competitividade.

Quero finalizar a questão de ordem agradecendo ao Presidente, lamentando o episódio e deixando as nossas condolências às famílias enlutadas, que são vítimas, nada mais nada menos, da corrupção e da incompetência dos Governos que aí estão. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero solicitar o encerramento da reunião, já que, como V. Exa. pode observar, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, apresentei ontem uma questão de ordem que diz respeito à matéria colocada em pauta. V. Exa. não dividiu a reunião de hoje, e iniciamos a ordem do dia já com a matéria em votação. Como a questão de ordem precede a votação e V. Exa. afiançou a este Plenário que, antes de colocar a matéria em votação, responderia à questão de ordem, esta reunião não deveria ter acontecido.

Faço coro com o Deputado João Leite e peço a V. Exa. que encerre uma reunião que não deveria ter sido iniciada antes de V. Exa. responder à questão de ordem que precede a votação da matéria.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Sebastião Navarro Vieira que, conforme informamos ontem, a sua questão de ordem será respondida no início da votação do projeto. Estamos apenas discutindo o requerimento do Deputado Antônio Andrade.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, é regimental e faz parte da cultura desta Casa que o acessório acompanhe o principal. Estamos votando um requerimento relativo à votação dessa matéria. Acho que não há distinção entre a votação de um requerimento e a votação da matéria.

O Sr. Presidente - A Presidência informa novamente ao Deputado Sebastião Navarro Vieira que dará ciência da decisão no início da votação do projeto de lei. A Presidência poderia responder em qualquer momento, conforme era feito pelos outros Presidentes, que, quando havia questão de ordem de relevância, jamais as respondiam. Mas esta Presidência, atendendo à solicitação do Deputado Sebastião Navarro Vieira e acabando com essa tradição da Casa de não responder às matérias importantes, dará a resposta no início da votação do projeto de lei. Tendo em vista a importância da matéria em pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 32 Deputados, que, somados aos 14 que estão em reunião nas comissões, perfazem o total de 46 presentes. Há, portanto, quórum para a continuação dos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Antônio Andrade, em que solicita seja mantida a preferência regimental na apreciação da matéria em pauta. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que ocupam as galerias, estamos encaminhando um requerimento apresentado pelo Líder do Governo nesta Casa, Deputado Antônio Andrade: (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. seja mantida a preferência regimental da pauta da presente reunião".

Logicamente, queremos encaminhar de forma contrária a esse requerimento, uma vez que o próprio Regimento Interno prevê que, havendo o desejo, a preterição, ou a necessidade de se votar preferencialmente determinada matéria - e a pauta de votação está bastante extensa -, cada Deputado pode apresentar um requerimento solicitando a inversão da pauta, a preferência pela votação de determinada matéria, etc.

Mas o que quer o Líder do Governo com essa medida? Ele quer votar a matéria do SOMMA sem discussão, a toque de caixa, apesar de saber que, pela lógica, deveríamos esperar a conclusão dos trabalhos da CPI, que trata especificamente desse assunto. Veja, Deputado Adelmo, uma CPI é instalada para investigar possíveis irregularidades. Uma vez identificadas essas irregularidades, a Assembléia propõe ações corretivas, encaminha ao Ministério Público, quando for o caso, ou apresenta proposições de lei para corrigir os desvios ocorridos. Mas não. O Governo quer votar, através do requerimento de seu Líder, a toque de caixa, para atender a que interesses? Será que esse Governo teme que a CPI encontre questões comprometedoras que atrapalhem a votação desse projeto? O próprio Colégio de Líderes já deliberou pela prorrogação dos trabalhos daquela CPI, a pedido do Deputado Rêmoló Aloise, que é o seu Presidente. Segundo ele, existem casos graves e é necessário mais tempo para a conclusão dos trabalhos.

Então, não estou entendendo por que isso está acontecendo. Esse Governo se diz ético, moral, mas tem tantos casos de desvios, de corrupção. Poderíamos citar aqui os casos da dengue, do DER, da FHEMIG, da loteria, da FUNED, da PRODEMG...uma série de suspeitas. A cada dia surge um. E qual é a prática do Governo? Normalmente, ele corta a cabeça daquele que menos o incomoda e faz uma cortina de fumaça para parecer que resolveu todo o problema. Nós, como Deputados, como representantes legítimos do povo, temos de cumprir o nosso papel e trazer para a sociedade a verdade dos fatos. Por isso, não existe lógica em votarmos esse projeto, agora, de afogadilho.

Teríamos de esperar, necessariamente, a conclusão da CPI do SOMMA. Ai, sim, fariamos proposições corretivas, encaminhando ao Ministério Público para que fossem tomadas providências, se for o caso. Mas não pode ser assim, porque o Governo tem pressa de votar. Ele precisa explicar para esta Casa o que fez com os 102 milhões dos títulos que vendeu, que tinha de compor o patrimônio líquido do Fundo SOMMA e que não compôs. Ele tinha de explicar onde estão esses recursos.

Quando o Líder propõe a preferência regimental da pauta desta reunião, está querendo dizer: votem rápido para resolver um problema que este Governo já criou. O Governo quer pegar esses R\$500.000.000,00. Deputado Amílcar Martins, é mais de meio bilhão para saneamento básico, infra-estrutura em um Estado onde as pessoas estão morrendo de uma doença que já havia sido praticamente extinta, que é a febre amarela. Exatamente em um momento em que aparece uma epidemia de febre amarela, faltam saneamento básico e cuidados sanitários, o Governo diz: queremos pegar esses R\$548.000.000,00 e colocá-los no caixa único para resolver seus problemas de caixa, porque não conseguiu resolvê-los. Aquele débito que ele disse que era do Governo anterior, aumentou um pouco mais. Ele foi para a televisão dizer que havia resolvido os problemas de finanças do Estado e apresenta um balanço com um bilhão e quase trezentos milhões de déficit. Não mudou nada, piorou um pouco e ainda gastou quase meio milhão para dizer para o Brasil inteiro que tinha resolvido o problema de caixa do Estado.

Quando o Líder pede que seja votado dessa maneira, de afogadilho, não podemos concordar, porque queremos estabelecer o debate, trazer tudo aquilo que está escondido na intenção do Governo quando pede que se vote com pressa.

O Líder do Governo deve ter feito outros requerimentos para tentar calar a Oposição, mas não vai conseguir, porque o Regimento Interno desta Casa nos garante esse direito, que exigimos. Queremos cumprir nosso papel de denunciar, para que a sociedade saiba o prejuízo que terá se esse projeto for aprovado da forma que quer o Governo de Minas. Nem sei se podemos chamá-lo de Governo, estaria muito mais para desgoverno, mas de qualquer maneira, institucionalmente, é Governo.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estamos observando que no Plenário já não há Deputados para continuar a votação. Conteí apenas 12 Deputados presentes. Pedimos a V. Exa. que encerre a reunião por falta de quórum.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Solicito recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados, que, somados aos 10 em comissões, perfazem o total de 43 presentes. Há, portanto, quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elaine Matozinhos, público nas galerias, estamos nesta tribuna para encaminhar a votação do requerimento do nobre Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, também relator do projeto discutido. Coerentemente, o Deputado Antônio Andrade requer a manutenção da pauta desta reunião. Esse requerimento é muito parecido com o anterior, que também solicitava a votação pelo processo simbólico. Penso que guarda coerência com a tramitação desse projeto, que se assemelha a outros que vieram deste Governo à Assembléia Legislativa. Sempre vem no final do ano, ao apagar das luzes, como foi aquele "boeing" das taxas, que combatemos aqui no Plenário, com muita força. De alguma forma, pudemos mostrar à população de Minas Gerais o descabimento daquelas taxas que penalizavam a agropecuária e o cidadão de Minas Gerais.

Esse projeto veio no final do ano, no apagar das luzes. A princípio, tinha uma intenção. Ele foi usado, de alguma forma, para ludibriar o Plenário da Assembléia Legislativa. Aquele episódio foi lamentável. Esse projeto tramita na Assembléia Legislativa com tudo isso que estamos relatando e com essa pressa do Governo de votar dessa maneira. Ontem, às 18h30min, é que a Assembléia Legislativa teve vistas desse contrato do Governo do Estado com o BIRD. Até aquele momento, ninguém tinha conhecimento do contrato. Não sei, a situação pode até ser outra. Os Deputados da Oposição não conheciam o contrato. Não sei se os Deputados da base do Governo votaram esse projeto conhecendo o contrato celebrado entre o Governo do Estado e o BIRD. Até este momento não conseguimos desvendar tudo o que está nesse contrato denso, com muitas cláusulas. Ainda não temos conhecimento de todo o seu teor. Imagino que a base do Governo também não tenha. Então, o Plenário da Assembléia Legislativa não têm subsídios para votar uma matéria tão importante.

Não vimos a segunda parte do requerimento de ontem, que solicitava a votação pelo processo simbólico. Ora, é um absurdo votar simbolicamente sem conhecer os contratos, sem um debate aprofundado no Plenário da Assembléia Legislativa da extinção do Fundo SOMMA. Como Deputado, tenho a oportunidade de percorrer o Estado e conhecer os benefícios que o Fundo SOMMA tem levado a diversos municípios. A população de Minas Gerais foi beneficiada com esses recursos. Agora, vem o Governo e pretende que essa matéria seja votada dessa maneira, nessa velocidade e sem debate. Não podemos votar simbolicamente a extinção do Fundo SOMMA, em que a Assembléia Legislativa se debruçou, que foi discutido até à aprovação, em 1994. É isso que o Governo quer. É isso que quer o Secretário Henrique Hargreaves, de quem ouvi dizer, numa entrevista, que, quando quiser, vai voltar à Assembléia. Não estou a serviço do Sr. Hargreaves. Ele não manda em mim, não dá ordens no mandato que o povo de Minas Gerais me confiou, não faz a minha cabeça e não manda no meu voto. Votarei de acordo com o que penso ser, não com o interesse do Governo, do Governador Itamar ou do Sr. Hargreaves, mas com o melhor para a população do Estado. Extinguir simbolicamente os fundos que a Assembléia Legislativa já discutiu é um escárnio, é um desprezo pela população de Minas Gerais, é um desprezo pelos 400 mil cidadãos de Belo Horizonte que não têm saneamento básico e vivem nas vilas e nas favelas sem água e sem coleta de esgoto. É um escárnio votarmos dessa maneira. É inaceitável que a Assembléia Legislativa se dobre a essa ordem do Palácio da Liberdade e do Sr. Hargreaves de votarmos dessa maneira, simbolicamente, sem uma profunda discussão sobre a situação. É lamentável. E não podemos aceitar isso.

Quero parabenizar a atitude de várias Lideranças que estão de pé e não aceitam, sem uma discussão mais profunda, a extinção desse Fundo, que o Governo faz a Assembléia Legislativa engolir em regime de urgência. Ora, o que esperamos da Casa? Que rejeite o pedido de urgência e chame a sociedade e os 853 municípios que têm a expectativa de ser atendidos por esses fundos. Principalmente no grave momento por que passa Minas Gerais, com a volta de endemias que já julgávamos banidas do cenário do Estado, como a febre amarela e a dengue. Nossa população está sofrendo tudo isso, e o Governo pretende que votemos simbolicamente justamente os fundos que tratam dessa questão. Espero que a Assembléia Legislativa diga "não", derrube a urgência desse projeto, que possamos discutir, que possamos reunir as bancadas, a sociedade civil, os municípios e os Prefeitos, para discutirmos a destinação de mais de 500 milhões - é do que estamos tratando. E vamos votar simbolicamente? É inaceitável.

Por isso, Presidente, precisamos derrubar, na Assembléia Legislativa, esse pedido de urgência; precisamos de quórum qualificado; precisamos chamar a população para discutir esse golpe que será dado contra os municípios pobres, contra a população pobre, porque esse recurso irá para o caixa único do Estado, e ninguém o verá mais. Por isso, solicitamos, Presidente, que seja derrubado esse pedido de urgência, derrubado esse encaminhamento dado pelo Líder do Governo. Por fim, solicitamos o encerramento de plano desta reunião, pois não há quórum qualificado para votar matéria tão importante como esta. A Assembléia Legislativa tem de estar com o seu melhor quórum, com quórum qualificado, para discutir o destino e a situação da população mais carente de nosso Estado, carente mesmo do saneamento básico, que agora lhe é negado por este Governo que ainda pretende obter o apoio da Assembléia Legislativa. Que a Assembléia lhe diga "não"!

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião, para que em outro momento, com quórum qualificado, possamos dar uma resposta ao Sr. Hargreaves e ao Palácio da Liberdade: estamos do lado do povo.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Deputados integrantes da Mesa Diretora, parlamentares em Plenário, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Assembléia, senhores da imprensa, para mim, é muito interessante vir a esta tribuna nesta manhã, mesmo porque não era esse o nosso objetivo, e tudo fizemos para não ser necessário usarmos desse instrumento regimental. Era nosso desejo ter encontrado uma solução para o impasse que agora norteia o nosso estado de Oposição e daqueles que estão na Situação.

Aproveito este momento para lembrar a V. Exa. que a sua assessoria acabou de informar-me que este requerimento, embora a sua essência tenha o espírito de contrariar um outro de minha autoria, reconheço que este foi apresentado primeiro. Caso contrário, estaria aqui para levantar uma questão de ordem, considerando que o requerimento que apresentei é exatamente o inverso do que este deseja.

Com este requerimento, o combativo Líder do Governo quer, claro, cumprindo determinação governamental, impedir que a Oposição exerça aqui o papel preponderante de mostrar à opinião pública de Minas Gerais, de mostrar ao Estado de Minas que, com o passar do tempo, com a concentração econômica em algumas cidades, com a política governamental voltada para os centros urbanos, se transformou, como de resto quase todo o Brasil, num país de urbanos.

Hoje, temos 72% da população morando nas grandes, médias e pequenas cidades de Minas Gerais. Essa abordagem é para mostrar àqueles que nos ouvem no Plenário e nos assistem através da TV Assembléia que o que estamos fazendo não é oposição pura e simplesmente, estamos demonstrando consciência de que desses 72% de mineiros que moram nos núcleos urbanos, grande parte deles não tem água, não tem esgoto e não tem ruas pavimentadas.

Quero lembrar que, quando se constitui uma CPI, ela deixa de ser o instrumento daqueles que a compõem para passar a ser o órgão, o braço, a voz, o instrumento do Poder Legislativo. Essa CPI instalada com o apoio do Colégio de Líderes desta Casa teve a sua vigência prorrogada por alguns dias e ainda não concluiu seus trabalhos. Por essa razão, entendemos que, enquanto a CPI não tiver concluído seu trabalho, se forem extintos os fundos, estaremos eliminando a possibilidade de qualquer punição de culpados.

Estamos extinguindo o objeto que deu origem à investigação. Seria, na linguagem jurídica, como extinguir o inquérito policial, antes mesmo do relatório final. Por isso, estamos fazendo um apelo ao Presidente desta Casa, como fiz ontem no Colégio de Líderes, mas não tive grande ressonância. Quando lembrei que seria prudente à Assembléia Legislativa, e quero lembrar isso à opinião pública de Minas Gerais, não somos nós que não queremos votar, é o Governo que insiste em aprovar, em regime de urgência, a extinção de fundos que ainda estão sendo objeto de investigação. Nós estamos querendo votar. Ontem, no Colégio de Líderes, falei ao Presidente se seria possível consultar o Sr. Governador, para que concordasse com a retirada do regime de urgência e permitisse que a CPI concluísse os trabalhos, déssemos seqüência ao restante dos projetos e vetos que estão na pauta, e a partir daí a Assembléia Legislativa estaria cumprindo o seu papel preponderante, que é o de votar, e o Governo, naturalmente, com a base sólida que tem, poderia noutro momento aprovar

a extinção dos fundos. Mas não recebi nenhum aceno nesse sentido.

O que acontece é que o Governo insiste em extinguir os fundos antes mesmo de votar outros projetos. E pergunto: como fica a política de saneamento no Estado? Como ficam os municípios, os bairros, as grandes favelas, que não têm sequer rede de esgoto, algumas nem mesmo água tratada?

Como disse e repito, a concentração econômica e as indústrias direcionadas para algumas regiões do Estado transformaram Minas, um Estado de grande população rural em outros tempos, num Estado, como de resto grande parte do Brasil, de grande população de urbanos.

Quando se trata de um fundo da importância desse, o que queremos não é retardar a votação, mas apenas adiá-la por alguns dias. Por que não retirar o regime de urgência e votar as outras matérias da pauta? Terminados os trabalhos da CPI e concluído o seu relatório, tenho certeza de que a opinião pública dos municípios diretamente ligados às questões apuradas pela CPI terá interesse direto em ver concluído o que ali se propôs fazer. O que queremos fazer, aprovando a extinção dos fundos, é, de fato, extinguir a punibilidade de alguma pessoa envolvida em desmandos dos recursos do SOMMA.

Volto a apelar à consciência cívica dos parlamentares da base de apoio do Governo. Vamos fazer um trabalho de conscientização com o responsável Líder do Governo, para que ele, como porta-voz da Maioria desta Casa, possa interceder junto a S. Exa. e aos órgãos de Governo, para permitir que a Assembléia trilhe o seu caminho natural, permitindo que a conclusão da CPI nos dê inspiração, convicção e tranquilidade para votar ou não a extinção desses fundos.

Quero também, Sr. Presidente, na oportunidade em que estão presentes os Deputados Anderson Adauto e Kemil Kumaira, dois ex-Presidentes desta Casa, prestar as nossas homenagens a eles. E, ao concluir, repetir que é preciso ter consciência do que vamos fazer. Não basta querer extinguir um fundo antes mesmo de concluir as devidas apurações. É isso que queremos. Desejamos o apoio da opinião pública de Minas Gerais, queremos ter oportunidade de, retirado o regime de urgência dessa matéria, ouvir setores diretamente interessados - entre eles o Deputado Fábio Avelar - que conhecem como poucos as questões de saneamento básico e outras fundamentais. Diria que o saneamento é a base para a saúde, para a educação ambiental e para muitas outras virtudes.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Quero relembrar a V. Exa., Sr. Presidente, que, apesar do empenho e do sacrifício de alguns Deputados da base de Governo, do Líder do Governo e até de V. Exa., continuamos sem o número necessário de Deputados em Plenário. E fica aqui a minha dúvida regimental: "Como, no processo de votação, podem ser contadas também pessoas que estão nas comissões se o voto é dado em Plenário?". A não ser que, com a modernidade, fosse permitido votar onde se está, mas aí o Plenário perderia a sua importância maior.

É por isso, Sr. Presidente, que solicito a V. Exa., como pessoa justa e equilibrada em suas decisões, que determine de plano o encerramento da reunião, para permitir que, na parte da tarde, num processo de reflexão ainda maior, todos possamos nos conscientizar da importância do saneamento, da urbanização e da qualidade de vida para a população carente dos nossos municípios.

O Deputado Márcio Cunha - Recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados, que, somados aos 9 em comissões, perfazem o total de 43 presentes. Há, portanto, quórum para continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na tribuna para, mais uma vez apreciar o requerimento do ilustre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Antônio Andrade. Na forma regimental, ele requer ao Presidente que seja mantida a preferência da pauta desta reunião. Como eu disse ontem, entendemos a pressa do Governo. Ele tem urgência em resolver o problema do SOMMA. A Lei de Responsabilidade Fiscal será um marco na administração deste País. Ela estabelece que o Estado não pode conceder, diretamente, empréstimos aos municípios. O Governo não pode favorecer alguns municípios porque o atendimento político-partidário no Brasil, principalmente em épocas eleitorais, acontece com maior frequência. Em face disso, temos uma posição em nossa bancada.

O Governador pediu muita urgência na aprovação dessa matéria. Em face disso, raciocinamos de duas formas: primeiro, que isso se deu realmente para cumprir a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, remete-nos a uma posição de precaução, porque já foi iniciado o processo eleitoral para as próximas eleições. Como haverá eleições, logicamente o Governo precisa honrar seus compromissos. Mas, sobretudo, ele tem necessidade de fazer caixa para a próxima campanha eleitoral, não apenas no Estado, porque o Governador pretende a Presidência da República. Então, precisamos pensar como vamos trabalhar, porque ainda não temos uma lei eleitoral bastante clara quanto aos gastos de campanha.

Como no Brasil a cultura do jeitinho brasileiro é cada vez mais praticada, no aspecto formal da contabilidade pública, nada aparece. Mas do lado informal, do lado da esperteza, muitas vezes se faz caixa com o dinheiro do povo. Não estamos dizendo que isso vá acontecer, mas temos que tomar todo o cuidado, como poder fiscalizador. É nessa vertente fiscalizadora do Poder Legislativo que quero reafirmar a importância deste Poder. Ele tem evoluído de oito anos para cá, principalmente a partir das reformas ocorridas no Governo Fernando Henrique. Hoje, vivemos incontestavelmente em um Estado democrático de direito. Vivemos em um ambiente de democracia, de liberdade. Por isso mesmo, temos uma grande responsabilidade como Poder fiscalizador. O Poder Legislativo é muito importante nesta hora.

Temos de refletir bastante, ao decidirmos votar este projeto em regime de urgência. O Sr. Governador solicitou regime de urgência, que foi aceito. Foi levantada uma questão de ordem do PFL, pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira, que será respondida antes da votação desse projeto, exatamente para não atropelar a análise da extinção do Fundo SOMMA.

Como disse o relator nesta manhã e como já estamos sabendo pelos consultores, se pesquisarmos o Fundo SOMMA, não só ele, mas também os outros que estão agregados, somam-se mais de R\$500.000.000,00. Temos de analisar bem, porque, segundo o relator, que está estudando profundamente essa proposta, estribado nas informações do próprio Governo, de seus órgãos administrativos, a parte contábil desse Fundo, o mapa dos gastos e dos destinos do dinheiro encontram-se bastante nebulosos, não se chega à conclusão de que se prestaram contas devidamente desse Fundo.

Até que a CPI conclua seus trabalhos, não temos condições técnicas nem contábeis para entender os dispositivos do contrato que regem o Fundo SOMMA, pois não temos condições técnicas de conhecer todos os contratos. Se isso está nebuloso, se não temos a visibilidade real do Fundo SOMMA no momento atual, como vamos votar essa extinção sem terminar uma CPI que se instalou exatamente para conhecer as mazelas e incorreções que houve?

Não se precisa argumentar melhor por que já se evidenciam as premissas maior e menor e também a conclusão expressa pela incoerência da urgência solicitada.

Diante desse impasse, o que seria de bom juízo para esse Poder adotar, neste momento, é aguardar o relatório final do Fundo SOMMA para depois transferir todos os recursos dele e dos outros fundos, como foi proposto, para o BDMG como gestor.

O BDMG é um órgão técnico, todos sabemos, em que pese a muitas vezes ser Diretor indicado pelo Governador do Estado. Não estamos preocupados com isso, pois sabemos que esses recursos serão geridos com probidade.

Devemos remontar ao passado. Esta Casa, muitas vezes, contrariando o Regimento Interno ou a proposta de muitos partidos, geralmente de Oposição, recusa-se, num primeiro momento, a votar em regime de urgência matérias que não estão bem esclarecidas. Mas, por circunstâncias da pressão de um governo presidencialista, vota-se de afogadilho. Fazemos um apelo para que este Plenário reflita bastante sobre sua responsabilidade e o que está assumindo.

No momento, nós, da Bancada da Oposição, não estamos dispostos a votar o Fundo SOMMA, até que tenhamos o relatório final da CPI.

Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, tendo em vista a presença de poucos Deputados em Plenário, peço a V. Exa. que encerre a reunião.

O Deputado Márcio Cunha - Solicito a recomposição de quórum, ilustre Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados, que, somados aos 9 em comissões, perfazem o total de 39 presentes, número suficiente para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, o Deputado Kemil Kumaira. Na sua ausência, com a palavra, a Deputada Maria Olívia. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Mauri Torres.

Questão de Ordem

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, acolhendo o chamamento de V. Exa., corri rapidamente para estar aqui e ocupar a tribuna. Peço a V. Exa. que considere o meu ingresso, ainda a tempo de ocupar a tribuna.

O Sr. Presidente - Como V. Exa. não estava presente no momento da chamada, terá todo o tempo necessário assim que encerrarmos a chamada dos Deputados inscritos.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, estava presente porque cheguei na hora em que V. Exa. ainda não havia anunciado a minha ausência. Solicito que reveja a minha posição, já que V. Exa. não tem nada a perder em considerar a minha presença neste momento em Plenário. Como democrata que é e em consideração ao trabalho que temos efetuado nesta Casa ao longo dos quase 30 anos de vida pública, acho que mereço a sua consideração para que possa ocupar a tribuna, como é do meu desejo e é o compromisso que tenho com o meu partido.

O Sr. Presidente - V. Exa. tem toda a compreensão desta Presidência, mas falará depois de chamarmos os outros Deputados inscritos na sua frente. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, sempre temos ouvido uma indagação: o que está havendo com o andamento desse projeto, que extingue o SOMMA e outros fundos e transfere esses recursos para a conta única do Tesouro, parcelando para a capitalização do BDMG?

Já há algum tempo temos acompanhado a gestão dos diversos fundos que são geridos pelo Governo do Estado. O Governo, usando até uma prerrogativa legal, vai transferir os recursos desses fundos para a sua conta única.

Há dois anos tivemos uma CPI denominada CPI para Verificar os Possíveis Desvios dos Fundos. Estávamos no início deste Governo, e havia um sentimento da Situação de atacar o Governo anterior. Estavam à procura de desvios. Por isso, ela foi denominada assim.

Particpei dessa CPI, representando nosso partido, e o que vi ali não foi uma vontade de apurar, mas uma denúncia vazia. Há dois anos, recebemos a visita de várias autoridades do Governo, que vinham criticar o Governo anterior por ter-se utilizado dos recursos de diversos fundos, encaminhando-os para a conta única.

O então Secretário do Planejamento disse, em certo momento, com relação aos recursos de fundos administrados pelo BDMG: "Foi constatada pela auditoria solicitada uma perda de R\$27.000.000,00 em razão da transferência dos recursos financeiros das contas específicas dos fundos administrados pelo BDMG para o caixa ou conta única do Estado, uma vez que os recursos passaram a não ser aplicados e remunerados. O BDMG enfrentou dificuldades junto aos tomadores de recursos em razão do não-cumprimento dos cronogramas contratados. No total, foram retirados das contas desses fundos R\$133.582.000,00. Como em 31/12/98 o caixa único apresentava um saldo de R\$ 19.000.000,00, verifica-se que os recursos vinculados foram utilizados para fins diversos dos previstos em lei". Essa é a afirmação do Secretário do Planejamento à época. Mas, quando reclama que o Estado não remunerou os fundos, esqueceu-se de avaliar que o fundo é do próprio Estado. E seria muito interessante o Estado remunerar a si mesmo, por ter tomado emprestado aquele recurso.

Bem, no relatório dessa CPI, há vários outros depoimentos seguindo a mesma linha de crítica ao Governo anterior. Àquela época, eu já dizia que o atual Governo estava fazendo a mesma coisa, está seguindo a mesma orientação, e é legal. É claro que diversos programas podem ser prejudicados, se o recurso não estiver disponível, mas afirmar que seria um desvio era um absurdo. Tanto é que essa CPI caiu no vazio, e não se conseguiu chegar a um conclusão a não ser àquela totalmente direcionada para que se atacasse a pessoa do então Governador Eduardo Azeredo.

Mas neste Governo, vimos o Estado utilizar-se cada vez mais desse expediente - levar mais recursos para o Tesouro, para facilitar o seu fluxo de caixa. Mas quando, com essa proposta de extinção de fundo, o próprio Estado dele retirou R\$102.000.000,00 no dia 28 de dezembro, por meio das vendas de títulos federais, vem dizer que até concorda que uma parte seja para o aumento do capital do BDMG. Só que é uma parte relativamente pequena, e, mais ainda, o Substitutivo nº 7 não prevê uma data fechada, mas liberações semestrais futuras. É com isso que não concordamos. Se realmente queremos aproveitar a extinção do fundo para fortalecer o BDMG, o que é o fortalecimento da economia de Minas, não será dessa forma. Não é assim que vamos conseguir atingir esse objetivo. É por isso que queremos discutir esse projeto mais a fundo, exatamente para encontrar um caminho que permitisse ao Estado capitalizar o Banco de Desenvolvimento, mas num prazo mais curto e em volumes maiores, porque o Banco precisa dessa capitalização. Caso contrário, não poderá cumprir os objetivos para os quais foi criado.

Questão de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, nota-se a ausência de vários Deputados em Plenário. Solicito a V. Exa. que encerre esta reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados; há 7 Deputados em reuniões de comissões, perfazendo 40 Deputados. Há, portanto, quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuamos nessa trincheira cívica, em defesa dos interesses de Minas. A Oposição, nesta Casa, não abre mão dos seus direitos; a Oposição, nesta Casa, não abre mão de estabelecer, como prevê o funcionamento da democracia, o contraditório e de denunciar ao povo de Minas Gerais o que acontece nos porões de um Governo corrupto, o que acontece na calada da noite, num Governo que não assumiu as suas funções, não honrou o mandato para o qual foi eleito, nem, ao menos, fica em Minas Gerais. Quantos dias o Governador golpista Itamar Franco permaneceu fora de Minas Gerais? Quantos dias? Esta é a pergunta que deixo no ar, para que os mineiros respondam. Quantos dias ele ficou no Hotel Glória, no Rio de Janeiro? Quanto dias ele ficou em São Paulo? Quantos dias ele ficou no "road show"? Todos os mineiros se lembram dos seus dois primeiros anos de Governo. Ele dizia que iria fazer um "road show". Quantos dias à custa do dinheiro do contribuinte mineiro, à custa do povo sacrificado de Minas Gerais? O Governador Itamar Franco montou um circo de cavalinhos, exercendo um papel peculiar nesse circo, um papel que, em respeito à dignidade do cargo, não posso nominar neste momento. Quantos dias? Quanto tempo? Quanto custou para o povo de Minas Gerais a obsessão do Governador em querer voltar a ser Presidente da República?

Agora estamos em grandes dificuldades, dificuldades de toda a natureza, dificuldades de natureza econômica por culpa desse mesmo Governo, que afastou investidores, não cuidou de atrair novos investimentos para Minas, prejudicou tanto os interesses do povo, da economia de Minas Gerais. Estamos em um momento de dificuldades, de apreensão para o povo e para o Governo de Minas Gerais. Entretanto, mostrando uma insensibilidade difícil de se encontrar na vida pública, o Governador Itamar Franco prefere anunciar sua preferência e filiação partidária, anunciar sua decisão de se candidatar, no final do ano que vem, a Presidente da República e prefere sair, mais uma vez, em caravana, pelo Estado, à custa do dinheiro do povo de Minas Gerais. Ele prefere passear, fazer proselitismo político, insultar as pessoas, desrespeitá-las e, mais grave agora, desrespeitar as instituições brasileiras, quando faz uma convocação às forças mais retrógradas deste País, às forças que ele diz, mas ninguém acredita que ele combateu no momento da ditadura. Ele convoca essas mesmas forças, desrespeitando as instituições que são encarregadas de fiscalizar o Poder Executivo, desrespeitando o Ministério Público, desrespeitando todas as instituições, como um golpista que é, inimigo da democracia. Ninguém mais poderá chamar o Governador Itamar Franco de democrata. Ele já tinha mostrado, várias vezes, em relação a esta Casa, que não sabe respeitar a autonomia de outros Poderes. Agora mostra, mais uma vez, a sua disposição de desrespeitar as instituições; tem a coragem de, em público, chamar a intervenção das Forças Armadas em uma manifestação de natureza golpista. Depois, tenta recuar, mas o povo não é bobo. Nós sabemos.

Eu sei e os brasileiros sabem que o Governador Mário Covas combateu a ditadura e pagou por isso. Ele pagou com a perda do mandato e com a prisão. O Presidente Fernando Henrique Cardoso combateu a ditadura e pagou com a prisão também.

Deputado, V. Exa. sabe, melhor do que eu, que, nesta fase, não são permitidos apertes. Gostaria de lhe conceder o aparte, mas V. Exa. terá muitas oportunidades de fazê-lo hoje, à tarde, à noite, de madrugada, de fazer a defesa do seu Governador, de um Governador golpista. Certamente, é isso que V. Exa. quer fazer, mas não poderá fazê-lo agora, porque o Regimento não me permite. V. Exa. terá muitas oportunidades de defender este Governador, que já manifestou, por várias vezes, apreço por sua pessoa, por sua família. Ainda assim, não lhe posso conceder este aparte.

Não queremos fazer como o Governo, que quer empurrar suas decisões, goela abaixo, à população de Minas Gerais e a esta Casa. Nós, da Oposição, somos democratas. O Governador Itamar Franco hoje convoca as forças de extrema-direita, as forças mais conservadoras, mais retrógradas do Brasil, na tentativa de obter apoio à esquerda e à direita, na sua indefinição política.

Mas isso não é novidade, porque ele já passou pelo espectro político de todos os partidos. Foi Vice-Presidente de Collor de Melo. Esse é o seu maior galardão em sua trajetória política. Graças a isso, chegou, de uma forma indireta, pelas portas do fundo, à Presidência da República. Assim, virou Presidente da República.

Este Governador, que foi Vice de Collor de Melo, agora convoca as Forças Armadas, convoca as forças de extrema-direita. Ele fala para antigos oficiais da reserva, que representam o que existe de mais retrógrado, mais atrasado, mais fascista neste País. Este Governador, que se diz democrata, diz que combateu a ditadura, tenta nos enganar.

Posso dizer, e meus companheiros são testemunhas disso, que combati a ditadura. Fui preso, fui processado, paguei o preço por combater a ditadura. Qual foi o preço pago pelo Governador Itamar Franco? O Governador gosta, sim, de convocar as forças de extrema-direita, em desrespeito às instituições.

Sr. Presidente, vejo que a maioria dos Deputados já não se encontra em Plenário; gostaria de falar para um Plenário cheio, pleno, repleto de Deputados, para que possam ouvir o que a Oposição tem a dizer sobre o que está em pauta, tem a dizer sobre este Governador, que, num momento de crise da saúde pública de Minas Gerais, fica com medo da febre amarela. Deve ser por isso que saiu de Minas, está em Curitiba e São Paulo. Nós, o povo de Minas Gerais, estamos aqui. O povo de Minas Gerais não fugiu. O Governador não precisa se acovardar tanto. Não há razão para esse temor excessivo.

Ele deveria estar solidário com o povo, em vez de estar fazendo proselitismo político, campanha política, desrespeitando as instituições. Ele deveria estar junto do povo, solidário, tomando providências para que a febre amarela pare de vitimar a população pobre do nosso Estado. Era isso que ele deveria estar fazendo. No entanto, está passando alguns dias em São Paulo, articulando-se com um grande democrata: Quéricia. Está se articulando com as forças retrógradas do nosso País.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, prezados Deputados, telespectadores da TV Assembléia, ao fazer o encaminhamento do projeto de lei que propõe a extinção do SOMMA, gostaria de trazer à Casa uma discussão mais direta, mais objetiva, mais clara, mais transparente. Tenho visto, por parte de alguns parlamentares da base governista, que o debate não tem sido verdadeiro. São ditas coisas que não correspondem à verdade nem à intenção do Governo. O grande debate está na proposta de extinção do Fundo SOMMA e de outros fundos. Com isso acabam os programas, e o dinheiro todo vai para o Tesouro. Essa conversa de que tal extinção visa atender à Lei de Responsabilidade Fiscal - concordamos que existe essa exigência - e de que os recursos para a continuação do programa estariam assegurados é mentira.

Com base na lei complementar existente, sabemos que os recursos irão, automaticamente, para o Tesouro. Não se garante programa nenhum. Tudo é conversa. E vamos falar a verdade: esse dinheiro já não existe, foi gasto pelo Governo e é por isso que ele está precisando de votar, com urgência urgentíssima, a extinção do Fundo, para consertar a lambança contábil do Tesouro. É preciso regularizar o gasto indevido do dinheiro. Ele foi gasto, sim, com outras questões. Mas, contabilmente, tudo está em aberto. Então, é preciso que exista uma lei extinguindo o programa, para regularizar os gastos que já foram feitos. O dinheiro já não existe.

Ao contrário, estamos propondo que o Fundo não seja extinto e os seus recursos - se é que ainda existem, estamos convictos de que não - sejam transferidos para o BDMG. Com essa transferência, aí, sim, o Programa SOMMA estaria garantido, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não impede que o BDMG faça financiamentos para as Prefeituras. Queremos garantir que elas tenham acesso a esse dinheiro, mas o Governo, não. Ele quer, apenas, liquidar contabilmente, por causa da exigência legal. O Governo está fugindo da manutenção do programa. Esta é a verdade. Queremos garantir a existência do programa.

Em junho ou julho passado, o Governo vendeu títulos do Tesouro Nacional - com autorização para fazê-lo - para, com os recursos apurados, capitalizar o BDMG e esse programa. Mas o que ele fez? Vendeu os títulos e não capitalizou o programa. Torrou o dinheiro.

A CPI do SOMMA apresentou requerimento pedindo informações ao Governo para saber em que foi o dinheiro apurado com essa transação. Gostaria de indagar à Mesa em que pé está a situação desse requerimento. É preciso que ele chegue ao Governo e volte a esta Casa com a informação e com a mesma urgência que o Governo quer dar à votação desse projeto. O Governo quer correria para se votarem as coisas sem o devido esclarecimento. Em que foi aplicado o dinheiro que o Governo apurou com a transação desses títulos, que deveriam estar no BDMG, financiando prefeituras? "Debaixo desse angu, tem peixe". O Governo, com essa correria, está tapando o sol com a peneira. Existe uma sucessão de erros e falhas, e o Governo pode, inclusive, ser denunciado por crime de responsabilidade, porque está usando e aplicando o dinheiro com destinação indevida, sem autorização legislativa. Agora, quer que a Assembléia vote, na correria, essa extinção, para tentar um "ad referendum" desta Casa, tentando consertar os erros praticados no passado. Esse é o real motivo do Governo para se votar com urgência a extinção do Projeto SOMMA.

O Governo quer resolver seu problema de responsabilidade com os gastos indevidos que fez, não está pensando em município coisa nenhuma, como não pensou nos funcionários no final do ano. Já sentindo essa aflição, no final do ano passado, o Governo disse que era necessário extinguir o SOMMA porque precisava dos recursos para a folha de pagamento dos servidores. O SOMMA não foi extinto ano passado, e o dinheiro para pagar os servidores apareceu. Agora, o Governo vem dizendo que precisa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É curioso como o Governo do Estado levanta inconstitucionalidades, brigas e trincheiras contra o Governo Federal, dizendo que dezenas e dezenas de providências são inconstitucionais, mas não cumpre várias decisões e recorre à justiça para não cumpri-las.

Com relação ao Programa SOMMA, o Governo aceita calado; por que não contesta a Lei de Responsabilidade Fiscal? Por que não argüi a inconstitucionalidade desse dispositivo em defesa dos municípios mineiros? Porque convém ao Governo essa extinção, para consertar o problema contábil do Tesouro, pois usou indevidamente, por duas vezes, o dinheiro dos títulos do SOMMA que foram vendidos.

A verdade é que o Governo desviou esses recursos e agora precisa de uma lei para poder zerar, equacionar e colocar um ponto final na lambança contábil e financeira que foi feita no Tesouro do Estado. Daí a aflição. Com a extinção do Programa SOMMA, como é que o Governo vai atender aos municípios mineiros, se o dinheiro vai para o Tesouro? Se o dinheiro não existe, é tudo jogo de contabilidade, como é que vai atender aos municípios mineiros? Estão tentando inverter o jogo, acenando com inverdades para os municípios, para que os Prefeitos, no afã de conseguir recursos, diante da carência de verbas e financiamentos junto ao Governo, pressionem os Deputados.

Mas fiquem sabendo, Srs. Prefeitos, tudo isso é manobra. O Governo não está preocupado com município nenhum, o dinheiro não existe, já foi gasto. Com a extinção do Fundo, da forma que está sendo feita, o dinheiro irá para o Tesouro, e não para o BDMG.

Vi alguns parlamentares interessados, bem-intencionados, apresentando emendas, querendo garantir recursos para a área de saneamento em Belo Horizonte e outros municípios, mas tudo isso é conversa fiada. O dinheiro não existe, e o Fundo e o programa vão acabar. Não há programa ou o que financiar. Se os recursos, pelo menos da área contábil, fossem transferidos para o BDMG, haveria a possibilidade de se fazerem os financiamentos. Mas não vai haver isso, o dinheiro vai para o Tesouro. É tudo conversa fiada.

A base do Governo precisa estar atenta, pois, se o Governo está prometendo subvenção, financiamento para prefeituras de sua base, fundamentado nesse projeto, "Inês é morta", isso não existe, é mentira. Está liquidado o Programa SOMMA, tudo está jogado por terra; apenas vai facilitar para o pessoal técnico do Governo, responsável pela contabilidade do Tesouro, fazer a química necessária e poder consertar a lambança que foi feita com os recursos já carimbados, com destinação certa. Mas o Governo não cumpriu a lei e agora precisa de respaldo da Assembléia Legislativa para amenizar os erros cometidos no passado.

Esse Governo que prega tanta transparência, tanta ética, age dessa forma: não quer transparência, não dá as informações necessárias para esta Casa, tentou bombardear a CPI do SOMMA e agora quer que votemos, de qualquer jeito, esse projeto, sem discussão. Mas queremos dizer ao Governo que ficaremos vigilantes, fazendo este trabalho de obstrução e usaremos todos os artifícios permitidos pelo Regimento. Sabemos que uma reunião pode emendar com a outra, estamos preparados para isso. Não iremos almoçar nem jantar. Vamos ficar aqui e, se for preciso, vamos dormir aqui, mas o Governo não fará com que o debate seja sufocado. Vamos trazer à sociedade mineira a verdade sobre o Fundo SOMMA e vamos cobrar todos os dias as informações que o Governo não quer dar: para onde foram os recursos apurados com a transação e a venda dos títulos do Tesouro que o Governo adquiriu com a autorização legislativa para capitalizar o BDMG, e não o fez. Queremos saber o destino desse dinheiro. A CPI também está no rastro dessa informação, mas não consegue obtê-la.

São estas as informações de alerta a esta Casa, para que o debate não morra e não acabe. Quanto mais avançarmos nele, iremos descobrir mais coisas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira* - Ilustre Presidente desta Casa, caros e eminentes amigos Deputados da Assembléia mineira, nós, que estamos habituados a esta tribuna desde os idos de 1975, estivemos hoje pela manhã com muita saudade de voltar à tribuna e falar um pouco do nosso envolvimento com as coisas mais sérias e responsáveis do nosso Estado.

Cheguei até mesmo, Sr. Presidente, a me queixar de V. Exa., quando permitiu que um colega, provavelmente mais ilustre do que nós, nos substituisse no momento em que íamos ocupar a tribuna.

Mas, Sr. Presidente, tenho observado que a nossa Assembléia Legislativa progrediu muito nesses últimos dois anos e neste instante quero render minhas homenagens ao Deputado Anderson Aduato, pela maneira corajosa com que dirigiu os trabalhos da Assembléia Legislativa de Minas, não se curvando, em momento algum, diante da impetuosidade, da forma antidemocrática com que o Governo mineiro, o Executivo de Minas, tratou a nossa Assembléia nesses dois anos que se passaram.

Infelizmente, depusitei a minha confiança no Governador de Minas Gerais quando candidato a Senador da República, exatamente no início da nossa carreira, na disputa memorável de 1974.

Ele se elegeu pelo discurso democrático, por sua coragem cívica, pelos exemplos de conduta que o Prefeito de Juiz de Fora então demonstrava no cenário nacional. De lá para cá, muitas coisas aconteceram. Não sei realmente qual foi a razão da grande mudança do nosso Governador. Primeiro, eleito ao Senado Federal; posteriormente reeleito, teve seu nome inscrito como um dos Senadores mais austeros, um dos Senadores mais corretos, um dos homens mais ilustres do Congresso Nacional, exatamente por suas qualidades de democrata, de nacionalista, de homem corajoso que honrava as boas tradições do nosso Estado, engrandecendo o rol dos homens públicos de Minas Gerais. Mas agora, Sr. Presidente, não sabemos se foi alguma questão de saúde, se foi algum problema mental, se foi algum sentimento maior ou se foi realmente uma volta a uma origem não bem explicada. Hoje, o Governador dá uma demonstração inequívoca para Minas Gerais e para todo o Brasil, de que não é somente o tratamento à Assembléia mineira, quando interveio por diversas vezes em sua autonomia, para ditar as normas com que os Deputados deviam seguir seus interesses. Primeiramente, já na instalação da nova legislatura, não permitiu que o PSDB, que o PFL, que os Partidos de Oposição nesta Casa tivessem um representante na Mesa diretora dos trabalhos. Isso nunca ocorreu na história de Minas Gerais. Esse marco, o Governador Itamar Franco deverá carregar em sua vida pública. Deverá, por isso mesmo, dar demonstrações de tolerância maiores para com os parlamentares mineiros e brasileiros. Se aqui agiu assim, imagine V. Exa. quando vier a assumir a Presidência da República, se for a vontade da maioria dos brasileiros. Como será o tratamento do novo Itamar Franco para com o Congresso Nacional? Será que os Deputados que têm assento a esta Casa, que constituem a base do Governo na Assembléia de Minas não imaginaram o grave risco de governabilidade por que poderá passar o Brasil a partir do instante em que esse apoio for mantido e que tenha? Futuramente, poderá ter conseqüências danosas e perigosas para a própria democracia brasileira. Não se pode, de forma alguma, ignorar a importância do Poder Legislativo no contexto da democracia. Hoje, o Governador não está em Minas Gerais. Ontem, o Governador não estava em nosso Estado; estava no Paraná. Hoje, no Estado de São Paulo. Amanhã, não sei em que Estado, buscando apoio para sua candidatura à Presidência da República.

O Vice-Governador do Estado está envolvido com as máquinas do DER, prometendo estradas em todos os rincões de Minas Gerais. São cerca de 600Km de estradas prometidas por ele, e ninguém sabe até onde vai essa irresponsabilidade de iludir o povo mineiro. É essa a situação de calamidade que vive o nosso Estado. Esses homens deveriam ser responsabilizados pelos seus atos e suas omissões. O estado de insatisfação é geral. Está aí para que todos vejam o estado da saúde pública em Minas Gerais com a febre amarela nos levando a grandes preocupações.

Sr. Presidente, na cidade de Teófilo Ottoni, a minha cidade querida, já são mais de 400 pessoas contaminadas pela dengue. Então, pergunto: onde estão as autoridades? Será que o general que serve ao Governo na Pasta da Saúde tem competência suficiente para entender de saúde e saber da possibilidade de morrer tantas e tantas pessoas no nosso Estado?

O Estado de Minas Gerais está totalmente acéfalo, de uma forma como nunca se viu, totalmente abandonado pelos homens que deveriam estar ocupando os seus espaços e sua responsabilidade. Minas haverá de conhecer esses fatos. A imprensa tem uma responsabilidade muito grande nisso. Sabemos que muitas vezes ela omite fatos dessa natureza.

Vou rezar para que esta Assembléia acorde definitivamente, não apenas para o processo de obstrução, mas também no de denúncia contra o Governo que aí está. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Quero solicitar o encerramento da reunião, porque não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que faça nova chamada para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Responderam à chamada 45 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação do requerimento apresentado pelo Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, em que solicita seja mantida a preferência regimental na pauta desta reunião.

É importante que todos nós saibamos e que aqueles que acompanham os trabalhos da Assembléia Legislativa possam entender o que está ocorrendo nesta Casa neste momento.

As oposições não querem ver votado o projeto na forma em que se encontra, de extinção dos fundos, que o Deputado Rêmoló Aloise batizou de fundectomia, da extirpação de todos os fundos geridos pelo Estado para apoio aos nossos municípios.

Hoje já tive oportunidade de me manifestar a respeito do atual Governo, que, obcecado por Brasília, só pensa no Presidente da República, no Governo Federal e em transformar Minas num país independente, até confrontando-se com a União em certas oportunidades. E agora mesmo despense vultosas quantias de recurso público em autopromoção, já visando a uma possível candidatura do nosso Governador a Presidente da República, e apregoa aos quatro ventos, em todas as propagandas oficiais, que aqui se constrói um país. É necessário criar formas de expressão diferenciada e enganadora, porque aqui não se governa um Estado, evidentemente.

E o Governo quer agora, a todo custo e a qualquer preço, aprovar esse projeto que extingue as fontes de financiamento ao município. O Governo, que não dá atenção aos municípios, que não volta suas vistas para o nosso interior, ainda quer tirar as fontes de financiamento aos municípios que estão em pleno exercício, criadas por Governos anteriores. Acho que muito ajuda quem não atrapalha. Se o Governo não tem competência para administrar bem o nosso Estado, se não quer cumprir a sua obrigação e voltar as suas atenções para ele, que pelo menos deixe os mecanismos que herdou, que são instrumentos de financiamento para o Estado modernizar-se e para que os nossos municípios possam atingir um estágio de desenvolvimento compatível com o mundo atual.

E por que esse requerimento do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade? Quando se faz um processo obstrucionista para impedir uma votação indesejada, que prejudica o Estado e os mineiros, esse é um artifício de quem está na Oposição para impedir uma votação. E aqui temos um requerimento do Líder do Governo. Às vezes fica difícil entender por que o Líder do Governo apresenta requerimento dando espaço para que os Deputados da Oposição possam esgotar o tempo e impedir uma votação. É porque esse é um requerimento-rolha. Quer inibir as oposições de utilizar os artifícios regimentais que nos permitem segurar a votação até que a CPI que analisa os fundos no Estado possa concluir os seus trabalhos.

Já vem desde o ano passado essa insistência do Governo, e a CPI já estava em funcionamento. Há evidências de que o lastro do Fundo SOMMA foi desfeito com a venda dos títulos federais que o lastreavam, e o dinheiro foi desviado no caixa único. Talvez se queira encobrir o que foi feito na surdina, às escondidas, na calada da noite, para que a CPI não venha trazer isso a público e apurar responsabilidades dos desvios desse dinheiro para o caixa único. São recursos de financiamento internacional com finalidade específica de financiar a modernização administrativa dos municípios mineiros e também o saneamento básico.

Vem um requerimento dessa natureza, que quer impedir que outros requerimentos possam ser analisados, encaminhados e votados nesta Casa. Por isso, o requerimento que estamos discutindo agora. É extremamente interessante que o Governo apresente um requerimento neste momento, que só vem para impedir o livre exercício da democracia. É muito interessante que fatos como esse ocorram, tentando inviabilizar que a Assembléia retenha um projeto pernicioso para o Estado e a gente mineira, porque vai desviar recursos que são destinados a financiamento de questão tão importante como o saneamento.

Senhoras e Srs. Deputados, o que é o Projeto SOMMA? O que ele representa para o nosso Estado? Houve falhas na aplicação do recurso? Houve falha da própria falta de fiscalização do Governo. É isso o que a CPI está apurando. Por isso, precisamos ter uma visão completa de tudo aquilo que ocorre na gestão não só do SOMMA, mas também de outros fundos que permitem o desenvolvimento do nosso Estado, para que possamos adaptar essa proposta que o Governo envia à Casa. Concordamos que ele saia da gestão do Governo mesmo para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e que passe, efetivamente, a sua posse e a sua gestão ao BDMG.

Custei muito para entender porque o Fundo SOMMA, que foi criado para financiar o saneamento básico nos municípios, tinha uma importância vultosa de mais de R\$100.000.000,00 em títulos do Governo Federal. Acho que toda a Casa não sabia por que existiam esses recursos sob a guarda do BDMG e por que o Governo do Estado queria vendê-los e transferir o dinheiro em "cash" para os cofres da Secretaria da Fazenda. O Governo Federal, para acudir os Estados, promoveu um alongamento da dívida. Muitos Estados, inclusive Minas Gerais, foram beneficiados renegociando as dívidas estaduais, transformando toda a dívida em um grande pacote sob responsabilidade do Governo Federal, com juros favorecidos e com prazo de 30 anos. Quando o Governo Federal abriu esse espaço para a regularização das finanças para os Estados, as Prefeituras também reivindicaram isso, principalmente a Prefeitura de São Paulo. O Governo Federal, para acudir a Prefeitura de São Paulo, abriu essa grande oportunidade para todas as Prefeituras que tivessem débito e que estivessem em situação difícil. O Governo Federal absorveu a dívida das Prefeituras, e as maiores Prefeituras que deviam ao Fundo SOMMA passaram a dever ao Governo Federal, que quitou o Fundo SOMMA com títulos do Tesouro. O Governador Itamar Franco está atrás desses títulos há muito tempo para vender e transferir o dinheiro para o caixa único do Governo: são mais de R\$100.000.000,00. Se esses recursos estão no Fundo SOMMA, nós, da Oposição, queremos que esses recursos continuem com a finalidade para a qual foram tomados empréstimos pelo Estado, ou seja, investimento em saneamento. É isso o que queremos, e o Governo simplesmente quer vender esses títulos - acho que já vendeu -, apropriar-se dos recursos e jogar no caixa único do Estado para ter dinheiro disponível para fazer um novo aeroporto de Confins em Juiz de Fora, para fazer a campanha que está fazendo por todos os órgãos de imprensa, dizendo que aqui se constrói um novo País. É por isso que, defendendo os interesses dos municípios, as fontes de financiamento para os municípios, a Oposição quer que esse projeto seja mudado e que os recursos sejam assegurados com a finalidade precípua que tinham. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que nos vêm das galerias, telespectadores da nossa TV Assembléia, nossa missão é exatamente fazer o encaminhamento desse requerimento subscrito pelo Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo nesta Casa, pedindo para que seja mantida a pauta da forma como ela está.

Quer o Governador que o Fundo SOMMA seja votado e concluído, seja extinto. Estamos dando uma contribuição à democracia do Estado de Minas Gerais, à democracia brasileira, porque sempre digo que um parlamento, seja uma Câmara Municipal, seja uma Assembléia Legislativa, seja o Congresso Nacional, que não tem uma oposição, um contraditório, é uma instituição morta. Portanto, esta Casa está cumprindo seu papel de levar a discussão à exaustão. Só assim, poderemos votar com consciência, acertar em nossa decisão de extinguir o Fundo SOMMA ou de transferi-lo para o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, de acordo com o interesse dos mineiros. Não é concebível que esta Casa possa votar apressadamente qualquer matéria, mesmo que ela seja de interesse do Governador do Estado, do Executivo. Fomos eleitos, fomos destacados entre 16 milhões de pessoas. Somos apenas 77. Se não tivermos a capacidade de votar de acordo com o interesse do povo de Minas Gerais, em detrimento de interesses menores, poderemos pedir para fechar este parlamento ou quem sabe?, pedir para deixarmos de ser Deputados. É uma condição ética, nesse caso, a renúncia de um mandato. Não podemos apor o nosso voto em projetos de interesse menor, em detrimento do interesse do povo de Minas Gerais. Em que pese à Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Estado não pode fazer empréstimo aos municípios, é lamentável essa situação, em face das epidemias com as quais estamos convivendo em nosso Estado, como a febre amarela e a dengue. Mas quis o parlamento nacional que a Lei de Responsabilidade Fiscal assim determinasse, ou seja, que o Estado já não faça empréstimos aos municípios. O que estamos aqui discutindo é se esse empréstimo aos municípios pode ser feito pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. E é claro que já fizemos uma consulta a esse respeito. Isso pode ser feito. Se pode, é um programa que não pode ser extinto, porque saneamento básico é um item importante na saúde. Como um município de pequeno porte, um município de médio porte e, por que não dizer?, um de grande porte, poderão fazer as obras necessárias de saneamento e de modernização administrativa, que é o fundamento do Fundo SOMMA, se não

contarem com recursos extraorçamentos do município? É absolutamente impossível. É claro que vamos contribuindo para que os problemas de saúde, os problemas administrativos das nossas Prefeituras, do nosso Estado venham a se agravar. Realmente, não se trata apenas de fazer oposição por oposição. Isso o meu partido não quer, não deseja, e eu, de maneira especial, não faço oposição por oposição. Estamos aqui amadurecendo esta idéia, levando a informação para o povo de Minas Gerais, para que ele também possa refletir e avaliar o resultado do trabalho da Assembléia Legislativa.

A imprensa vem criticando e dizendo que esta Casa não vota. Esta é também a crítica feita por alguns jornalistas que não entendem a dinâmica da Casa, nem o momento em que vivemos. Talvez entendam que existe aqui simplesmente um jogo de interesses. Mas, no fundo, não é assim. Estamos interessados sobretudo no saneamento e na organização administrativa das nossas Prefeituras e do nosso Estado de maneira geral.

É claro que temos que dar o exemplo para que a imprensa deixe de criticar e passe a aplaudir a atitude dos Deputados. É evidente que isso não acontecerá simplesmente pelo fato de deixarmos de extinguir o Fundo SOMMA. Particularmente, quero ser convencido de que essa extinção é a melhor alternativa para Minas Gerais. Até agora, estou convencido de que a transferência do Fundo para o BDMG é a melhor alternativa para os mineiros. Ainda mais na situação que estamos vivendo hoje, quando existe nesta Casa uma CPI investigando esse assunto. Brevemente seu relatório poderá ser concluído para servir de argumento na decisão de todos os pares nesta Casa.

Acho, como disseram aqui pela manhã nossos companheiros Rêmo Aloise e Sebastião Navarro Vieira, que esta Casa precisa ter autonomia. Somos um Poder independente e temos que zelar por ele. Se olharmos o que aconteceu no passado, veremos que esta Assembléia nunca teve independência absoluta. Mas as coisas estão mudando. O Brasil está mudando. O povo está tomando mais consciência dos problemas. Vemos que estão, neste momento, chegando em nossas galerias estudantes e professores da UEMG, que vêm aqui mostrar que as decisões tomadas de cima para baixo muitas vezes são equivocadas. Muitas são certas, mas muitas não. E é claro que a essência da democracia é a participação. A essência da democracia é a mobilização. Portanto, no caso específico da UEMG, queremos parabenizar toda a comunidade universitária por essa atitude. Queremos, sim, uma universidade pública gratuita e de qualidade.

Pena que não haja uma mobilização como essa pela manutenção do nosso Fundo SOMMA. Se os mineiros entendessem que poderemos ter conseqüências maiores por causa disso - e os nossos Deputados médicos também sabem disso -, certamente essa galeria estaria cheia de gente reivindicando a não-extinção do Fundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até as 13h59min. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Rêmo Aloise.

O Deputado Rêmo Aloise* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma vez mais venho a esta tribuna para reiniciar a discussão da extinção do Fundo SOMMA. Aquela Comissão, presidida por este Deputado, neste momento, traz ao Plenário uma reflexão de como ficaria a extinção de um Fundo que é objeto de uma CPI que acontece nesta Casa. Entendemos que são coisas distintas, e a maioria dos Deputados também entendem dessa maneira. Mas há uma questão basilar que não posso deixar de comentar nesta tribuna. Instalamos a CPI do Fundo SOMMA, por causa de denúncias vindas de todo Estado. Um total de 140 cidades foram contratadas, 300 aditivos foram realizados e n denúncias chegaram a esta Casa, que cumpriu seu dever de ofício de instalar uma CPI.

Em abril do ano passado, iniciaram-se os trabalhos da CPI, que ainda estão em curso e terminarão com o relatório final. Em junho do ano passado, esta Casa autorizou que o Executivo vendesse as ações dos Fundos. Em novembro, chegou a esta Casa um projeto de lei pedindo a extinção do Fundo SOMMA, em caráter de urgência. Essa é a grande questão que se discute, hoje, neste Plenário. Uma CPI em andamento, anterior ao projeto de lei extinguindo o Fundo. Pergunto aos Srs. Deputados: será que existe alguma coerência em se extinguir um Fundo, quando existe nesta Casa uma CPI que já se encontra em fase final? Acho que, no mínimo, as coisas precisariam ser claras sob este ponto de vista.

Como Presidente da CPI do Fundo SOMMA, não poderia deixar, de maneira nenhuma, de usar novamente esta tribuna, não para obstruir, não venho aqui para segurar meus colegas Deputados da votação de um projeto de lei, mas como Deputado e Presidente de uma CPI, deixar bem claras as coisas. Acho que devemos votar com cautela, prudência, porque esta Casa é muito sábia. Quando 77 líderes se reúnem para tomar posições, tenho certeza absoluta de que serão coerentes.

Pedimos a coerência de não nos precipitarmos, de não cometermos os erros que foram cometidos quando em 1994 se fez um festival de fundos neste Estado, criaram-se quatro Fundos. Hoje, estamos praticando uma "fundectomia" total, que muitos podem não entender, mas eu, como médico, tenho de esclarecer: corta-se pela raiz todo e qualquer fundo implantado em 1994. Vamos cortar, mas deve permanecer o objeto da criação desses fundos. Onde estarão esses R\$500.000.000,00? Qual é o seu destino e o seu objeto? Qual é a sua finalidade? É isso que este Deputado pede ao Plenário. Votemos sim, estamos prontos e entrincheirados para mostrar que precisamos votar.

Hoje, pela manhã, um jornal estampou em sua segunda página que Assembléia não vota. Não é verdade. A Assembléia vai votar sim. Não tirando o mérito dos outros anos, nesses dois últimos anos, a Assembléia mais votou, votou tudo que deveria se votar. Limpou-se a pauta. Temos certeza absoluta de que também faremos isso.

Faço um pedido aos Deputados. Em dez dias, no máximo, estaremos em condições de apresentar o relatório final do Fundo SOMMA. Faltam apenas quatro cidades para fecharmos o relatório. Se entenderem que há coerência em minhas palavras para que não votemos a extinção do Fundo, faremos isso paralela e conjuntamente com o relatório final. Sairemos engrandecidos com essa posição, e toda a sociedade irá entendê-la.

Apresentei uma questão de ordem ao Presidente da Casa, hoje, reconhecendo que as questões de ordem deverão ser passadas às consultorias da Casa. Pergunto: "Onde estão os R\$110.000.000,00 do Fundo?". Já autorizamos a venda das ações. A própria Assembléia autorizou. Não estamos questionando a venda das ações. Estamos questionando o objeto da venda e onde está o dinheiro da venda dessas ações. Isso é matéria passiva. Não vamos nos aprofundar nela, porque essa discussão se esgotou.

Quanto à UEMG, V. Exas. podem ficar tranqüilos. (- Palmas.) Por ocasião da votação do orçamento, esta Casa colocou 2% para a UEMG. Nunca se teve, na história dos 11 anos da UEMG, uma destinação como essa. Os 2% nada mais são que R\$350.000.000,00 que não existiam. Os Deputados entenderam em colocar mais R\$250.000.000,00, contemplando-a com R\$500.000.000,00. A UEMG deu um passo enorme para a implantação daquilo que ainda não foi implantado.

Peço aos Deputados desta Casa, por meio de requerimento, que o veto que está em 21º lugar na pauta seja o primeiro a ser votado no Plenário, para que possamos, num tempo curto, colocar a UEMG no lugar que merece. Faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, Nobre Deputado Antônio Andrade, se aprovarmos o seu requerimento para que não haja a inversão da pauta, estaremos praticamente segurando um processo de votação. Precisamos votar. A Casa está amadurecendo-se para votar o projeto da extinção do Fundo SOMMA e também os vetos. Faço um apelo a V. Exa., com a sua maneira cordial, gentil e democrática: entenda que o veto da UEMG é prioritário sobre os demais assuntos que tratamos nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras das galerias, abro, neste instante, um espaço para cumprimentar o Vereador José Renato Bueno, radialista da FM alternativa de Passos, e sua comitiva, pela iniciativa que tiveram de se deslocarem dessa cidade para conversar nos gabinetes, nos corredores e, até mesmo, próximo ao Plenário, com os Deputados, a fim de que logre êxito a derrubada do famigerado veto contra a Universidade do Estado de Minas Gerais. Parabenizo seu gesto e o de todos os que tomarem essa iniciativa porque, em vez de ficarem acomodados numa posição contemplativa, esperando acontecer, preferiram vir aqui, corajosamente, para produzir um resultado que favoreça a educação do 3º grau no Estado de Minas Gerais. Não podemos, de forma alguma, conceber gesto do Poder Executivo que dificulte a extensão do ensino do 3º grau às classes menos favorecidas do Estado. Por essa razão, a derrubada desse veto é um imperativo que devemos adotar como norma, e não deixar que não tenhamos 39 votos, para mostrar ao Sr. Governador que somos sensíveis à Universidade do Estado de Minas Gerais, como também o somos à UNIMONTES.

Sr. Presidente, depois de aberto este espaço, quero dizer a V. Exa. e aos demais parlamentares que o recurso de obstrução utilizado normalmente pela Oposição pode ser feito independentemente de partido. Pode ser feito por um ou outro parlamentar. Não é uma atitude irracional, porque o parlamentar, percebendo que determinada proposição pode ser aprovada de forma a gerar prejuízos para seu Estado e para seu povo, utiliza-se desse recurso regimental muito mais com a disposição de dar tempo ao tempo, a fim de que, ao longo

da discussão, possam surgir luzes para novos entendimentos, aprovando-se uma proposição livre dos vícios, de tal forma que possa, realmente, atender aos interesses da sociedade. Aqui estamos como representantes do povo. Em razão disso, somos o reflexo dos seus anseios. Não podemos ficar aqui sem atentar para o fato de que a extinção do Fundo SOMMA e dos demais projetos, da forma como pretende o Poder Executivo, antes de ser um bem, é um mal muito grande para sociedade mineira. Disse muito bem e com muita propriedade o Deputado Rêmolo Aloise que, neste momento em que o projeto é objeto de investigação, sua extinção é colocar uma pá de cal sobre o procedimento da CPI que está apurando possíveis irregularidades. Se fizermos isso, na melhor das hipóteses, estaremos sendo coniventes com o que realmente pode ter acontecido e que o Governo atual, com sua extinção, tem a intenção de esconder. Precisamos estar atentos a esses fatos e, num momento como este, agirmos de forma racional.

Não estou aqui para seduzir ninguém, porque, sem dúvida alguma, aquele que procede por meio da sedução se arrepende. Precisamos agir com consciência, e hoje o convencimento é que os fundos, com recursos da ordem de R\$360.000.000,00, que estão nos municípios e que retornam mensalmente ao BDMG, podem voltar sob forma de novos financiamentos, além dos R\$200.000.000,00, aproximadamente, que estão no caixa desses fundos. Esse dinheiro não pode, de forma alguma, ir para o caixa único do Governo, porque não sabemos como será aplicado. É uma dívida muito grande. Pode haver boas intenções, mas sabemos que esse Governo, apesar de tentar passar a imagem de incorruptível, é o Governo que mais nomeou, mas também é o que mais exonerou, alegando corrupção e inidoneidade.

Por essa razão, Sr. Presidente, é um risco muito grande nós, lídimos representantes do povo mineiro, que somos o som da sua voz, o reflexo dos seus anseios, deixarmos passar isso batido numa hora como esta e consentir na aprovação de um fundo que tem prestado grandes benefícios para o Estado de Minas Gerais, notadamente nos pequenos municípios, nas áreas urbanas, gerando serviço de água, redes de esgoto, pavimentação, etc. Agora, a interceptação, com a extinção pura e simples, jogando esses recursos, Deputados, no caixa único do Governo, é um risco que os senhores não devem assumir.

Agora, se os senhores têm argumento para convencer a Oposição, é preciso discutir. A nossa arte é a de parlamentar, de conversar. Então, temos de estar dispostos a assentar à mesa para discutir com aquela disposição de homem público, de estadista. Ou você me convence ou eu te convengo. Ou saio convencendo ou saio convencido. Só dessa forma, agindo de acordo com a nossa consciência e com a nossa convicção, poderemos gerar aqui um resultado que atenda aos interesses do povo mineiro. Estamos agindo de forma a atender interesses meramente do Poder Executivo. É claro que o Executivo tem interesses, mas precisamos analisá-los. Precisamos tratar com cuidado para ver se realmente esses interesses não são individualistas, porque têm de ser em favor da coletividade. Muito obrigado.

Mais uma vez, parabeno esse grupo denodado, que se desloca de todos os rincões do Estado para defender os interesses da universidade. Peço, Sr. Presidente, que atenda ao requerimento do Deputado Rêmolo Aloise e coloque em votação um requerimento invertendo a pauta a fim de que possamos votar, ainda hoje, o veto da UEMG. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa à galeria que o veto do Governador sobre a UEMG não será votado hoje. Temos a pauta sobrestada com o Projeto SOMMA, que está sendo discutido neste momento. Essas manifestações são legítimas, mas gostaríamos de alertar a galeria para o fato de que não há a mínima possibilidade de que esse veto seja votado hoje, não por má-vontade do Plenário ou do Presidente, mas por impedimento legal. É apenas um esclarecimento. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Deputados, público das galerias, estamos discutindo hoje uma questão fundamental para o Estado, para o processo democrático e para o desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais: a extinção do Fundo SOMMA.

Essa discussão carrega uma pseudoverdade; mas, como não existe tal aforismo, com toda a certeza, carrega uma grande mentira. O Governo argumenta que a nova Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o repasse de um ente federativo para o outro, mas não fala em necessidade de extinção. Poderíamos muito bem garantir a natureza dos fundos existentes, desde que fossem geridos pelo Estado e aplicados exclusivamente em obras de responsabilidade do Estado. É evidente que essas obras aconteceriam nos municípios, porque o Estado não tem existência real, mas os municípios, sim. Então, é um discurso que quer encobrir algumas verdades, que temos de esclarecer.

A primeira verdade é que hoje os R\$211.000.000,00 que deveriam estar disponíveis para aplicações no Fundo SOMMA só existem contabilmente; hoje, não há reserva alguma no fundo. E, aprovando essa lei, da forma como estamos fazendo, estaremos reconhecendo essa situação de ilegalidade, prejudicando os municípios e dando uma solução legal para um Governo que agiu de forma errada, inconstitucional, em relação a um fundo que deveria ter seus valores preservados.

A outra verdade que devemos esclarecer é que essa votação precipitada do Fundo SOMMA está querendo esconder os resultados finais de uma CPI que está em funcionamento nesta Casa, à qual nos agregamos, representando o PT, depois do final de fevereiro, e que já tem elementos suficientes que comprovam cerca de quase 90% de irregularidades nesse fundo. Na semana passada, por exemplo, estive em São Sebastião do Paraíso, onde vimos verbas sendo liberadas em período próximo das eleições; vimos obras feitas em propriedade do Exército, sem negociação com o Governo Federal - aliás, hoje, ali há uma barricada de ferro e arame farpado, e, segundo o Deputado Rêmolo Aloise, há alguns dias, havia até soldados armados do Exército, para impedir que a população usufruísse daquela obra. Ali vimos, também, obras inacabadas - uma galeria que não foi concluída; a pavimentação asfáltica de avenidas, com largura prevista de 12m, apenas com 7,5m, como pudemos medir. A CPI do SOMMA irá abalar este Estado; irá mostrar, antes de tudo, como o dinheiro público é mal aplicado e como um Banco gestor não fiscalizou como deveria a liberação das parcelas dos recursos.

Ontem afirmei, na TV Assembléia, que, se pegarmos os 440 presos que estão numa Delegacia de Furtos e Roubos e somarmos o prejuízo financeiro que deram à sociedade, não atinge nem a metade dos desvios feitos em São Sebastião do Paraíso. Os que estão em greve de fome são considerados bandidos; os que estão fora usaram mal o dinheiro do Fundo SOMMA, e são considerados homens de bem, acima de qualquer suspeita. Uns comem marmita fria, muitas vezes sem controle de qualidade, numa delegacia, outros comem caviar e tomam uísque. Para uns, setores da sociedade defendem a pena de morte, enquanto outros são aceitos na sociedade como cidadãos acima de qualquer suspeita.

Hoje, o término da CPI do Fundo é condição fundamental para discutirmos qualquer mudança do Fundo SOMMA. Qualquer mudança tem de ser uma preliminar necessária. Além do mais, estamos vendo estudantes, professores, Vereadores por Passos, Alpinópolis e outras cidades pressionando a Assembléia Legislativa. É muito fácil resolver o problema e colocar a UEMG na frente. É só aprovarmos um requerimento sobre a questão de ordem do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que propõe seja retirado o regime de urgência do projeto. Se o regime de urgência for retirado, podemos inverter a pauta e garantir que a questão da UEMG seja definida primeiro.

Alguns estão usando o microfone e defendendo que essa medida seja tomada para não permitir que, todos os dias, delegações venham do interior, com todo o cansaço e desgaste, até porque as estradas do Sul de Minas estão em péssimo estado de conservação.

Queremos discutir a questão do Fundo SOMMA após a CPI. Queremos que a questão da UEMG seja priorizada, porque, com toda a certeza, se quiserem dar sumiço em recursos do Fundo SOMMA e não prestarem contas à sociedade da existência desses recursos, que interesse terá o Governo em investir na educação, na UEMG, na pesquisa e num trabalho sério para fazer com que este seja um Estado de ponta na área da pesquisa e do ensino?

Quero falar aos Deputados que compõem a base governista, aos valorosos companheiros do PMDB que estiveram conosco em 1998 e 1997, num bloco de oposição ao Governo que aprovamos esse requerimento. Para deixar claro que não queremos protelar, o Presidente da CPI, Deputado Rêmolo Aloise, com todo o afinco, garante que, em 10 dias, teremos a questão da CPI resolvida e poderíamos dar um prazo limite para apreciarmos este projeto em 15 dias.

Com toda a certeza, a população de Minas Gerais, que está ansiosa, esperando pela definição desses vetos, agradecerá se fizéssemos a inversão da pauta. Mais do que isso, se não houver um acordo, todos os colegas sabem que entraremos em abril, em maio, e não será votado o projeto. Sem o entendimento nesta Casa e pelas questões regimentais que permitem um trabalho democrático de reflexão dos Deputados, o que alguns definem como obstrução, nós, com toda a certeza, levaremos essa discussão até o mês de maio.

É preferível um acordo, uma negociação para a retirada do pedido de urgência para a apreciação dos vetos, a fim de que, realmente, consigamos avançar. Daí o nosso apelo à valorosa Bancada do PMDB, para que reflita sobre essa questão e possamos votar a questão do Fundo SOMMA sem "pseudoverdade", sem nenhum tipo de artifício para camuflar a realidade e priorizar o que é fundamental, que é a questão do ensino público estadual, a questão da UEMG.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, há 25 Deputados em Plenário. São necessários 39, e pedimos o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra ao Deputado Rogério Correia, que, no momento em que havia quórum, cedeu a palavra ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, "data venia", V. Exa. não respondeu à questão de ordem apresentada neste momento. Acho que V. Exa., ao conceder a palavra ao Deputado Rogério Correia, está deixando de esclarecer ao Plenário aquilo que é necessário ser esclarecido na hora certa. Outro detalhe é que o Deputado Rogério Correia ocupará a tribuna num momento em que não há quórum. O Plenário não pode funcionar sem quórum. Como V. Exa. pode conceder a palavra, se não há quórum? Também deixo essa questão de ordem para V. Exa. responder. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência mantém a decisão de conceder a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, com todo o respeito à decisão da Presidência, estamos formulando a questão de ordem, e o mínimo de informação que poderíamos ter da Mesa é o embasamento legal para essa decisão. Não há nem precedente disso. O Deputado Kemil Kumaira levanta uma questão dizendo que não há número regimental. No momento em que levantei a questão, havia 25 Deputados, e são necessários 39. E a Mesa, simplesmente, ignora a palavra da Oposição.

O Sr. Presidente - A Presidência verificou a existência de 39 Deputados em Plenário.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Ele vai encaminhar a votação, Sr. Presidente. Como haverá votação, se não há número?

O Sr. Presidente - Há 39 Deputados, essa foi a constatação que V. Exa. pode fazer.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Então, a verificação é só com ele.

O Sr. Presidente - Acho que V. Exa. deveria respeitar a inscrição dele, porque ele cedeu a sua vez.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Fiz o pedido antes da fala dele, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Carlos Andrada, o Presidente já tomou uma decisão e gostaria que V. Exa. a respeitasse.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Respeito, mas sob protesto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, tenho assistido a essa discussão sobre a extinção dos fundos, inicialmente o SOMMA; depois, apresentado o substitutivo pelo relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, já não se trata apenas de extinção do Fundo SOMMA, mas, praticamente, de todos os fundos ligados ao BDMG. Não poderia, Sr. Presidente, deixar de colocar a minha opinião a respeito da extinção dos fundos.

Fui o relator da CPI dos Fundos, que averiguou o desvio de verbas dos fundos do BDMG, do FUNDEF e outros, no Governo Azeredo, para outras finalidades, no caixa único do Estado. A CPI, naquela época, contou com o depoimento de diversos Secretários de Estado do Governo Itamar. Eles nos relataram que esse desvio, de fato, ocorreu durante o Governo Eduardo Azeredo. Na época, só dos fundos do BDMG, houve desvio da ordem de R\$133.000.000,00, mas beiraram R\$380.000.000,00, ou seja, do Governo Azeredo, dos fundos do BDMG e de outros fundos, como o FUNDEF, da educação. Só aí foram R\$104.000.000,00 desviados dos objetivos. Na época, o mais provável era para pagamento de empreiteiras e de dívidas de campanha do Governo Azeredo.

Isso ficou comprovado, constatado, segundo relato de Secretários do Governo Itamar. Por exemplo, o Dr. Manoel Costa, que, na época, era Secretário do Planejamento, dizia o seguinte: "No total, foram retirados das contas desses fundos R\$133.582.000,00. Como, em 31/12/98, o caixa único apresentava um saldo de R\$19.000.000,00, verifica-se que os recursos vinculados foram utilizados para fins diversos dos previstos em lei". Essas são palavras do então Secretário do Planejamento, Manoel Costa. Segundo ele: "Com o artifício do uso desses recursos, a administração anterior conseguiu postergar a crise financeira que veio a estourar no início do atual Governo, que culminou com a declaração da moratória. Considerando-se os demais fundos, o total de recursos desviados para outros pagamentos totalizou R\$384.034.972,68".

Fizemos parte da CPI e fui o seu relator. Depois, foi aprovado não por unanimidade, pois o Deputado Mauro Lobo, do PSDB, foi contrário ao relatório, mas, por ampla maioria, constatamos que, de fato, houve desvio dos recursos dos fundos no Governo Azeredo. Portanto, o PSDB e os partidos que sustentavam o Governo Azeredo foram coniventes com esse desvio. O Governador Itamar Franco assumiu o Governo com um desvio grande, da ordem de R\$384.000.000,00, segundo o Secretário do Planejamento da época do Governo Itamar Franco.

Hoje, o Governo Itamar Franco propõe terminar com os fundos porque existe uma legislação federal, do Governo Fernando Henrique, para variar, que impede a continuação dos fundos. O Governo Itamar Franco, então, propõe um projeto de lei que termine com o Fundo SOMMA e estende isso ao término dos outros fundos. Para se ter uma idéia, o total que deixaria de estar nos fundos e iria para o caixa único do Estado são R\$263.122.000,00. No que diz respeito aos fundos do BDMG, é mais do que o desvio que o Azeredo fez. Os próprios Secretários do Governo Itamar e o Governo Itamar, naquela ocasião, foram contrários ao que fez Azeredo, que foi desviar os recursos do Fundo para outra finalidade, mas propõem fazer isso exatamente agora, no meio do Governo. A diferença é que, em vez de fazer no final do Governo, como fez Azeredo, para pagar as empreiteiras que financiaram a sua campanha e outros, ele faz agora, no meio do Governo, exatamente porque Itamar Franco é candidato a Presidente e já anunciou que, daqui a pouco, o Sr. Newton Cardoso assumirá o Governo e precisa desse dinheiro sabe-se lá para quê. Ou, melhor dizendo, quem sabe esse dinheiro pode lhe ser muito útil para fazer obras eleitoreiras. A verdade é que se quer agora também usar o dinheiro de fundos que são específicos para saneamento básico, fundos importantes, com contratos importantes, que iriam para o caixa único exatamente, como fez o Governo Eduardo Azeredo. Acho justo que o PSDB e o PFL estejam fazendo obstrução, para demonstrar que isso está errado.

É necessário que se diga que esse mesmo erro cometeram o PSDB e o PFL, dando aval ao Governo Eduardo Azeredo, que fez o mesmo. Posso fazer essa crítica a ambos. Por que o Governador Itamar Franco não pega esse dinheiro dos fundos, que diz que não pode estar nos fundos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e o deixa no BDMG? Isso ele poderia fazer. No BDMG, esses recursos estariam com os recursos para saneamento básico, para os quais já existem acordos firmados. É evidente que o Governador Itamar Franco não quer isso, porque quer liberar esses recursos agora para fazer algum tipo de obra às vésperas de campanha eleitoral.

É possível algum tipo de acordo com o Governo? É. Apresentei, por exemplo, uma emenda em que procurava vincular esse dinheiro a um determinado gasto, a algo democraticamente escolhido. A emenda relacionava-se exatamente às obras do Orçamento Participativo. Onde estão as obras do Orçamento Participativo prometidas pelo Governador Itamar Franco? Não foram feitas. Nós, Deputados da Situação, fomos, região por região, afiançar que as obras existiriam. Por que ele agora não faz as obras que prometeu ao povo de Minas Gerais e à Assembléia Legislativa? Mas ele rejeitou essa emenda porque não quer vincular esses recursos a algo democrático.

Poderíamos fazer um acordo. Há R\$263.000.000,00. Isso está indo dos fundos para o caixa único. Os estudantes e os professores estão reivindicando 2% para a UEMG, o que significa um aumento, em relação ao orçamento, de R\$107.000.000,00. Vamos fazer um acordo com o Governador. Que ele retire esse veto, que derrubemos o veto e esse dinheiro vá, por exemplo, para a UEMG. Aí vamos ter o controle dele. Ainda sobriaria para o gasto que o Governador Itamar Franco quer deixar para o Sr. Newton Cardoso fazer.

Nós, Deputados do PT, não vamos topar isso. São R\$263.000.000,00 para o Vice-Governador gastar da forma que quiser, com a candidatura de Itamar Franco para Presidente da República e com a sua para Governador do Estado? Ora, simplesmente, é um pedido impossível de ser feito aos Deputados Estaduais. Conclamo a base do Governo - do qual

participei, durante todo esse período, até que ele não quisesse mais o PT no interior do Governo - que pense bem, porque o Governador Itamar Franco, mais uma vez, não vai cumprir a palavra com os Deputados da base do Governo. Não podemos votar isso sem fazer o vínculo.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que faça a chamada dos Deputados, o que irá comprovar a inexistência de quórum, ou que encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Júnior) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 45 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que se encontram nas galerias, senhoras e senhores telespectadores da TV do Legislativo: venho a esta tribuna para discutir o Fundo SOMMA. Acho que esta Casa está aprofundando com esse requerimento.

Quero dar uma explicação e uma orientação aos companheiros das galerias. Perguntei para o companheiro Toninho Andrade por que não votávamos logo o projeto da UEMG, que não é só do Deputado Paulo Piau, mas também de toda esta Casa, principalmente da Bancada do PDT, que sempre luta pela melhoria do ensino. De antemão, a Bancada do PDT, representada por cinco Deputados, estará votando junto com a UEMG. Não poderia deixar de informar aos senhores que procurei me informar com a Mesa, pois também acho que deveríamos antecipar essa votação da UEMG. Mas todos sabemos que, pela Constituição e pelo Regimento Interno, não há como fazer essa antecipação. Podemos apresentar um requerimento. Nenhum Deputado pode apresentar requerimento tentando passar adiante ou dar preferência ao projeto da UEMG, pois não há condição para isso, a Constituição é clara. O Governador manda um projeto para esta Casa; após 45 dias, se ele não for votado, vai sobrestar a pauta, pois tem a preferência.

Gostaria de comunicar aos senhores que estão em Belo Horizonte e deixaram os seus afazeres que, infelizmente, enquanto não se votar o Projeto SOMMA, não poderemos prosseguir na pauta. Não podemos garantir que teremos condições. Se os 77 Deputados fizerem um abaixo-assinado agora pedindo que o projeto da UEMG seja votado, não teremos essa condição, por ordem do Regimento. Não adianta enganar a platéia. Essa é a verdade.

Se os 77 Deputados falarem que querem votar, como o PDT, o PMDB, o PT, o PSDB e todos os partidos, não teremos condições. Quero explicar isso aos senhores para que não fiquem esperando, porque todos saíram dos seus afazeres, vieram a Belo Horizonte por uma causa justa, mas não terão resolvido o problema.

Se perguntarem a mim ou ao Presidente: "Mas, quando vão votar?", nós mesmos não sabemos, porque o projeto do SOMMA está sobrestando toda a pauta. Eu, por exemplo, tenho um projeto que está pronto para vir para a pauta, mas será sobrestado. É um projeto sobre os radares, que estão provocando multas a torto e a direito. Com a aprovação do nosso projeto, os motoristas deverão ser comunicados com uma antecedência de 200m. Temos que acabar com os radares-surpresas. Radar é para educar, não é para faturar. Se tem radar, vai ter que mostrar. Esse projeto é de interesse desta Casa, de todos os Deputados e toda a Minas Gerais e não está podendo ser votado.

É isso que quero explicar a vocês, porque ficam aí aplaudindo, falando, solicitando, mas acho que o trabalho que têm a fazer agora é chamar cada Deputado. Aproveitando que vocês já estão aqui, chamem-nos lá fora e perguntem: "Deputado, qual a posição do senhor?". Esse é o melhor trabalho que podem fazer junto à comissão. Mandem chamá-los nominalmente, Deputado por Deputado, e falem "Deputado, como o senhor vota? Podemos contar com seu voto? É palavra de homem? O veto será derrubado?".

No dia da votação vocês podem pressioná-los e conferir. Tinha a vontade de votar isso hoje, como essa é a vontade de todos os Deputados, mas infelizmente não tem jeito.

Gostaria de ouvir outros Deputados, porque a posição da Casa é essa. O Presidente tentou explicar, e também estamos aqui para isso.

Vão à luta, procurem as bancadas, converse com cada Deputado, porque o voto secreto aqui, nesta Casa, como em qualquer parlamento, torna difícil prever o sentimento e a vontade de cada um.

Acho que se fizerem compromisso com os senhores, este tem que ser cumprido. E homem tem que ter palavra.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo desta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a reunião ordinária a seguir, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 139ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/3/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Pedro Pinduca - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior. Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma alegria vermos a Casa voltando aos velhos tempos dos debates acirrados e animados, nos quais o contraditório é feito de forma permanente. É sinal do vigor da democracia. No entanto, entendo que a ata que foi lida, da reunião da parte da manhã, é uma peça muito fria e sem alma, que não retrata o entusiasmo do debate que aconteceu na Casa durante o período da tarde. Vimos muitas idéias que foram discutidas e debatidas. Não estou querendo fazer obstrução, mas acho que a ata lida agora é uma peça sem vida. Vimos muitas questões importantes para o futuro do Estado, muitas intervenções de Deputados que registraram situações fundamentais para o Estado e não se encontram contidas na ata.

Sr. Presidente, nossa sugestão é que seja feito um reparo na ata, para que realmente traduza o vigor do debate da tarde, mostrando, de alguma forma, o que realmente aconteceu. Com toda certeza, esse registro da reunião da Assembléia entrará para a história, porque estará guardada para a posteridade toda a vibração do debate.

V. Exa., Deputado Antônio Júlio, que sempre esteve nestes mesmos microfones defendendo que a ata retratasse o momento real do debate no Plenário, vai concordar com este Deputado. Mesmo que a leitura de uma ata possa demorar 1 ou 2 horas, os parlamentares sabem, muito bem, que estão aqui para trabalhar e contribuir com a democracia de forma efetiva. Então, essa leitura, mesmo sendo longa, não vai cansar ninguém, porque todos, de alguma forma, se sentirão entusiasmados e animados para realizar o debate.

Sr. Presidente, quando o Deputado chega ao Plenário e não vê que suas opiniões e seus pontos de vista foram retratados na ata, é lamentável. Hoje, na parte da tarde, discutimos a questão caótica do sistema carcerário, foi apresentada a situação em que se encontra a Delegacia de Furtos e Roubos, com a greve de 440 presos, foi relatada toda a situação dos servidores de Contagem, foi dito que durante o Governo Paulo Matos não havia o repasse do recolhimento dos servidores para os cofres do IPSEMG e, mesmo assim, não houve o corte do convênio.

Estamos vendo que no novo Governo que assumiu Contagem, ao qual fazemos oposição, o tratamento dos servidores está sendo diferente. Ontem, lá em Contagem, é bom que se registre, até pela fala do Deputado Amilcar Martins, os professores municipais fizeram paralisação. Houve uma ação da polícia reprovável, repressiva. Isso não acontecia há muito tempo no movimento paredista em Contagem.

Sr. Presidente, entendemos que a ata não está retratando fielmente toda a discussão, é um texto pasteurizado, sem vida, sem alma. Isso até desanimou os Deputados, que estavam em peso no Plenário, que não querem sacrificar o jogo de hoje à noite, toda a sua paixão pelo esporte. Realmente, a leitura da ata foi desanimadora, desmotivadora.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por não haver quórum para a continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de quórum para a continuação dos trabalhos. Continua em discussão a ata. Não havendo quem sobre ela se manifeste, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por não termos 39 Deputados em Plenário. Concordei com V. Exa. que na apreciação da ata seriam só 26 Deputados. Agora precisaremos de 39 Deputados e temos somente 29.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Responderam à chamada 32 Deputados. Não há número para votação nem para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 22, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 224ª reunião ordinária, em 28/3/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Foram apresentados em Plenário os Substitutivos nºs 3 a 6 e as Emendas nºs 1 a 15. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 7, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 15, ficando prejudicados a Emenda nº 6 e os Substitutivos nºs 1 a 6. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade emite parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 7, que apresenta, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 15, ficando prejudicados a Emenda nº 6 e os Substitutivos nºs 1 a 6.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; aos incisos IX, X e XX do art. 22; aos arts. 47 e 48; ao inciso VII do art. 49; aos §§ 1º e 2º do art. 66 e ao § 2º do art. 86; ao art. 100; ao § 1º do art. 120; aos arts. 169 e 170; aos §§ 7º e 8º do art. 171; ao art. 310; ao parágrafo único do art. 316; aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 325; aos arts. 335, 339 e 341 e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; ao art. 185; à alínea "c" do inciso IV e ao inciso XV do art. 190; ao § 2º do art. 203 e aos arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEL. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial

perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 55ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.087/2000, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.280/2000, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 1.961/2001, do Deputado Kemil Kumaira; 1.967 e 1.968/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.988 e 1.989/2001, do Deputado Arlen Santiago; 1.991/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.995 e 1.996/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.017/2001, da Deputada Elbe Brandão; 2.027/2001, do Deputado Arlen Santiago; 2.008/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.998/2001, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.000/2000, do Deputado Edson Rezende.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.003, 2.009 e 2.010/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 64ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.007/2001, do Deputado Arlen Santiago; 2.011/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.021 a 2.024/2001, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 2.028/2001, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre edital de licitação para exploração do Terminal Rodoviário de BH.

Convidados: Sr. Maurício Guedes Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 54ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 29/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a situação dos portadores de esclerose múltipla.

Convidados: Srs. Carlos Patrício Freitas Pereira, Secretário da Saúde; Elias Nahas, Secretário Adjunto do Trabalho; Geraldo Martins Ferreira, Vice-Presidente do Grupo dos Amigos dos Portadores de Esclerose Múltipla.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI do FUNDEF, a realizar-se às 10 horas do dia 29/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 28/3/2001, destinadas, ambas, à apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA; e dos Vetos às Proposições de Lei nºs 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado; 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a UEMG; 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio; 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências; 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do IPSEMG; 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado; 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER; 14.605, que dispõe sobre o programa permanente de renda mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados; 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B; 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado; 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar; 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal; 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental; 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001; e 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto de Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão -; e às Proposições de Lei Complementar nºs 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais; 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos Policiais Civis e Militares, aos Militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado; 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências; e 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira, Kemil Kumaira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2001, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

221ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/3/2001

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi esta semana em meu gabinete o Prefeito de Mário Campos, Alberto Agostinho Cândido, que veio pessoalmente entregar cópia de recurso impetrado por esse município junto ao Tribunal de Contas da União, pleiteando a revisão do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Como os nobres colegas devem saber, para calcular o índice a que cada município tem direito o Tribunal se baseia na população estimada pelo IBGE. Só que, no ano passado, a decisão normativa do TCU de 13/12/2000 levou em consideração dados atrasados do IBGE, o que, sem dúvida alguma, prejudicou Mário Campos e vários outros municípios de Minas e do Brasil.

Esse fato, que trago ao Plenário desta Casa para solicitar o empenho dos colegas e de todo o Poder Legislativo em favor dos municípios mineiros prejudicados, tem, a nosso ver, uma simples solução. O caso de Mário Campos é meramente ilustrativo. De acordo com o último censo do IBGE, o município tem população de 10.525 habitantes. Mas, para definir o índice, o TCU considerou que a população local era de apenas 8.988. Quando foi cobrar do TCU a revisão, mostrando que a população correta da cidade, estimada pelo IBGE, é superior a 10 mil, o Prefeito recebeu resposta de que o órgão responsável pelo recenseamento se atrasou no envio de informações para o TCU.

Ora, por causa desse atraso e de uma falha na comunicação entre dois órgãos, Mário Campos está recebendo um FPM 33% menor que aquele a que tem direito. Isso, Sr. Presidente e nobres colegas Deputados, significa que, anualmente, Mário Campos deixará de receber cerca de R\$400.000,00. Os senhores sabem muito bem o que isso significa para um município que tem receita prevista para algo em torno de R\$2.700.000,00 neste ano.

A luta do Prefeito Alberto Agostinho é justa e tem todo o nosso apoio. Ele tem feito uma administração eficiente em Mário Campos. Investe no social e procura construir uma base sólida para que aquele novo, mas promissor município possa oferecer à sua população uma boa qualidade de vida. E não foi à toa que o Bebeto, como é carinhosamente chamado pela população, foi reeleito no ano passado, com expressiva votação. Ele é um Prefeito atento, defensor dos interesses do município e, nesse caso particular, vem demonstrar sua determinação em fazer com que Mário Campos não seja atropelado nos seus direitos.

E vejam só, nobres colegas. Além de Mário Campos, os Municípios de Lagoa Santa, Sarzedo e São Joaquim de Bicas, também da região metropolitana, e muitos outros estão reclamando os mesmos direitos. Vários municípios do nosso Estado estão sendo também prejudicados e, pelas informações colhidas, há cerca de 600 municípios brasileiros prejudicados pelo mesmo erro de órgãos da esfera federal. Isso porque o IBGE é órgão do Governo Federal, e os municípios não podem ser prejudicados se o TCU se baseou em dados defasados para calcular o índice do FPM.

Quero aqui, portanto, levantar essa bandeira. É uma questão de justiça, porque a lei é que determina que o índice do FPM deve ser baseado na população de cada município. E, se o TCU está se baseando em dados defasados, a lei não está sendo cumprida. E a correção, no nosso entendimento, tem que ser urgente. Urgente porque, corrigindo-se esse índice, o repasse do FPM de todos os demais municípios terá de ser revisto. Isso vai afetar todo o Brasil e influenciar no planejamento de todos os municípios do nosso País. Isso é muito grave, principalmente porque a maioria das Prefeituras brasileiras se sustenta com os recursos do FPM, que já são escassos e, com essa denúncia que fazemos, tornam-se ainda mais injustos para mais de 600 municípios de nosso País.

Quero então registrar aqui todo o nosso apoio a essa luta do Prefeito Bebeto, de Mário Campos, e dos Prefeitos de São Joaquim de Bicas, Lagoa Santa e Sarzedo, para citar apenas os que entraram com recurso junto ao TCU. Por meio de expediente junto à Comissão Justiça desta Casa, estou solicitando audiência especial para debater o assunto, permitindo que a Assembléia dê sua contribuição para uma rápida solução para o caso. Por meio de uma justa distribuição de renda, nosso País reduzirá as suas diferenças sociais. E essa redução começa e termina nos municípios, que são a base da nossa Federação e que não podem ser assim tão gravemente prejudicados diante de um erro burocrático e tão infantil dos órgãos federais. Muito obrigado.

O Deputado Álvaro Antônio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras da galeria, na semana passada, tivemos, no Plenário da Assembléia, uma discussão sobre o problema energético, sobretudo o relacionado à CEMIG. Naquela oportunidade, recebemos autoridades com conhecimento profundo de energia elétrica no País. Contamos com a presença do Procurador da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL -, Dr. Cláudio Girardi, que fez sua exposição e colocou seu ponto de vista, sempre preocupado em dizer que a ANEEL não entrava no problema da iniciativa privada ou no problema de energia elétrica do nosso País. E afirmava que se apresentava uma incompatibilidade entre a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia, sempre dando a entender que o Governo quer a privatização. Nós e aquelas autoridades expusemos aqui as nossas preocupações com o que vem acontecendo com esse modelo de estatização implantado na Califórnia. Um verdadeiro caos foi criado com as medidas de privatização da energia elétrica na Califórnia, aí, sim, ocorrendo incompatibilidade entre a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização dessa energia. Por incrível que pareça, os exemplos dos outros países não servem para o nosso. O Sr. Presidente da República insiste na manutenção da política de privatizações a qualquer preço e sem maiores discussões e cuidados que devem preceder qualquer iniciativa por parte do Governo. Inicialmente, o mínimo que podemos esperar disso é um aumento das tarifas.

Esse simpósio aqui realizado versou, principalmente, sobre a desverticalização da CEMIG, ou seja, sobre a separação entre os departamentos, o que gera, o que transmite, o que distribui e o que comercializa a energia. Sem dúvida alguma, isso irá provocar um aumento de impostos para a CEMIG da ordem de R\$64.000.000,00, como o próprio Presidente dessa empresa disse em sua exposição, e uma diminuição de R\$49.000.000,00 em sua receita. Teoricamente, isso geraria uma variação de aumento da energia de cerca de 2,4%. Naquela oportunidade, contamos com a presença de um grande físico nacional, o Dr. Luiz Pinguelli, que demonstrou claramente as inconveniências da privatização da CEMIG. Ele afirmou que a energia brasileira é mais cara que a da Europa e a dos Estados Unidos.

Há um outro problema que não ficou bem ventilado e bem discutido. Trata-se do problema da operacionalização daquelas hidrelétricas que hoje trabalham sintonizadas. O que poderia acontecer com essas hidrelétricas pertencendo a diversos setores da iniciativa privada? Como seria essa compatibilização do fornecimento de energia, não apenas para o nosso Estado como também para o nosso País?

O que querem com a desverticalização da CEMIG é preparar o terreno para que ela seja privatizada. A CEMIG já demonstrou, no nosso País, sua eficiência em relação à distribuição, à transmissão e à própria comercialização da energia, detendo formidável "know-how" na prestação de serviços para a população mineira e brasileira. As experiências históricas demonstram que a iniciativa privada não foi feliz na administração da Light no Rio de Janeiro, assim como, num passado distante, não foi feliz na administração da Cia. Força e Luz de Minas Gerais, dando, posteriormente, lugar à CEMIG, produzindo, gerando e administrando a energia do nosso Estado a contento para a população.

É importante ressaltar que, quando as coisas andam bem, o Estado procura vender e, quando vão mal, procura comprar. Isso vem preocupando não só a classe política do Estado como também a população de Minas Gerais. Nesta hora, os políticos mineiros e brasileiros devem dar maior atenção à privatização do setor energético brasileiro. A privatização da CEMIG será o primeiro passo, que não deve ser dado, a fim de que não sejam privatizadas as demais centrais elétricas do País. Em boa hora, o Sr. Governador encaminhou a esta Casa um projeto de lei tratando da desverticalização da CEMIG e de sua privatização. Felizmente, através de pesquisa pessoal, sabemos que os Deputados mineiros terão uma preocupação maior em relação à privatização da CEMIG. Certos setores, como a energia elétrica, o saneamento, o abastecimento de água, o petróleo, são iniciativas do Estado e do País que não devem ser colocadas nas mãos do setor privado. Em caso de acidente no sistema energético da Região Sudeste, por exemplo, se tivermos produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia sob o controle da iniciativa privada, imaginem os senhores as dificuldades de integração do setor e o sofrimento a que a população estará exposta.

Foram débeis as justificativas para a desverticalização da CEMIG apresentadas no seminário. Esperamos que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais lute contra a privatização e a desverticalização da CEMIG, que, sem dúvida, serão prejudiciais ao povo mineiro e ao País.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que ocupam lugar nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, canal 11, e imprensa: iniciamos nossa fala congratulando-nos com o Deputado Álvaro Antônio, que assomou a esta tribuna para tecer críticas à privatização do setor hidrelétrico brasileiro, especialmente à da CEMIG e à de Furnas.

Respeitamos as palavras do Deputado Álvaro Antônio, parlamentar experiente, caledado, que já exerceu mandato na Câmara dos Deputados, além de ter sido Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas. O que ele diz é resultado do equilíbrio, da experiência e da sensatez por que se pautar sua carreira política.

Enveredo-me na sua trilha para, mais uma vez, tocar, nesta tribuna, meu samba de uma nota só, que é a permanente crítica à privatização de setores estratégicos do patrimônio público brasileiro, defensor que sou da preservação dos ativos patrimoniais estratégicos para este País.

Passo a ler o "Manifesto de Três Pontas", que nasceu da reunião de lideranças regionais do Sul de Minas contra a privatização de Furnas. (- Lê!)

"Os Prefeitos dos municípios formadores do reservatório da usina hidrelétrica de Furnas, que constituem a Associação do Lago de Furnas - ALAGO -, reunidos em Três Pontas, no dia 9/3/2001, vêm, por meio deste, manifestar sua posição no que diz respeito à privatização da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.

A primeira consideração que se faz necessária diz respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos de forma geral e, neste caso particular, aos mananciais formadores do rio Grande, que abastecem a Usina de Furnas e mais seis usinas de diferentes empresas em sua cascata, contribuindo com cerca de 6.000MW para a geração de energia no sistema hidrelétrico brasileiro.

A gestão dos cursos de água, das nascentes dos lagos e de seu uso constitui, portanto, matéria de interesse nacional a requerer intensa participação da sociedade. O uso múltiplo e compartilhado desses reservatórios que formam as usinas reveste-se de característica especial, tendo em vista a escassez de sua matéria-prima, que é a água, e sua reduzida afluência nos últimos anos, sendo, portanto, matéria de extrema complexidade qualquer decisão que venha propor alterações nessa rede interligada de usuários e beneficiários.

Nesse contexto, a privatização de Furnas assume importância extraordinária, pois essa empresa responde pela administração, controle e conservação de enormes reservatórios das cabeceiras das usinas hidrelétricas de Furnas, de Itumbiara e de Serra da Mesa, sendo que o desta última é simplesmente o maior reservatório do planeta em volume de água acumulada.

A prevalência do interesse público e, fundamentalmente, o direito do Estado de intervir nas decisões estratégicas relativas à gestão dos recursos hídricos são prerrogativas imprescindíveis, que deverão estar claramente asseguradas ao setor público.

A segunda consideração que no momento se reveste de importância capital é a garantia de investimentos na expansão da oferta de energia. Vale mencionar que Furnas e outras empresas do Sistema Eletrobrás têm sido até agora impedidas de participar de projetos hidrelétricos, ainda que em parceria com a iniciativa privada. A falta de novas usinas geradoras tem obrigado as empresas a deplecionarem seus reservatórios, com conseqüências danosas, como as constatadas no lago de Furnas, aos municípios lindeiros signatários deste documento.

Por outro lado, a liberação de Furnas para competir e participar da construção de novas usinas e sistemas de transmissão poderá permitir investimentos da ordem de R\$6.000.000.000,00 nos próximos seis anos. Ressalte-se que a participação de Furnas em empreendimentos do setor elétrico, isoladamente e em parcerias, é de importância fundamental para viabilizá-los.

No caso específico de Minas Gerais, novas usinas geradoras na região poderão garantir, em futuro próximo, níveis mínimos de regularização das águas do reservatório de Furnas. Com 44 anos de existência, Furnas tem demonstrado seu compromisso, como empresa brasileira, com a expansão da oferta de energia, a preços competitivos, para as empresas distribuidoras, o que se reflete, em última instância, em preços módicos para os consumidores brasileiros.

Parece-nos ser importante, neste momento de competição globalizada, manter algumas grandes empresas estratégicas, como Furnas, sob o controle do Estado, de modo a que possam agir como indutoras do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, moderadoras dos preços da energia e a que, concomitantemente, tragam divisas para o Brasil, por meio do incremento de suas atividades internacionais.

Por ser oportuno, enfatizamos nossa sugestão de que seja mantida a integridade de Furnas, de modo a ser preservada sua competência técnica e empresarial, fator que tem trazido reflexos extremamente positivos para o desenvolvimento da indústria brasileira, a preservação do meio ambiente, o auxílio às comunidades e o aprimoramento das universidades e escolas técnicas brasileiras, além de trazer melhorias para a sociedade como um todo.

Quando o assunto em pauta é a privatização de Furnas, a ALAGO é representante credenciada e reconhecida da sociedade, representando 34 municípios e mais de 1 milhão de pessoas, sendo indispensável sua participação no intuito de colaborar para o correto equacionamento dessa questão, que não somente envolve a comunidade desta região, mas diz respeito a todo o povo brasileiro e à soberania nacional.

Tendo em vista o exposto, os signatários deste manifesto nomeiam a Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO - sua representante para, em Brasília e em Belo Horizonte, apresentar essas considerações aos Srs. Presidente da República, Governador do Estado, Presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa. Três Pontas, 9/3/2001".

Este manifesto é resultado de acalorada discussão realizada na cidade de Três Pontas, em 9 de março do corrente.

O Deputado Álvaro Antônio (em aparte) - Deputado Marco Régis, ouvi atentamente o discurso de V. Exa., que, por coincidência, trata aqui, no mesmo dia, do problema da CEMIG e aborda com muita propriedade a questão de Furnas. Como sabemos, Furnas é responsável por 70% da geração e do abastecimento de energia elétrica no Sudeste.

O Deputado Marco Régis - E 40% do Brasil.

O Deputado Álvaro Antônio (em aparte) - Sim. Isso mostra a grande importância de Furnas não só para a nossa Minas Gerais, como também para o nosso País. Em boa hora verificamos o levante desses municípios que querem dirigir-se diretamente ao Sr. Presidente da República, para que faça avaliação mais profunda com relação ao problema da energia no nosso País.

Disse, da tribuna, que o Governo brasileiro, geralmente, quando a coisa vai bem, quer vender; quando vai mal, compra. Isso é um absurdo devido ao que pode acontecer com a energia em nosso País.

Temos exemplo contemporâneo, na Califórnia, de que esse expediente que querem implantar em nosso País não está dando certo lá, levando o abastecimento ao caos naquele Estado. Ainda mais que a nossa energia brasileira hoje é mais cara do que nas cidades da Europa e dos Estados Unidos. Afinal, não é o modelo que aí está que vai suprir a geração de energia no nosso País, porque a empresa privada não vai ter responsabilidade com relação, por exemplo, à questão social, assunto sobre o qual ninguém fala. Só se referem, por enquanto, à desestatização, sem levar em consideração o social. Portanto, essa luta de V. Exa. aqui na Assembléia Legislativa será de grande proveito não só com relação à CEMIG, como também em relação à Furnas. Espero que outros Deputados se engajem nessa luta para que possamos mostrar ao Sr. Presidente da República que sua ação é nefasta ao povo brasileiro.

O Deputado Marco Régis - Agradeço ao Deputado Álvaro Antônio, cujas sábias palavras reforçam o manifesto de Três Pontas contra a privatização de Furnas e, ao mesmo tempo, os nossos argumentos contra a privatização de setores estratégicos da economia brasileira.

No documento de Três Pontas há um parágrafo que diz: "...num momento de competição globalizada, manter algumas grandes empresas estratégicas como Furnas sob controle do Estado, de modo que possam agir como indutores do desenvolvimento e ao mesmo tempo moderadores do preço de energia". Reforço isso há muito em meu discurso. Falo da importância de uma empresa como a Vale do Rio Doce, que foi vendida a preço de banana. Era empresa multinacional, estatal, brasileira, que satisfazia a todos os requisitos da competição globalizada, como eficiência, competitividade, lucratividade.

Hoje, reforço os mesmos argumentos com relação à PETROBRAS, que passou por episódios de vazamentos na sua estrutura, culminando, recentemente, com o afundamento da sua plataforma P-36, que é a maior do mundo. Fico me perguntando se existem elementos terroristas a serviço do grande capital internacional, do império dual - condomínio global Estados Unidos e Grã-Bretanha -, induzindo a PETROBRAS a ter vazamentos ou ao afundamento daquela plataforma. O mesmo poderá estar acontecendo no reservatório de Furnas e de outras hidrelétricas, cujos níveis de água estão abaixando, porque, além da falta de chuvas, o ritmo de funcionamento dessas usinas é intenso, a fim de mostrar lá fora a sua grandiosidade. Isso é má administração. A terceirização - como ficou constatado na PETROBRAS -, com empresas incapacitadas para trabalhar nas plataformas, tem levado a mídia a desacreditar a PETROBRAS e outras empresas estatais, que são lucrativas, eficientes e competitivas. Acreditamos que isso seja uma forma de sabotagem para formar uma imagem

negativa dessas empresas, facilitando, assim, a privatização. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o "Estado de Minas" dedicou algumas páginas do seu caderno de política a reportagens da maior importância sobre o Projeto Jaíba nos últimos dias 18 e 19 de março. A matéria é complexa e traz dados novos sobre o assunto. Alguns parlamentares da bancada do Norte de Minas e algumas lideranças do projeto tiveram a oportunidade de prestar seu depoimento perante esse veículo de comunicação.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o descaso com o problema social do Projeto Jaíba já foi trazido a esta tribuna logo no começo da sua implantação. Passou por esta Casa o então Deputado Adelino Pereira Dias, companheiro do PMDB de Janaúba, que também foi Prefeito dessa cidade, entre 1973 e 1977, e acompanhou aquele projeto desde o seu início.

Já naquela época, o nosso companheiro Adelino Dias criticava as ações iniciais do projeto, sobretudo no seu aspecto social, porque era preciso uma estruturação geral, formação do produtor, preparação técnica, educação sistemática para os menores, sistema de fiscalização e controle das ações. Em um projeto dessa envergadura existem erros que devem ser corrigidos. E por que não se corrigem esses erros? Pela falta de uma política agrícola do Governo Federal. As ações políticas que poderíamos fazer foram e estão sendo feitas.

Há tempos, houve uma CPI nesta Casa para apurar irregularidades no Projeto Jaíba, a requerimento da então Deputada Maria Elvira. Quando fui Presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa, dedicamos inúmeras audiências públicas ao Projeto Jaíba. Conosco estiveram vários Deputados e lideranças, juntamente com autoridades do Governo, especialmente do Poder Executivo e de órgãos federais.

Denunciamos desta tribuna o descaso com o projeto, no que se refere à parte social. Fizemos relatórios, levantamos dados sobre a miséria, ouvimos inúmeros produtores falidos, questionamos as elevadas taxas de juros nos empréstimos bancários, abordamos a questão das altas contas de energia, apresentamos alternativas para o caso do controle dos custos da água. O custo com a produção não é compatível com os preços de mercado.

Voltamos à questão da falta de política agrícola do Governo Federal. Os produtores que se organizaram em cooperativas ainda sobrevivem a duras penas, amargando prejuízos. Resta-nos, portanto, nos unirmos para salvar o Projeto Jaíba, pois isso é muito importante para Minas e para o Brasil.

É necessário que se adote uma política de resgate do Projeto Jaíba. O Governo Federal vai gastar muito menos na revitalização do projeto do que gasta para entregar parte do Brasil ao capital estrangeiro, como ocorreu com a venda do BEMGE, com a venda da Vale do Rio Doce, com a implantação de empresas multinacionais.

O projeto Jaíba é o maior projeto irrigado da América Latina, podendo se tornar o celeiro do mundo, bastando para isso a implantação de política correta de incentivo à produção e mercado, investindo no homem lá assentado, resgatando a sua auto-estima. Tenho certeza de que não é desejo de nenhum dos Deputados da bancada do Norte ir ao Jaíba em busca de voto, pelo prazer de explorar a pobreza. Estamos aqui para defender o projeto e as famílias lá assentadas. Queremos, sim, ações concretas, queremos uma CODEVASF voltada para o social, trabalhando para que o fornecimento de água não tenha um custo tão elevado, incompatível com o preço de mercado dos produtos ali cultivados. Queremos a CEMIG fazendo parceria com o projeto, implantando os relógios de controle, instalando padrões residenciais, minimizando aquela situação de pobreza e resgatando a dignidade daquele povo trabalhador.

Tenho conversado com muitos produtores do projeto irrigado de Jaíba, de Pirapora e Janaúba, onde também sou votado, e todos reclamam dos altos custos dos serviços prestados pela União e pelo Estado e também dos altos custos dos insumos. Mas em todos esses produtores há esperança de dias melhores, confiando no Governo Itamar Franco, no Vice-Governador Newton Cardoso, que gozam de grande prestígio junto aos produtores.

Portanto, renovo o nosso apelo ao Governo de Minas, em favor dos assentados desses projetos e, principalmente, ao Governo Federal, maior responsável pelo fracasso do Projeto Jaíba até agora.

Lá existe água, energia, luz e terra fértil. Por que não se produz? Porque falta uma política voltada para o homem do campo neste País.

Parabéns ao jornal "Estado de Minas" pela matéria e a toda a imprensa mineira, que tem sido uma força na defesa dos interesses do Projeto Jaíba.

Defender Minas, o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Projeto Jaíba é nosso dever.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte) - Deputado Dimas Rodrigues, estamos acompanhando com interesse sua colocação em relação ao Jaíba, porque, realmente, a situação do Norte de Minas, do Jequitinhonha e, sobretudo, do vale do Mucuri é uma situação grave, que precisa ser olhada.

V. Exa. fala da necessidade da irrigação das terras daquela região. Aqui entra o papel da CEMIG, que tem que realizar qualquer trabalho no sentido do fornecimento de energia e de luz elétrica para esse povo desassistido do interior.

V. Exa. tocou nesse assunto, e preocupa-me uma situação que aí está sendo anunciada. Aliás, quero lembrar que já encaminhei à Comissão de Defesa do Consumidor um requerimento para que possamos, em audiência pública, nesta Casa, discutir as propostas de aumento da tarifa de energia elétrica da CEMIG. A CEMIG propõe reajuste na tarifa de energia elétrica, que deve ficar entre 13 e 17%, enquanto a inflação, no ano passado, esteve próxima a 17%. Trata-se de diferença muito grande para um povo já penalizado, sofrido, desempregado e que não sabe como vai arcar com mais despesas com as contas de energia elétrica. No período de 1997 a 2000, a CEMIG ajustou as suas tarifas residenciais em 63,64%. Foi um grande aumento, porque, no mesmo período, a inflação ficou em 18,54%.

Agradecemos a V. Exa. a oportunidade que nos deu de lembrar essa questão. Aproveitamos ainda a oportunidade para convidar todos os Deputados da Casa e pessoas interessadas no assunto para participarem de uma reunião, promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor, em data que será determinada nos próximos dias. Então, chamaremos os responsáveis pelos aumentos das tarifas da CEMIG, para que esse abuso dos preços altíssimos da energia não seja concretizado.

Acreditamos que todas as pessoas, sobretudo aquelas que precisam da energia elétrica para irrigação e iluminação, não podem sofrer as conseqüências de um reajuste tão desproporcional. Inflação de 6% e reajustes de 13 a 17%. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradecemos as palavras da Deputada Maria José Hauelsen. Temos lutado muito junto à CEMIG para que equipare a taxa de energia diurna com a noturna. Sabemos da grande preocupação daqueles produtores. Precisamos nos unir para lutar para que a CEMIG reveja essa situação. Assim, daremos condições de vida àquele povo, que é trabalhador e precisa só de incentivo dos Deputados e dos nossos governantes.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Inicialmente, quero cumprimentá-lo. Estava inscrito, mas vou ceder meu tempo ao colega Miguel Martini. Acho que são pronunciamentos desse peso, dessa envergadura, de pessoas sérias como V. Exa. que fazem a diferença e procuram, cada vez mais, mostrar, sem subterfúgio, o que está acontecendo na nossa região.

O Projeto Jaíba já avançou muito, mas, na verdade, muita coisa ainda tem de ser feita, muito espaço tem de ser conquistado, muita luta tem de ser empreendida para que possamos chegar, pelo menos, a um estágio de estabilidade social naquela região.

Vi recentemente reportagem no jornal "Estado de Minas" a respeito do Projeto Jaíba. Notamos claramente nesse artigo a impressão que o projeto causa no Estado e na opinião pública brasileira. Quem acompanhou o Projeto Jaíba, como temos acompanhado, eu e V. Exa., quem está lá praticamente todo mês fazendo reuniões, procurando mostrar a importância de não se discriminar aquela região, tirando a pecha de incompetência do Projeto Jaíba, pode fazer uma avaliação clara dos avanços deste, tendo visão mais clara do

espaço que temos a percorrer.

O Jaíba, hoje, além de ser preocupação nacional e estadual, tem de passar a fazer parte das preocupações dos políticos sérios, dos que usam a política para trazer ganhos e benefícios à população. O povo lá está sofrendo. Vejo uma hipertrofia muito grande do Projeto Jaíba em seu aspecto físico, mas também um massacre enorme em cima das pessoas simples, que estão ali e acreditam naquele projeto, que estão inadimplentes com a CEMIG, com o projeto, sem ter como pagar o custo da luz e da água pressurizada. Disso não se fala. É importante que se invista na saúde social do projeto e nas pessoas, para que tenham condições de viver com dignidade.

Estamos propondo à Casa, por isso, uma audiência pública naquela região, como aconteceu de dois em dois anos, com a presença de uma comissão especial. Gostaríamos de convidar os companheiros do Jequitinhonha e do Mucuri para que vejam o que está sendo feito ali e para que possamos dar, mais uma vez, a nossa contribuição.

Estou ao lado de V. Exa., para que possamos levantar a bandeira do Jaíba, levantando também a bandeira da defesa social dos que ali estão, para que se sintam cidadãos. Depois disso, poderemos falar com orgulho, de boca cheia que o Projeto Jaíba é o melhor e o maior projeto da América Latina.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, grande batalhador. Sou testemunha do grande trabalho que faz o Deputado Carlos Pimenta em defesa do Jaíba.

Quero dizer, caro colega Carlos Pimenta, que já protocolamos na Comissão de Agropecuária um requerimento para que esta Comissão faça uma visita ao projeto, juntamente com o Secretário Raul Belém e com o Dr. Caio Brandão, da RURALMINAS. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de iniciar agradecendo a gentileza do Deputado Carlos Pimenta, que teve a compreensão de me ceder seu tempo - estava inscrito após ele - pela gravidade e pela importância do assunto que venho trazer a esta tribuna da Assembléia Legislativa.

Venho falar sobre uma enorme injustiça que está sendo cometida, não contra o Prefeito Ademir Lucas, mas contra os pobres funcionários municipais da Prefeitura de Contagem. Mais que injustiça, diria que está sendo cometida uma covardia, uma imensa maldade com esses funcionários. Vamos, rapidamente, aos fatos.

No último ano, o ex-Prefeito Paulo Mattos deixou a Prefeitura de Contagem inadimplente junto ao IPSEMG, com uma dívida de cerca de R\$7.000.000,00 - valor nominal, sem juros e multas.

Embora o Prefeito Paulo Mattos tenha recolhido mensalmente a contribuição dos servidores, só repassou ao IPSEMG o dinheiro referente a janeiro e fevereiro de 2000. Depois, em maio, depositou uma parcela da quantia devida ao IPSEMG. O IPSEMG não deixou de atender por um só dia aos servidores de Contagem, apesar da inadimplência, do atraso e da dívida de R\$7.000.000,00 da Prefeitura, que recolhia o dinheiro dos servidores e não o repassava.

O Prefeito Ademir Lucas, tão logo eleito, jamais deixou de reconhecer a dívida com o IPSEMG, sobre a qual falou em todas as suas entrevistas. Desde o início de sua gestão, está tentando, através do Secretário de Administração, Dr. Ernani Gomes, negociar o pagamento da dívida, mas, até hoje, não conseguiu interlocutor no IPSEMG para acertar tal pagamento.

A administração Ademir Lucas, já no dia 23/2/2001, repassou para o IPSEMG R\$574.905,82 - e tenho cópias dos depósitos bancários em mãos -, correspondendo R\$150.919,54 às contribuições de janeiro dos servidores, R\$84.450,67 ao FMS e R\$339.535,61 ao FUNDEF. Mas, apesar de o Prefeito estar tentando negociar a dívida, o IPSEMG se recusa, neste momento, a atender os funcionários de Contagem, em um gesto de pequenez política e de perseguição e covardia contra os pobres funcionários, que não têm culpa. O ex-Prefeito Paulo Mattos recolheu a contribuição, não pagou ao IPSEMG, mas, nos dez meses em que ficou inadimplente, os funcionários de Contagem foram normalmente atendidos pelo IPSEMG. Agora, porque assumiu um Prefeito da Oposição, os funcionários de Contagem estão pagando por isso, não sendo atendidos pelo IPSEMG.

Não conseguimos perceber nenhuma outra razão senão a de perseguição política para esse não-atendimento, que consiste em medida arbitrária, violenta, irresponsável e desumana.

Venho, de público, protestar contra essa atitude. O IPSEMG apresenta muitas irregularidades, que estou levantando e denunciarei na tribuna, mas, neste momento, trago à atenção de todo o povo de Minas Gerais e de todos os Deputados essa covardia contra os funcionários da Prefeitura de Contagem. O Prefeito Ademir Lucas já recolheu mais de R\$500.000,00, e os funcionários não estão sendo atendidos, apesar de existir tentativa de negociação por parte da Prefeitura.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Anderson Aduato* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero dizer da honra e da satisfação ao ocupar a tribuna desta Casa pela primeira vez após deixar a Presidência. Creio que o nobre Presidente se equivocou ao mencionar os Líderes que assinaram o presente requerimento: na verdade, solicitei ao Líder do PMDB, Deputado Paulo Pettersen, que pedisse a palavra, pelo art. 70, para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

Venho hoje a esta tribuna exatamente para fazer alguns comentários que julgo relevantes, importantes e necessários sobre a ex-Procuradora-Geral, Dra. Misabel, e o faço não por entender que precise desses esclarecimentos, mas como ex-Presidente da Casa e como parlamentar que acompanhou de perto a luta e o trabalho dessa brilhante ex-Procuradora que tivemos por algum tempo. (- Lê:)

Os debates acalorados, não só no meio político, mas em toda a sociedade mineira sobre as possíveis irregularidades na licitação promovida pela CEMIG, objetivando a recuperação de créditos tributários, as quais culminaram com o lamentável pedido de exoneração apresentado pela Dra. Misabel Derzi, podem ser sintetizados em três pontos principais: 1 - a existência de cláusula no edital que vedava a participação de sociedade de advogados que tivesse vínculo contratual com a CEMIG relacionado à prestação de serviços de recuperação de créditos tributários ou que tivesse atuado no levantamento, para a CEMIG, de tributos e encargos para a mesma finalidade, nos últimos cinco anos; 2 - o fato de apenas um dos licitantes haver sido habilitado na primeira fase da concorrência; 3 - a circunstância de a Dra. Paula Derzi, filha da ex-Procuradora-Geral do Estado, ser sócia do escritório vencedor da licitação.

Por mais que tal assunto seja discutido, entendemos ser necessário interpretar os três pontos a que nos referimos de maneira clara, concisa e isenta, já que seu desdobramento resultou no afastamento do Governo de uma grande colaboradora, que deu ao Estado de Minas Gerais tantas vitórias nas mais altas Cortes do País e que, com as ações judiciais que patrocinou, defendeu o federalismo, a nacionalidade e, principalmente, o patrimônio público estadual. Além disso, o que acho mais importante: não tenho dúvidas da colaboração da ex-Procuradora, com suas ações patrocinadas em nome do Governo de Minas, para conscientizar ainda mais as altas Cortes deste País da necessidade de os brasileiros ilustres defenderem o nacionalismo e, principalmente, o patrimônio público nacional.

Mas, antes de nos aprofundarmos no cerne da polêmica, necessário se faz ressaltar que o edital de licitação foi amplamente divulgado. Em atendimento ao determinado pela Lei de Licitações, o edital foi publicado no órgão oficial de Minas Gerais nos dias 1º/8/2000, 4/8/2000 e 8/11/2000; no jornal "Estado de Minas", nos dias 4/8/2000, 9/8/2000, 2/9/2000 e 2/11/2000; na "Gazeta Mercantil", nos dias 4/8/2000, 7/8/2000 e 3/11/2000. Além disso, foi divulgado no "Jornal do Advogado", edição de novembro de 2000.

A prova da ampla divulgação do referido edital é o fato de que foram adquiridos, na sede da CEMIG, 57 editais, enquanto 8 escritórios de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul participaram da licitação. Nenhum desses escritórios impugnou o edital, todos concordaram expressamente com as suas cláusulas, inclusive este que hoje o contesta judicialmente e através da imprensa.

A chamada cláusula restritiva que atingiu esse escritório vedava a participação de sociedade de advogados que tivesse anterior vínculo contratual com a CEMIG para prestação de serviços de recuperação de créditos tributários ou que houvesse atuado, nos últimos cinco anos, no levantamento, para a empresa, de tributos e encargos com a mesma finalidade. Tal

cláusula teve sua inclusão proposta pela OAB-MG, conforme pode ser comprovado pelas declarações do Presidente da entidade, publicadas no jornal "O Tempo", na pág. 3 da edição de 14/3/2001. O ofício em que a entidade sugere a cláusula foi também mencionado na nota da CEMIG, publicada em todos os jornais de grande circulação em 15/3/2001, e deverá ser encaminhado a esta Assembléia.

Na avaliação da OAB, os escritórios que já haviam trabalhado na recuperação de créditos da CEMIG ou que possuíam contratos com a empresa poderiam obter informações privilegiadas para participar da concorrência. Trata-se de sugestão oportuna e válida, considerando que aquelas organizações já prestadoras de serviços - inseridas na realidade operacional da empresa licitante - eram detentoras de informações que as colocavam em situação de privilégio em relação aos novos candidatos. No mundo globalizado, é o que se denomina "inside information", ou seja, informação privilegiada que não pode - sob pena de má-fé - ser utilizada para favorecer alguns em detrimento de outros. A mencionada cláusula atende ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, fato que por si só dispensa maiores comentários.

O escritório que está a contestar a licitação assinou dois contratos com a CEMIG. O primeiro, em 6/8/99 e o segundo, em 20/9/99.

Provado está que a cláusula não foi inserida pela CEMIG com o intuito de favorecer este ou aquele escritório de advocacia. Provado está que não foi edital dirigido. Creio que isso ficou claro para todos.

Quanto ao fato de apenas um dos licitantes haver sido habilitado na primeira fase da concorrência, é importante salientar que a exclusão dos demais concorrentes foi ocasionada pela insuficiência de documentos ou pela apresentação destes em desconformidade com o exigido pela lei.

Temos aqui, para análise de todos os que se interessarem, cópia dos recursos apresentados pelos licitantes, bem como parecer jurídico do setor competente da CEMIG, o qual concluiu por sua inabilitação.

Consideramos agora a circunstância de a filha da ex-Procuradora-Geral do Estado ser sócia do escritório vencedor da licitação. Com o afastamento formal da Dra. Misabel Derzi da sociedade, em 4/1/99, para assumir a Procuradoria-Geral, mediante comunicado à OAB-MG, foi atendido o requisito legal. Não estava - é importante os Srs. Deputados perceberem isto - obrigada a transferir as suas cotas da sociedade. Se assim o fez, em junho de 2000, foi por sua livre e espontânea vontade. Entretanto, essa data é irrelevante, uma vez que antecede até mesmo o primeiro edital da CEMIG que foi anulado.

Por outro lado, o escritório Sacha Calmon já foi contratado com dispensa de licitação por diversas entidades públicas, a saber: Organização das Nações Unidas - ONU -, INFRAERO, ELETRONORTE, Estados de Santa Catarina e Pernambuco, Municípios de Belo Horizonte, Betim, Ipatinga e muitos outros, EMBRATEL, TELEMIG e Cia. Vale do Rio Doce, antes de suas privatizações.

Se a CEMIG quisesse contratar o escritório com dispensa de licitação, poderia fazê-lo, em virtude da notória especialização do contratado. Trata-se de argumento que não admite refutação. Se a CEMIG, por influência da ex-Procuradora, pretendesse favorecer o escritório vencedor da licitação, não seria o caso de simplesmente contratá-lo? A empresa não tinha necessidade de recorrer a subterfúgio, como poderia parecer a abertura da licitação supramencionada.

Oportuno observar também que o escritório Sacha Calmon Advogados Associados não foi contratado com dispensa de licitação por nenhuma empresa pública enquanto a Dra. Misabel chefiou a Procuradoria-Geral do Estado. Se o escritório ganhou a licitação, foi porque venceu o certame, no qual participou em igualdade de condições com todos os concorrentes. Impedir a participação do escritório simplesmente porque a filha da ex-Procuradora dele faz parte é um absurdo de enormes proporções. Seria o mesmo que vedar a participação de filhos de Desembargadores, Juizes ou Deputados em concursos públicos promovidos pelos Poderes Judiciário e Legislativo.

A concorrência é um processo público de seleção. Foi realizada dentro da maior lisura e atendendo às disposições legais, além de acatar o sugerido pela OAB. Venceu o melhor ou o mais bem habilitado para tal. Essa é a verdade, e ocupamos esta tribuna por amor à justiça e pelo interesse que temos em defender o patrimônio público, que ela, como Desembargadora, o fez tão bem.

Em 1997, se não nos falha a memória, já defendíamos o plebiscito para referendar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio público. Àquela época, fazíamos oposição ao Governo e, por esse motivo, nossa proposição não prosperou. Na legislatura seguinte - esta -, verificamos, com enorme satisfação, que o Deputado Rogério Corrêa já havia protocolizado projeto de lei que tratava da matéria.

Senhoras e senhores, o princípio fundamental do Direito, que chegou até nossos dias por condensar a verdade eterna e indiscutível, é o "in dubio pro reu", ou seja, havendo dúvidas sobre a culpabilidade, o acusado é inocente, até prova em contrário. Ocorre que, nos dias atuais, a dinâmica da realidade socioeconômica e outros fatos mais que conhecemos tão bem - e que na minha avaliação não necessitam ser ditos - infelizmente nos levam a esquecer essa máxima tão importante na análise das questões.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Anderson Adauto, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exa., que vem em muito boa hora. O Dr. Sacha Calmon - jurista dos mais respeitados, com vários livros escritos sobre a questão tributária - foi, durante 25 anos, Juiz Federal, prestando serviços à causa pública, não construindo, durante esse período, nenhum tipo de patrimônio. Isso merece ser destacado.

E quando já desvinculado dessa função, ele realmente presta serviços à iniciativa privada, mas tendo bem claro que são serviços reconhecidos por empresas e setores públicos no Brasil inteiro. Além de tudo, é um democrata, lutador das causas sociais, tem se posicionado com veemência, nos seus artigos, contra essa política neoliberal de exclusão. E também, com relação ao fato de a Procuradora-Geral ter um vínculo pretérito com um escritório, não pode ser nenhum tipo de suspeita contra ninguém, ou ter um filho trabalhando em alguma área. Acho que essa demissão da Secretária e essa ação atendem a um jogo de interesses pequenos na política, que, infelizmente, mostram por onde está caminhando o Governo Itamar Franco. Isso faz parte das fofocas, da luta interna de poder no grupo palaciano, que, infelizmente, acaba ceifando pessoas boas, sérias. Tudo indica que o caminho final do Governador será a solidão e o isolamento político. Muito obrigado.

O Deputado Anderson Adauto* - Portanto, continuando, entendemos a atitude corajosa e firme da Dra. Misabel, ao apresentar ao Governador o seu pedido de demissão, ao mesmo tempo em que exigia também de seus acusadores que fossem até o fim na averiguação das responsabilidades.

Mas o episódio em questão não pode ser tratado como todos os outros, e é por isso que estou na tribuna fazendo essa defesa e esse pronunciamento. O fato sob análise não envolve aspectos políticos; envolve, sim, a figura de uma técnica exemplar, cidadã e profissional que honra a advocacia, o magistério e o serviço público no Estado de Minas Gerais. Nunca nos pronunciámos sobre a demissão de colaboradores do Governo, mas essas reflexões tornam-se necessárias, uma vez que a Dra. Misabel foi peça chave em todas as investidas políticas do Governador, que preferiu o caminho jurídico para resolver os assuntos que ferem o interesse do Estado de Minas Gerais.

A atuação da ex-Procuradora na chefia da Procuradoria-Geral do Estado foi sempre em prol do federalismo. Como exemplo, podemos citar a ação que foi proposta contra o acordo da dívida, celebrado entre o Governo do Estado e a União. Tal acordo penalizava Minas Gerais com juros escorchantes, juros de 7,5% ao ano, enquanto os demais Estados pagavam juros em torno de 6%.

A tese defendida nessa ação era a nulidade da cláusula do acordo que permitia à União seqüestrar receitas próprias do Estado. De acordo com a Constituição Federal, é possível condicionar a entrega de recursos, mas nunca o seqüestro de receitas próprias.

Essa ação possibilitou a assinatura de novo acordo. Não é um acordo ideal, mas, sem sombra de dúvida, é muito melhor do que o assinado pelo Governo anterior.

Outra ação proposta pela Dra. Misabel Derzi que merece ser destacada é a que permitiu ao Estado recuperar o controle da CEMIG, afastando do bloco de controle o principal sócio privado, que é a empresa AES.

Em virtude do afastamento do sócio americano, o Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, sugeriu às empresas estrangeiras que não investissem em Minas Gerais.

Atenta aos interesses do Estado, a Dra. Misabel propôs uma interpelação judicial ao dito senhor e, ao mesmo tempo, ajuizou uma ação de indenização por perdas e danos causados à imagem do Estado. A interpelação está com o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, e a ação de indenização foi distribuída para o Ministro Nelson Jobim, ex-Líder, na Câmara, do Presidente da República, que não colocou a ação em pauta até esta data.

As declarações do Sr. Arminio Fraga originaram um documento que a ex-Procuradora-Geral preparou, esclarecendo a opinião pública americana sobre todo o episódio e as razões do Estado. Tal documento foi distribuído no Conselho das Américas, em Nova Iorque e na Universidade John Robin, em Baltimore (?). A partir daí, cessaram todas as manifestações contra Minas Gerais.

O mais interessante é que o sócio da CEMIG que foi afastado do controle da estatal está sendo multado pelo Governo dos Estados Unidos por ter reduzido propositalmente a oferta de energia no mercado norte-americano com o objetivo de cobrar mais caro pelo produto. De US\$63,00 por megawatt/hora o preço subiu para até US\$750,00, conforme noticiado na página 3 do jornal "Estado de Minas" de 16 de março.

São incontáveis as ações que foram interpostas pela ex-Procuradora-Geral do Estado, em nome da defesa dos interesses maiores de Minas junto aos altos tribunais da Nação.

Solicitamos ao Presidente mais 5 minutos para concluir o pensamento. Não é para hipotecarmos apoio à ex-Procuradora-Geral, que mais do que ninguém conhece seus méritos, sua notoriedade nas cortes de Justiça, no circuito universitário como advogada competente e professora emérita. Estamos aqui para reconhecer, de público, o trabalho que desenvolveu na defesa dos interesses do Estado, do patrimônio e do serviço público de Minas Gerais.

Ainda assim, antes de concluirmos o nosso pronunciamento, gostaríamos de acrescentar que outra ação seria proposta visando anular o acordo assinado pelo Governo Azeredo, que obriga o Estado a retalhar a CEMIG, transformando-a em quatro grupos. O primeiro seria de geração; o segundo, de transmissão; o terceiro, de distribuição, cabendo ao quarto as funções de "holding". Na nossa avaliação, essa desverticalização da CEMIG é a antecâmara da privatização. Quanto a isso, estaremos atentos, e, tenho certeza, todos os parlamentares da Casa. Se não for para privatizar, por que desverticalizar?

Se for para possibilitar melhor fiscalização por parte da ANEEL, ponderamos que o argumento não se sustenta, uma vez que a Agência, de acordo com as normas vigentes, pode fiscalizar a CEMIG quando e como quiser, mesmo da forma como se encontra hoje estruturada.

Dados comprovados atestam também que, com a desverticalização, a CEMIG perderá no faturamento, pagará mais imposto e a tarifa aumentará para o consumidor final.

O pedido de exoneração, apresentado pela Dra. Misabel Derzi, ensejou comemorações no mercado financeiro (vide matéria publicada no "Estado de Minas" de 15 de março).

Em face dessa matéria jornalística, constatamos, pois, que quem ganha com a saída da ex-Procuradora-Geral são aqueles que querem privatizar a CEMIG, principalmente. Ganha, também, o sócio estrangeiro que foi multado em seu próprio país por práticas nocivas ao setor energético daquele País. Ganham, ainda, aqueles que fazem de nosso Estado uma questão política. Ganham finalmente aqueles que sobrepõem interesses específicos ao bem maior da população.

Quando alguém ganha, fatalmente alguém perde, e nesse caso específico, lamentavelmente, quem perde, quem perdeu e quem vai perder é o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, como Líder da Minoria, estou vindo a esta tribuna para trazer um relatório da discussão que temos travado nestes dias com a Liderança do Governo, as outras Lideranças, o Colégio de Líderes da Assembléia Legislativa, em relação à pauta desta Casa, que apresenta, hoje, 22 vetos e esse projeto de extinção do Fundo SOMMA.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado João Leite.

Gostaria de me referir ao pronunciamento que acabamos de ouvir, do Deputado Anderson Aduato. Como a parte que me interessa do seu pronunciamento foi dita após o tempo que lhe foi concedido pela Mesa, não pude solicitar aparte. Mas não poderia deixar de prestar alguns esclarecimentos sobre a parte final do seu pronunciamento. O Deputado Anderson Aduato, infelizmente, não está aqui, mas, de dentro do seu gabinete, deve estar ouvindo a minha intervenção.

O Deputado Anderson Aduato se refere a um acordo assinado pelo Governo Eduardo Azeredo com a ANEEL sobre a desverticalização da CEMIG. Essa manifestação só pode ser atribuída à má-fé ou à desinformação do Deputado. No caso do Deputado Anderson Aduato, a quem todos conhecemos e conhecemos bem, sabemos que podemos eliminar a primeira possibilidade. Certamente, trata-se de um caso de desinformação, que precisa ser esclarecido à opinião pública de Minas Gerais.

Não é verdade que o Governador Eduardo Azeredo assinou com a ANEEL um acerto de dividir a CEMIG em várias empresas. Essa informação não é exata. Em primeiro lugar, isso sugere um acordo específico do Governo de Minas Gerais com a ANEEL. O que existe, na verdade, é uma determinação da ANEEL para todas as empresas de energia do Brasil. Volto a dizer, houve uma determinação para todas as empresas de energia do Brasil em todos os Estados brasileiros. Não vou entrar no mérito da questão, porque não é isso que está em discussão. Houve determinação ou sugestão por parte da ANEEL para dividir as empresas em geração, distribuição, etc.

O que foi assinado pelo Governador Eduardo Azeredo possibilitou, efetivamente, que o Governador Itamar Franco pudesse continuar com algum investimento em geração de energia, ou seja, construção de hidrelétricas. É o que está fazendo, de forma muito modesta. No final do Governo Itamar Franco, o Governo de Minas Gerais terá produzido a metade de geração nova de energia que o Governo Eduardo Azeredo inaugurou. Isso, sim, é o que foi assinado pelo Governador Eduardo Azeredo.

Os esclarecimentos mais detalhados dessa operação e do seu real significado trarei num pronunciamento futuro, porque não quero ocupar todo o tempo do pronunciamento de V. Exa., Deputado João Leite. Trarei tudo com detalhes, para que o povo de Minas Gerais entenda que essa é mais uma distorção, mais uma falácia que se prega contra o Governo passado. Na dificuldade ou na impossibilidade mesmo de dizerem coisas boas do atual Governo, algumas pessoas insistem em tentar jogar lama no Governo anterior, como se uma coisa compensasse a outra. Sabemos que isso não é verdade.

Ainda que o Governo passado tivesse sido desastroso, e sabemos que não o foi, isso não justificaria a inação, o desgoverno, o descontrole, enfim, a vergonha que acontece no Governo de Minas Gerais, graças a um Governador golpista, que não preza a democracia, que desrespeita as instituições e que, publicamente, tentará convocar para um golpe os setores mais anacrônicos e atrasados do Exército brasileiro, os oficiais da reserva, chamados "gerais de pijama". Está publicado na imprensa que o Governador se reuniu com eles, fazendo-lhes sugestões e tentando mobilizar o Exército, para, em desrespeito com a democracia, insurgirem-se contra as instituições e o Governo Federal.

O Governador Itamar Franco está cometendo um crime de responsabilidade, passível de "impeachment". A Constituição do Estado é clara nesse sentido, em seu art. 70, e todos os Deputados a conhecem de cor. Não é papel do Exército brasileiro se insurgir contra o poder constituído. Isso é coisa de um passado não muito distante, que combatemos até com sacrifícios pessoais. O mesmo não ocorreu com o Governador Itamar Franco, que foi um beneficiado, uma vez que se travestiu de opositor, para galgar funções e cargos na sua vida pública. Não combateu a ditadura, ao contrário do Governador Mário Covas, que pagou suas ações com a perda de seu mandato, a cassação de seus direitos políticos e a prisão. O mesmo ocorreu com o Presidente Fernando Henrique e muitos de nós. Fui preso e processado, diversas vezes, em IPMs e no Tribunal Militar, em Juiz de Fora.

Como o Governador Itamar Franco pagou o seu combate à ditadura? Nunca combateu a ditadura. E a prova do apreço que tem por atitudes antidemocráticas e golpistas é esse apelo ao Exército brasileiro, que compreende com clareza sua função constitucional, afastando-se da política e atendendo aos interesses superiores do povo brasileiro. Não vai deixar-se seduzir por esse canto da sereia de um homem que defende idéias atrasadas, golpistas e antidemocráticas. Essa pregação do Governador não encontrará solo fértil, pois é gesto de covardia e desrespeito pelas instituições. Esse é um crime de responsabilidade, previsto na Constituição Federal e na Estadual.

E o Governado assustou-se, quando alguns desses setores disseram estar prontos para agir. Reuniu-se com oficiais da reserva, no Rio de Janeiro, e ameaçaram mobilizar alguns setores golpistas do País. O Governador tentou recuar, mas disse, publicamente, suas intenções. E foi uma vergonha para Minas Gerais, o Estado símbolo da liberdade no Brasil, que tenha partido de seu Governador essa ameaça às instituições.

Deputado João Leite, envergonho-me, neste momento, de ter, como Governador, um homem que não respeita as instituições, um antidemocrata e um golpista como o Governador Itamar Franco. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço o aparte do Deputado Amílcar Martins. Certamente, concordamos que essa não deva ser a postura dos democratas, pois o nosso País e o mundo já conhecem o caminho da ditadura militar e de um regime de exceção e de força. Não interessam ao País esses encaminhamentos que nos remetem a tempos de muita tristeza e de ausência total de liberdade de manifestação e de pensamento.

Também lamentamos o fato de o Governador estar ligado a esses setores que ainda têm representação em nosso País. O Deputado Bolsonaro, freqüentemente, faz essa pregação derrotada em nosso País. Não permitiremos isso. Lutaremos para que o Brasil não seja novamente palco dessas exceções que interessam a uns poucos, e não à maioria da população. Interessamos a democracia. Em nome dela, falaremos sobre o que temos procurado discutir no Colégio de Líderes. Juntamente com os outros partidos da Oposição, o PFL e o PT, tentamos mostrar ao Governo, à Assembléia e à base de Governo que a Assembléia não pode parar em razão de um interesse momentâneo do Governo. Além desse projeto, que está em regime de urgência e está sobrestando os demais, há 22 vetos e outras matérias importantes que precisamos votar, mas o Governo insiste em permanecer com esse projeto que não foi discutido e que não contém as informações necessárias para que os Deputados e as Deputadas possam se manifestar corretamente. Saliento esse primeiro ponto importante, que faz parte da nossa primeira proposta. Qual era a proposta da Oposição? O Governo deveria retirar o pedido de urgência na tramitação do projeto para que pudéssemos votar os vetos e as outras matérias. Mas o Governo não aceitou essa proposta. Quer que votemos, a toque de caixa, esse projeto, que consideramos não ter sido devidamente discutido na Assembléia. Alguns dizem que entrou nesta Casa em dezembro. Como pode ter entrado em dezembro? Entrou como uma proposta simples de extinguir o Fundo SOMMA para que fizessem o pagamento da folha do Estado. A Assembléia rejeitou essa proposta. Agora, o projeto não extingue apenas o SOMMA, mas todos os fundos. No dia 13 de março, tivemos a proposta finalizada do Governo no parecer do relator, Deputado Antônio Andrade, que é também Líder do Governo. A partir daí, trabalhamos para a modificação desse parecer. Tentamos discutir com ele os pontos que a Oposição considera fundamentais, para que possamos caminhar na direção da aprovação desse projeto, já que não conseguimos, da Liderança do Governo, o prazo para discutirmos na Comissão e para que a sociedade de Minas Gerais viesse a discutir na Assembléia essa proposta do Governo. Procuramos, junto à Liderança do Governo, expor algumas questões que são fundamentais para nós. Antes de entrarmos nessas questões que constam nos artigos, nos parágrafos e nos incisos do parecer desse relator, gostaria de dizer algo importante. Não tivemos a oportunidade de ouvir da tribuna nenhuma defesa com relação a esse projeto. Estivemos aqui o tempo todo mostrando as suas desvantagens, mas não vimos a base do Governo ocupar a tribuna para mostrar as suas vantagens. Quais são? O que ganhará a população de Minas Gerais com esse projeto que o Governo propôs. Interessamos ao Governo? Isso não deve ser o principal para a Assembléia Legislativa. O interesse da população de Minas Gerais é o que importa para esta Casa, e não o interesse do Governo.

Outro assunto importante para nossa discussão é a total falta de política de saneamento básico para o Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte tem 400 mil pessoas que, na sua maioria, não possuem água encanada nem coleta de esgoto. Esse projeto extingue o Fundo de Saneamento Básico, o que não aceitamos, num Estado que vive às voltas com doenças que acreditávamos erradicadas: a febre amarela, a dengue, etc. E o Governo envia, em regime de urgência, um projeto que extingue a única possibilidade de a população do Estado mineiro ter uma política de saneamento básico. E quer o Governo que votemos o projeto com urgência. Caso isso seja bom para Minas Gerais, onde se encontra a manifestação popular apoiando esse projeto governamental? Aqui vimos a população se manifestando em relação à UEMG, assim como os servidores da justiça buscando os seus direitos. Onde está a manifestação pelo fim de uma política de saneamento básico, pelo fim do Fundo de Saneamento Básico, pelo fim do SOMMA? Onde estão os Prefeitos defendendo o fim do SOMMA e o fim do FESB? Não haverá manifestação favorável ao fim da política de saneamento básico.

Eu, o Deputado Miguel Martini, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT, o Deputado Sebastião Costa, Líder do PFL, não fomos intransigentes, como afirmam alguns, nas conversações com a Liderança do Governo. Ontem, levamos uma proposta de todas as bancadas, na busca de um acordo. Quais eram essas propostas? Primeiramente, como reza o art. 173 do Regimento Interno, um pressuposto de ter em mãos o contrato entre o BIRD e o Governo do Estado de Minas Gerais. Às 18h30min recebemos a cópia do referido contrato. Como votar sem um pressuposto de tamanha relevância, já que a todo momento o parecer do relator nos remete ao contrato? Precisamos saber o montante de recursos dos Fundos. Seria meio bilhão de reais? E vamos votar, a toque de caixa, a destinação dessa quantia? Nossa proposta é que se apure o valor desses recursos para transferi-los ao BDMG. Como disse o Deputado Sebastião Costa, recebemos resposta negativa às propostas que apresentamos por via da imprensa, e não pelo Líder do Governo.

Não temos resposta. Essa é a verdade. Não houve intransigência: houve busca de acordo, mas acordo para nós é a defesa de uma política, e não, simplesmente, a aquiescência à determinação do Governo ou do Sr. Hargreaves, que diz que, quando quiser, a Assembléia vai votar.

Não estou a serviço do Sr. Hargreaves. Estou a serviço da população de Minas Gerais. A Oposição, representada nesta Casa pelo PSDB, pelo PFL e pelo PT, sente o mesmo que eu. Não será o Chefe da Casa Civil que vai dizer quando devo votar, mas a minha consciência e o mandato que me foi confiado pela população de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito o requerimento do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Obrigado, Deputado Doutor Viana. Encaminho o requerimento do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que pede que seja mantida a preferência regimental na apreciação da pauta da presente reunião. Pena que o Deputado Alencar da Silveira Júnior não esteja presente para defender o seu requerimento, porque, na longa reunião da manhã, o Deputado defendeu a idéia de que a Assembléia pudesse votar os vetos à questão da UEMG e os vetos do orçamento. É interessante que, agora, por meio desse instrumento, pretenda manter a preferência regimental e queira que o projeto que trata da extinção do Fundo SOMMA permaneça na preferência de votação. Na verdade, ao contrário do que algumas Lideranças dizem, não percebemos interesse de acordo por parte da base do Governo. Alguns pontos são fundamentais para a Oposição. O primeiro é a retirada do pedido de urgência na tramitação desse projeto, dando a oportunidade para que a Oposição, juntamente com a sociedade de Minas Gerais e mesmo com a Situação, possa obter mais esclarecimentos com relação a essa pretensão do Governo. Trata-se de ponto importante para nós. Impossível à Oposição votar, em regime de urgência, esse projeto. Não nos sentimos em condições de fazê-lo. Falta-nos pressupostos para tanto. Não conhecemos as 58 páginas que fazem parte do contrato celebrado entre o Governo do Estado e o BIRD. Enquanto estamos no Plenário, a Assessoria toma consciência desse contrato. Penso que até a base de Governo não se encontra em condições de votar. Pergunto se os Deputados da base governista conhecem o contrato celebrado entre o Governo do Estado e o BIRD para votar a transferência, para o Tesouro, para o caixa único, da quantia de meio bilhão. A base de Governo precisa responder a essa questão. Será que os Deputados se encontram em condições de extinguir o Fundo SOMMA? Se há uma CPI investigando o Fundo e a aplicação de seus recursos, creio que seria de bom senso que a Assembléia Legislativa aguardasse seu relatório para votar a extinção do Fundo. Estão preparados os Deputados para votar a extinção do Fundo de Saneamento Básico? Pode a Assembléia Legislativa, representante do povo mineiro, simplesmente extinguir o Fundo de Saneamento Básico sem outra proposta? Os Deputados estão preparados para votar a matéria ou o farão porque o Sr. Hargreaves o ordena? Não creio que os Deputados desta Assembléia tenham relação de vassalagem com o Secretário Hargreaves. Não estamos preparados para essa votação.

Tomo, apenas, uma avaliação feita pelo ilustre relator. Trata-se da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Márcio Kangussu e do Deputado Carlos Pimenta, que estabelece a exigência de que 20% do patrimônio do Fundo SOMMA sejam destinados a Programa Especial de Desenvolvimento da Infraestrutura Viária e de Recuperação de Recursos Hídricos do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A emenda propõe a aplicação em programas, diversos dos instituídos pelo Fundo SOMMA, diz o relator, rompendo com o propósito inicial desta Casa de assegurar o prosseguimento da política pública, objeto desse Fundo, considerando, sobretudo, que os recursos do Fundo, originários do empréstimo, estão vinculados a objeto do contrato celebrado com o BIRD. E pergunto: "Qual é o contrato celebrado com o BIRD?"; os Deputados conhecem o contrato e as cláusulas que levaram o relator a não acatar a emenda do Deputado Márcio Kangussu e do Deputado Carlos Pimenta?

A emenda trata de regiões caras a todos nós: o vale do Jequitinhonha e o Mucuri. Pois, vejamos que o relator não a acata e dá como impeditivo o contrato. Ora, qual é o contrato? Os Deputados o conhecem para negar aos companheiros Márcio Kangussu e Carlos Pimenta, representantes do Jequitinhonha e do Mucuri, 20% dos recursos para investimentos na água e na rede viária dessas regiões? Estamos em condições de negar recursos ao Mucuri e ao Jequitinhonha, região que tem também como defensor o Deputado Kemil Kumaira, por causa de um contrato que não sabemos onde está? O contrato é pressuposto. Se os Deputados não o conhecem, não podem negar ao Mucuri e ao Jequitinhonha os recursos pleiteados por seus Deputados. O Norte de Minas, região carente e necessitada, está também incluída.

Mais grave: pretende o requerimento que votemos o projeto da forma como está.

Qual é o projeto desse Governo para o saneamento básico? Não vimos ninguém da base do Governo subir à tribuna defender o projeto e dizer que é uma grande contribuição para Minas Gerais e que, a partir de agora, teremos uma política para o saneamento básico. Estamos rasgando algo que a Assembléia Legislativa votou: o Plano Estadual de Saneamento Básico, o Fundo de Saneamento Básico, exatamente nesse momento tão delicado da história de Minas Gerais, em que convivemos com doenças graves.

Por isso, temos de rejeitar o requerimento. Aguardamos a resposta da base do Governo.

Conclamo os companheiros a retirar o pedido de urgência para a tramitação do projeto, estudá-lo profundamente e votar os vetos.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, é consensual entre todos os Deputados desta Casa, sejam da base de Governo ou de Oposição, que os recursos dos Fundos PROSAM, SOMMA, FESB e FUNDEURB, que, até então, financiavam os municípios mineiros, estão impedidos de serem repassados por ferir o disposto no art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diz textualmente o "caput" desse artigo: "É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente". Isso, repito, é consensual, é reconhecido por todos os parlamentares desta Casa.

Da mesma forma, todos os membros deste Poder sabem que o § 1º desse mesmo artigo trata das exceções a essa regra. Reza este dispositivo legal que: "excetuam-se na vedação a que se refere o 'caput' as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente".

Claro está que o fomento aos municípios mineiros pode e deverá ter continuidade por meio do BDMG.

A dúvida entre alguns membros da Oposição deste Parlamento está na destinação dos recursos desses quatro fundos. Entendem uns poucos que toda a reserva dos fundos deveria ser canalizada para o BDMG.

Ora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, se assim esta Assembléia entendesse, teríamos, com toda a certeza, um Banco de Desenvolvimento super-capitalizado, em detrimento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança, transporte, entre outros setores. Ressalte-se ainda que até o ano de 2008 o Tesouro Estadual terá que desembolsar US\$30.000.000,00/ano, totalizando ao final mais de US\$200.000.000,00. Da mesma forma, em prejuízo de atividades públicas próprias da atuação do Estado.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, faço desta tribuna um alerta aos nobres pares: de acordo com comunicação do Banco Mundial aos Governos Federal e Estadual, se esta Casa não aprovar a extinção dos Fundos, corremos o risco de a partir de abril próximo municípios mineiros como Belo Horizonte, com mais de R\$10.000.000,00, Caratinga, Caxambu, Governador Valadares, Ipatinga, Uberaba, Pouso Alegre, entre dezenas de outras cidades, não contarem mais com a transferência dos recursos já contratados. Num momento de total escassez de dinheiro para financiar as ações do Governo, não podemos negar aos mineiros a continuação de projetos já aprovados e em andamento, sob pena de sermos cobrados pela nossa e pelas futuras gerações.

Sr. Presidente, acho que a leitura que aqui fiz é bastante esclarecedora. Se esse projeto não for aprovado até o final do mês, e a lei aqui aprovada, o BIRD deixará de repassar para os fundos, para o BDMG, mais de US\$20.000.000,00. E muitos contratos já autorizados pelo Banco Central e pelo Senado, já em andamento para poder receber os seus recursos, entre eles os de várias cidades, como Belo Horizonte, com mais de R\$10.000.000,00, a sua cidade, Caratinga, Deputado Mauro Lobo, com mais de R\$2.300.000,00, não serão celebrados, e essas cidades ficarão privadas desses recursos.

Quero dizer que o que se propõe neste momento é que os recursos dos fundos sejam usados para pagamento dos R\$60.000.000,00 já vencidos e que o restante dos recursos, ao contrário do que diz a Oposição, R\$140.000.000,00, sejam usados para fazer frente a pagamentos da COPASA de recursos que não foram pagos na época do saneamento da bacia do Onça e do Arrudas, recursos esses utilizados naquele saneamento adiantado pela COPASA. E o restante de tudo será transferido ao BDMG para continuação dos programas. E todos os recursos dos financiamentos já contratados que forem repassados ou que forem pagos, à medida que forem quitados, também serão transferidos ao BDMG para o caixa rotativo de continuação do programa que hoje se propõe para o SOMMA e o FUNDERUR.

Então, não é verdade o que foi dito aqui: que os recursos ficarão no caixa único. No caixa único esses recursos já estão há anos. No Governo passado, já estavam. E se não for votada a extinção do fundo, todo recurso recebido dos pagamentos dos contratos com as Prefeituras irão para o caixa único, que é uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa. Não há nada contrariando lei nenhuma. O Governo passado assim procedia. E, neste Governo, também vai para o caixa único por força de uma lei aprovada por esta Casa em que o Secretário, naquela época Amílcar Martins, sabe muito bem como procedia.

Vejo os oradores que me antecederam em total desinformação sobre o que é a verdade que propõe o projeto que está sendo votado.

Vejo o pessoal da UEMG aqui na expectativa da votação, da derrubada do veto do Sr. Governador aos 2% de recursos destinados à UEMG. Quero também que a UEMG tenha os recursos para dar continuação ao seu desenvolvimento. Precisamos discutir um projeto para essa universidade. Nenhum Governo teve coragem de discutir - o de Hélio Garcia ou o de Eduardo Azeredo - e avançar no projeto da UEMG. Criaram uma expectativa que até hoje não foi cumprida. No entanto, os estudantes aqui presentes não vão ver o projeto ser votado enquanto não for votado o projeto dos fundos, que se encontra em regime de urgência. Mesmo que os 77 Deputados queiram inverter a pauta para votar os vetos, não podemos, porque o nosso Regimento Interno não o permite. Primeiro, é preciso votar os projetos que se encontram em regime de urgência, para depois votar os outros.

Então, os estudantes aqui presentes, as pessoas ligadas a mim estão na expectativa da apreciação do veto do Sr. Governador muito mais do que o veto que precisa ser mantido ou derrubado. Com qualquer decisão, não é garantido o repasse de recursos. A garantia de repasse dos recursos será na política do Governo de assim fortalecer a UEMG, o que não aconteceu, nos últimos anos.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Prezado Deputado Líder do Governo, primeiro quero deixar claro que a Oposição não é contra o investimento do Estado no Projeto SOMMA, mesmo nas cidades que foram relacionadas por V. Exa. Particularmente, tenho grande interesse na cidade de Caratinga, conforme V. Exa. sabe. Tanto que o SOMMA foi liberado para Caratinga ainda no Governo passado. Depois, tivemos um problema de questionamento de uma das empresas que participaram. Então, esse programa foi postergado. Posteriormente, neste Governo foi assinado o convênio. Esperamos que esses recursos sejam liberados.

Quando V. Exa. diz que há uma manifestação do Banco Mundial, acho que se trata de assunto importante para que possa ser discutido entre as Lideranças do Governo, da Minoria e dos partidos na Casa, para que possamos encontrar um caminho. Não estamos em situação de total desentendimento. Acho que o nosso papel como políticos é procurar algo que seja satisfatório para ambas as partes, visando, em primeiro lugar, ao interesse maior do Estado.

Deputado Antônio Andrade, sentimos que, às vezes, o Governo não é o melhor gestor dos recursos. Sabemos que os recursos irão para a conta única é legal, mas isso pode não ser, às vezes, o mais adequado. O que nos assusta é sabermos que há recurso significativo para várias cidades do interior e o Governo não está se movendo como devia para que houvesse essa liberação.

Refiro-me aos recursos da Vale do Rio Doce. Há R\$66.000.000,00 para quase 200 municípios. Estivemos com outros Deputados no BNDS e verificamos que nesse órgão a papelada está pronta. Estivemos também no BDMG, que nos informou que, neste mês, toda a parte jurídica estaria pronta para se assinar o convênio com o BNDS. Nessa comissão, há Deputados representantes de vários partidos, inclusive o Deputado José Henrique, do PMDB, de V. Exa. Queremos é ajudar o nosso Estado.

Com relação a esse assunto, não vamos apresentá-lo como se a Oposição fosse antimineira e antipatriótica, que não quer que se liberem recursos importantes para os nossos municípios. Mas queremos acertar esse projeto da forma como julgamos mais adequada. A nossa Liderança está disposta a conversar com V. Exa. para que possamos finalmente chegar a um denominador comum. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade - Fico satisfeito com a sua posição, porque, até agora, isso não tem sido demonstrado dessa forma. O que vejo - talvez não por parte de V. Exa. - é uma obstrução por obstruir, sem saberem o que estão obstruindo. O que está na caixa único já está. E é legal, como V. Exa. acaba de dizer. Houve caixa único no Governo Hélio Garcia, no Governo Eduardo Azeredo.

O que o Governo está propondo é a extinção dos fundos, atendendo exigência do Banco Mundial para a liberação de outros recursos, e que esses recursos sejam alocados no BDMG. Paga-se o BID, a parcela está vencendo apenas este ano, e acerta-se com a COPASA. Essa empresa que trabalha com saneamento básico está descapitalizada em R\$140.000.000,00, porque o Governo passado não fez frente à sua dívida. E que todo o restante dos recursos, tanto os da caixa único como os que estão emprestados, R\$336.000.000,00, seja alocado no BDMG.

O que se propõe no momento, que consta no substitutivo do PSDB, é que não se pague ninguém e mande a totalidade dos recursos do caixa único, hoje, para o BDMG. E o Tesouro terá de buscar dinheiro para aplicar na educação, na saúde, porque ficou descapitalizado por alocar dinheiro em demasia no BDMG, que não usará mais de R\$200.000.000,00 de uma só vez.

Os R\$211.000.000,00 ficarão assim: R\$60.000.000,00 para pagar o BID; R\$140.000.000,00 para pagar a COPASA; R\$2.000.000,00, para o Fundo de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR. Os outros R\$7.000.000,00 deverão fazer frente a esses novos contratos, juntamente com os US\$20.000.000,00 que estão para chegar, assim que aprovado for esse projeto.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Antônio Andrade, quero cumprimentar V. Exa. pelo esclarecedor pronunciamento que está fazendo. Talvez as pessoas que nos acompanham por meio da televisão e nas galerias possam não compreender por que o projeto SOMMA está sofrendo tanta crítica, sem ter defesa ou esclarecimento por parte da Liderança do Governo e da Maioria. Não queremos entrar muito no assunto para não perdermos tempo e até colaborar com o processo de obstrução que a Oposição está fazendo. Mas foi bom esse esclarecimento de V. Exa.

A pauta está cheia de projetos. Temos muitos vetos na chamada faixa constitucional, que têm de ser apreciados prioritariamente. E a Oposição está obstruindo a pauta, não querendo votar. votando, imagina que possa perder. Por isso, está usando um processo que é regimental - diga-se de passagem -, mas obstrui todos os demais projetos, que não podem ser apreciados. A Oposição já deu o seu recado, já fez a sua média, já falou para a opinião pública o que tinha a falar. Está na hora de colocarmos a mão na consciência e votar.

Na verdade, a obstrução não é contra Itamar Franco, é contra Minas Gerais, contra o progresso, contra as obras. Não é o Sr. Itamar Franco o prejudicado pela não-liberação das verbas que estão paradas. Essa crítica de que as verbas do SOMMA não podem ficar na caixa único não tem sentido. Sempre estiveram. Inclusive, no Governo passado. E foram mal utilizadas, em grande parte, porque foram distribuídas pelo critério político, sem fiscalização alguma. Essa verba foi mal gasta, foi utilizada indevidamente, com finalidades políticas, como a CPI do SOMMA está apurando. Por que, de repente, olham com olho de santo, e essas verbas não podem ficar na caixa único? Ainda mais agora, quando temos um Governo honesto, correto, que está gastando com seriedade o dinheiro público.

Está na hora de pararmos de falar para fazer. Vamos votar logo, definir essa situação, para entrarmos nos vetos, entre os quais está o relativo à UEMG e à UNIMONTES, que queremos apreciar o mais rápido possível.

O Deputado Antônio Andrade - Agradeço o aparte do Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Estou acompanhando com atenção a sua defesa do projeto em pauta. Não tenho participado da discussão, mesmo porque não tenho acompanhado o projeto nas comissões, mas tenho observado que muitos que ocupam a tribuna não têm o conhecimento devido e, à mingua de argumentos, fazem críticas estereis ao Governo Itamar Franco. Percorro o Estado de Norte a Sul e sei que a população mineira não tem dúvida de que o Governo Itamar Franco é honesto. Certamente, há algumas críticas e pessoas contrárias à sua estratégia de governar, além de alguns questionamentos à sua determinação de candidatar-se à Presidência da República, como se fosse proibido a um mineiro trabalhar por sua ascensão ao mais alto cargo da Nação, mas V. Exa. está perdendo tempo, pois quem lê a pauta sabe que V. Exa. está discutindo o sétimo substitutivo, e, sendo o sétimo, é difícil entender que a matéria não tenha sido amplamente discutida. Apenas quem não quis não discuti e ainda quer chegar à tribuna, para discutir o projeto sem conhecimento. Todos que quiseram discuti-lo tiveram que passar pelas comissões.

Sendo assim, V. Exa. está perdendo tempo, e sua fala é mera retórica e sofisma de Oposição. Além disso, se V. Exa. ainda não chegou a um acordo, depois de tanto embate, resta-lhe apenas conchamar a base do Governo, para discutir e partir para a votação, pois confiamos que o Governo dará um destino correto a esse recurso. A matéria já está amplamente discutida e entendida. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade - Agradeço o aparte do Deputado. Conforme as palavras do Deputado José Braga, lembro que, se já estamos no sétimo substitutivo, isso se deve ao fato de o projeto ter sido amplamente discutido. Tivemos sete substitutivos e várias emendas apresentadas. Entre elas, acatamos todos as plausíveis de todos os partidos, como o PSDB, o PT, o PFL e outros. Não acatamos apenas as emendas que vieram para de impedir o andamento do projeto, por mera oposição. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade tem de ser restaurada e tem de prevalecer sempre. O Deputado Luiz Tadeu Leite, apartando o Líder do Governo, afirmou que os recursos do SOMMA, no Governo passado, foram utilizados inadequadamente, partindo-se de critérios políticos e beneficiando os aliados do Governo. Esclareço ao Deputado Luiz Tadeu Leite, a todos os Deputados e ao povo de Minas Gerais que é fácil comprovar que mais de 140 municípios mineiros foram beneficiados com os recursos do SOMMA ao longo dos Governos Hélio Garcia e Eduardo Azeredo. Reafirmo que as Prefeituras mais beneficiadas com os recursos do SOMMA foram as de Ipatinga e Betim, que não pertenciam ao PSDB, que é o partido de Eduardo Azeredo. Faço justiça tanto à Prefeitura de Ipatinga quanto à de Betim. Os recursos foram corretamente utilizados, trazendo grandes benefícios à população de Minas Gerais. O que foi afirmado não é verdade. Caso tenha havido algum problema na aplicação dos recursos, não pode ser atribuído ao Governo, ao Governador nem ao BDMG, mas, eventualmente, a uma ou outra Prefeitura que não fez o uso correto e devido do recurso. Essa é uma matéria que está sendo apurada neste momento por uma CPI, que mostrará a verdade. Estou dizendo isso com o objetivo de prestar um esclarecimento a todos. Na verdade, o Governador Eduardo Azeredo foi extremamente correto na aplicação desses recursos, que beneficiaram a população de Minas Gerais. O Fundo SOMMA é exemplar, beneficiou milhares de mineiros e não merece essa acusação. As Prefeituras que mais se beneficiaram eram administradas por outros partidos políticos. Insisto nesses dois exemplos, que são os mais importantes: o da Prefeitura de Ipatinga, que recebeu, se não me engano, R\$17.000.000,00, e o da Prefeitura de Betim. Se for necessário, pedirei o testemunho da Bancada do PT nesta Casa. As Prefeituras do PMDB, do PFL e de todos os partidos políticos foram beneficiadas corretamente e, por sua vez, beneficiaram a população de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Não desejamos polemizar, porque isso ajudaria na obstrução que a Oposição está fazendo nesta Casa. Mas esse assunto não pode ficar sem um esclarecimento, porquanto irregularidades houve. A maior delas, que está provada no Fundo SOMMA, é que o Governo do Estado entregou para as Prefeituras, sem fiscalização, valores superiores a R\$200.000.000,00. Não faz sentido culparmos apenas as Prefeituras. A culpada é a gestão que deixou nas mãos das Prefeituras esse recurso sem fiscalização. A CPI está buscando informações, mas dizem que ninguém é responsável porque não havia ninguém para fiscalizar, nem o BDMG nem a SEPLAN nem o Governo. Se deixaram o dinheiro nas mãos dos Prefeitos, a primeira responsabilidade é de quem liberou o dinheiro e não fiscalizou adequadamente. As irregularidades existem e o critério para a prática dessas irregularidades foi político. Não me impressiona que Prefeitos de vários partidos tivessem recebido verbas, porque, na verdade, estavam juntos com o Governo em gestões

passadas atrás dos benefícios, das obras e do apoio.

Mas, por coincidência, está no meu gabinete o atual Prefeito de Bocaiúva, Alberto Caldeira, que tem informações privilegiadas para prestar a esta Casa, relativas à aplicação dos recursos do SOMMA, podendo fazê-lo agora, se for preciso, ou em qualquer outra oportunidade. Não quero polemizar para não perder tempo num momento em que queremos aprovar a liberação dos fundos, inclusive o do SOMMA, para que as Prefeituras recebam verbas a serem aplicadas corretamente em benefícios e obras para o Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tratarei dessa questão sob dois prismas. O primeiro refere-se à verba dos fundos e sua relação com o caixa único. Na CPI, realizada para verificar o desvio de verbas dos fundos para o caixa único do Estado, no Governo Azeredo, ficou muito comum dizer-se que era normal, legal, que o dinheiro dos fundos fosse utilizado para outras finalidades. Nunca concordei com essa versão porque se existem os fundos com determinado objetivo é exatamente para que esse objetivo seja cumprido. Não fosse isso, a Assembléia Legislativa não teria aprovado verbas para determinados fundos: saneamento básico, educação, etc. Sempre estranhei que uma verba destinada a um certo objetivo fosse utilizada para outro fim sem a autorização da Casa Legislativa. Nesse sentido, nosso relatório, aprovado na Comissão, considerou que o Governo Azeredo agiu mal, equivocadamente, ao desviar as verbas do fundo para outras finalidades. Digo, o desvio não para o bolso de alguém, mas de uma finalidade para outra. Assim, o dinheiro dos fundos foi utilizado para outros objetivos que não o que lhe era próprio. Isso aconteceu com o FUNDEF, com o SOMMA, o PROSAM, o próprio Fundo de Saneamento, que foram utilizados no caixa único e, o mais grave, ao final do Governo Azeredo, deixando os fundos esvaziados e o Governo posterior, de Itamar Franco, com uma dívida de, aproximadamente, R\$380.000.000,00.

Esse é o resultado da análise que fizemos. Portanto, não posso concordar em que o atual Governo do Estado use a mesma artimanha do anterior com as verbas desse Fundo.

Por mais que o Deputado Antônio Andrade tente nos convencer do contrário, é evidente que as verbas que deveriam estar em determinados fundos, depois de sua extinção, não estarão mais. Grande parcela delas irá para o caixa único do Estado para atender a outros objetivos, que o Deputado Antônio Andrade tenta explicar.

Não estou dizendo que haja ilegalidade, mas, vejamos bem: o FESB teria em caixa em torno de R\$116.000.000,00; o PROSAN, aproximadamente R\$5.500.000,00; o Fundo SOMMA, pelo menos contabilmente, R\$102.000.000,00, e o FUNDEURB, R\$38.000.000,00, perfazendo um total de R\$263.000.000,00. Com a extinção desses quatro fundos, a verba estaria destinada ao caixa único do Estado.

Assim justifica o Governo: seria uma necessidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada e posta em prática pelo Governo Fernando Henrique. Verdade. Mas esse dinheiro poderia ficar no BDMG e, de lá, cumprir as funções estabelecidas anteriormente pelos fundos. Por quê não fazer isso?

Outra alegação do Governo: sanar a dívida com a COPASA, o que seria, de acordo com o Deputado Antônio Andrade, em torno de R\$140.000.000,00. Ora, esse valor, que era dos fundos e tinha outro objetivo, vai ser utilizado para sanar a dívida com a COPASA. Mas é evidente que é dinheiro de caixa único. Então, há desvio de finalidade do dinheiro que anteriormente era do fundo e que será usado para um acerto de contas com a COPASA, coisa que o Governo passado deveria ter feito e não fez.

Diz ainda: R\$60.000.000,00 seriam para o BIRD, dinheiro de empréstimo. Ora, mas seria ainda dinheiro do fundo sendo aplicado em outra finalidade, totalizando R\$200.000.000,00. Certo que é dinheiro do caixa único usado para resolver outro problema do Governo, a dívida com o BIRD. Há, portanto, desvio da finalidade anteriormente posta pelos fundos. Mesmo assim, sobriariam R\$60.000.000,00. O Governo diz que não tem o dinheiro, mas que estaria no caixa único.

Essa é a primeira questão: não se tem o acordo global do que vai ser feito, pelo menos com os restantes R\$63.000.000,00.

É preciso, então, chegar-se a um acordo sobre como será feito o acerto de conta e como vamos disponibilizar para os fundos esse montante, que, com a extinção dos fundos, não estará mais sendo empregado. Essa é a primeira questão, que não está resolvida e que gostaríamos de discutir com o Governo do Estado.

Uma segunda discussão importante diz respeito à política de saneamento, que me parece ser a questão central. Nisso, minha opinião se distancia da de alguns Deputados, principalmente dos do PMDB que ocuparam a tribuna, por discordar completamente da política de saneamento que tem sido levada a cabo pelo Governo Federal.

Para se ter uma idéia, encontra-se, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.147/2001, para o qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso pede urgência, que pretende retirar da grande maioria dos municípios a titularidade dos serviços de saneamento básico.

Nesse caso, os municípios de regiões metropolitanas, como é o caso de Belo Horizonte, perderiam a titularidade, dada pela Constituição Federal, de ser os responsáveis pelo saneamento básico em seus municípios. Estranhamente, o Governo Itamar Franco, que se diz oposição ao Fernando Henrique, espera que isso aconteça, até para que o acordo entre a COPASA e Belo Horizonte seja feito, mesmo com prejuízo para o município e para a Grande BH, diga-se de passagem - nesse caso, para o fortalecimento da COPASA em detrimento do Município de Belo Horizonte.

Mas esse não é apenas o caso de Belo Horizonte; esse projeto, trabalhando para a privatização, vai prejudicar todos os grandes municípios e os pequenos que têm a titularidade da concessão para empresas de saneamento. Não é uma experiência nova; é o mesmo modelo de privatização e empresas de saneamento feito no Chile, com tremendo insucesso, pois o país está em situação de calamidade no que diz respeito ao saneamento. E o Governo do Sr. Fernando Henrique, que não aprende com as lições que o neoliberalismo aplica nos países vizinhos, também quer impor o modelo de privatização aos municípios brasileiros. Então, quero deixar claro, quando discutimos a política de saneamento básico, que nada temos a ver com o modelo que está proposto pelo PSDB, pelo Governo de Fernando Henrique, de enfraquecimento dos municípios para forçar a privatização, que é a sua política. Pelo contrário.

Mas aqui, por incrível que pareça, o Governo Federal e o Estadual se dão as mãos, tanto no objetivo de enfraquecer os municípios, no que diz respeito à política de saneamento, como na característica comum de esvaziamento dos fundos, oriundo já do Governo Azeredo - e, agora, o Governo Itamar, que, no início, criticou, faz a mesma coisa.

Então, gostaria de fazer essa distinção, até para mostrar que procuramos um diálogo com o Governo, sim, mas para garantir uma política estadual de saneamento básico em curto, médio e longo prazos, que seja favorável ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, quero agradecer a oportunidade e, mais do que apenas colaborar com sua reflexão, trazer à tona algumas questões que foram colocadas nos debates, para que, em sua conclusão, quem nos ouve e os Deputados presentes possam trabalhar apenas com algumas variáveis em uma situação complexa. A situação não é simples, como tem sido tratada aqui, tomando algumas dessas variáveis.

Há muito tempo, o PT está batalhando para que o Estado de Minas Gerais tenha uma política de saneamento. E temos tido colaboração de setores importantíssimos da área de saneamento. Quero me reportar a 1991 e 1992, quando iniciamos, na Assembléia Legislativa, uma grande discussão sobre saneamento básico e fizemos um seminário, com a presença de mais de 30 entidades ligadas à área, do qual resultou uma lei que criou a política estadual de saneamento de Minas Gerais e a lei do Fundo Estadual de Saneamento Básico. Nessa lei, estão expressas as diretrizes para se praticar uma ação de saneamento de maneira planejada, consistente e transparente. Propusemos até que o Governo criasse o Conselho Estadual de Saneamento Básico como instrumento de deliberação e de acompanhamento da implementação da política estadual de saneamento em Minas Gerais.

E a colocação do Deputado Rogério Correia é muito importante, porque pode estar parecendo que há um contraponto entre alguém que fez muito bem e alguém que quer fazer muito melhor. Na verdade, há falha desde o momento em que a lei foi votada, mas não foi assumida pelos Governos - infelizmente, essa tem sido a prática de sucessivos Governos, que escolhem algumas leis para cumprir, quando de seu interesse, e rejeitam outras. Por exemplo, o Fundo Estadual de Saneamento, que, àquela época, era interessante para o Governo Azeredo, foi regulamentado, de acordo com a previsão e sua determinação. No entanto, a lei que criou a política estadual, que previa o Conselho Estadual e o Plano Estadual de Saneamento, não foi regulamentada até hoje, nem pelo Governo passado, nem pelo atual.

É importante chamar a atenção para isso, porque vem o Deputado Luiz Tadeu Leite dizendo que agora fala em nome do povo mineiro e que toda oposição e toda crítica que se faz, aparentemente, causam prejuízo para os mineiros. Não é verdade isso. É preciso também analisarmos o que tem sido debatido aqui e nesse debate nos identificamos muito, apesar das diferenças. O que é fundamental é que os recursos públicos são públicos; então, que os recursos para saneamento sejam alocados de maneira transparente e utilizados para servir ao interesse do povo de Minas. Isso é que é importante. Dizer que vai servir, dizer que o Governo é honesto, não é suficiente. Não é suficiente dizer que o Governo ou o Governador é muito honesto. Não adianta olhar para Brasília, um olhar a distância, e até convocar o Exército para combater a corrupção, se estamos pisando sobre o mesmo pântano, onde, por deficiência de aplicação das leis, corremos o risco de estar identificando e testemunhando sucessivas práticas de corrupção.

Olhem o que está acontecendo no Estado! Quantas denúncias têm sido feitas e quantas provas têm sido levantadas sobre práticas de corrupção! E não estou dizendo isso olhando para o Governo Itamar Franco, mas sob a perspectiva de que também precisamos tomar esse cuidado. Precisamos cuidar das práticas de administração pública. E, muito mais importante do que a afirmação de que um Governo ou governante é honesto, é realmente criar e cumprir os mecanismos que estão muito claramente estabelecidos na Constituição de nosso Estado e do País, segundo os princípios da transparência, da publicidade, da razoabilidade, da competência. Se praticarmos isso - e sinto que todos estamos discutindo nesse sentido - esse será o grande salto de qualidade que este Governo pode dar agora. Não adianta ficar no contraponto e na pressa aparente de que, se não votarmos, o prejuízo será muito grande. O que é importante é que avancemos. Avancamos um pouco, mas é preciso que avancemos muito mais para constituirmos aqui mecanismos de controle e de práticas capazes de fazer com que esses recursos deem os melhores resultados em prol do saneamento, tão necessário em Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Apenas para terminar, porque meu tempo está esgotado, quero afirmar que o objetivo do PT é tentar que, a partir desta discussão, possamos avançar na produção de uma política de saneamento básico para o Estado, o que até agora não foi feito. Existem vários problemas e precisamos democratizar a COPASA, além de impedir a sua privatização, que é objetivo claro também do Governo Federal para com as empresas de saneamento. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, assomo a esta tribuna em nome dos companheiros do PSDB, a pedido da Liderança da Minoria, bem exercida pelo nosso companheiro, Deputado João Leite, para responder a algumas observações feitas pelo Líder do Governo e, ao mesmo tempo, ratificar posicionamentos assumidos pela nossa bancada neste período em que a Assembléia vive momentos de obstrução. Estamos, juntamente com o PFL e com alguns integrantes do PT, fazendo obstrução ao Projeto SOMMA. Isso tem feito com que a Casa fique parada. Não concordamos, de forma alguma, com as observações do Deputado Luiz Tadeu Leite, que disse que a Oposição está fazendo oposição por oposição. Que bobagem! É o Governo dono da verdade? Eles é que estão sendo governo por governo. Esqueceram-se da sociedade e do povo mineiro. Estão preocupados com as benesses que o Governo pode dar a eles. Isso sim! Nós é que estamos aqui, distantes dessas benesses, longe do Governo, mas perto do povo e da sociedade. Essa é a verdade. Não estamos fazendo média, como disse o Deputado Luiz Tadeu Leite. Ao contrário. Estamos suando a camisa, para que parlamentares do Governo cumpram sua obrigação, ou seja, que venham a este Plenário dar quórum para a votação. Vários estão honrando o seu mandato com dignidade, mas muitos não estão. É preciso deixar claro que a bancada da Oposição está fazendo oposição democrática, querendo o debate. Após um mês e meio de obstrução e de lutas, o Governo quer dar alguma explicação. O nosso trabalho já está funcionando, e o Governo começa a se movimentar para tentar explicar, para tentar convencer. Desejamos o debate, o embate de idéias, a fim de buscarmos um entendimento e a melhor proposta. Estamos numa sinfonia de uma nota só. É a Oposição que fala, que reclama e argumenta, mas o Governo fica calado, tentando manobras. Colocaram o veto ao projeto da UEMG em último lugar na pauta. Por quê? Para tentar ludibriar os estudantes que estavam nas galerias, fazendo com que eles, por não entenderem o Regimento Interno - e não têm essa obrigação -, pressionassem o Plenário a votar tudo de qualquer jeito, chegando-se, assim, ao projeto que lhes interessa. Por que colocar em último lugar, se estão todos, regimentalmente, na mesma situação? Por que não foi colocado em primeiro lugar na pauta? Não concordamos com tais procedimentos. Reagiremos contra essas manobras.

Vamos utilizar o Regimento Interno. A questão do SOMMA é confusa. A todo o momento, ouvimos uma argumentação diferente. O dinheiro é do caixa único, sempre foi. Mas os recursos foram gastos ilegalmente com coisas não permitidas pela lei. O Governo adquiriu títulos do Tesouro Nacional com recursos do Fundo - R\$100.000.000,00 -, gastando-os não se sabe como. Lanço um desafio ao Líder do Governo: traga o número dos títulos adquiridos junto ao Governo Federal, as transações feitas e quanto o Governo apurou com a transação da venda dos títulos. Prove que não houve desvio e estaremos prontos para votar. Enquanto os fatos não estiverem transparentes, enquanto a CPI, que é controlada por Deputados do Governo, levantar suspeitas com relação ao SOMMA, enfim, enquanto essa questão não estiver transparente, não venham pedir à Oposição a anuência que o Governo quer dar com seus companheiros, porque preferimos estar com o povo mineiro na luta pela transparência, pela honestidade e pela ética. E não apenas com discursos na tribuna. Estamos usando o nosso discurso não só para levar a mensagem ao povo mineiro, mas estamos praticando aquilo sobre o qual o Governo de Minas gosta de falar, mas pouco pratica.

O Deputado João Leite (em aparte) - Estou acompanhando atentamente o seu belo pronunciamento, colocando a verdade, colocando os fatos nos seus devidos lugares. Fomos acusados de retóricos e sofistas, mas V. Exa. traz a verdade. Qual é a verdade? Um dos Deputados, utilizando a palavra, referiu-se ao Substitutivo nº 7. No entanto, não disse a verdade ao telespectador da TV Assembléia, aos outros Deputados e àqueles que acompanham esses debates, ou seja, o Projeto de Lei nº 1.271/2000 propõe a extinção do SOMMA. Mas o Substitutivo nº 7 do relator, Líder do Governo, não trata somente da extinção desse projeto, extingue o SOMMA, o PROSAM, o FUNDEURB e o FESB. E ainda querem nos dizer que esse substitutivo, apresentado no dia 13 de março, refere-se àquele mesmo projeto? Ora, isso é que é fálacia e sofisma. Creio que V. Exa. está sendo feliz nas suas palavras, mostrando a verdade a este Plenário.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras de V. Exa., sempre com essa inteligência e essa astúcia, trazendo contribuição importante para que as questões venham à tona. Não vamos nos curvar a esse tipo de conversa. Esse argumento de que se vai parar de favorecer município no interior, essa conversa de que se quer resolver os problemas dos municípios, é a última questão com que o Governo está preocupado. O Governo, na verdade, lançou mão de recursos que foram adquiridos do Fundo junto a títulos do Tesouro Nacional. Fizeram transações com esse dinheiro. São R\$100.000.000,00. Tinham que utilizar, por lei, esses recursos para capitalizar o programa, e não capitalizaram. Gastaram esse dinheiro indevidamente e agora precisam dessa lei para regularizar a lambança financeira e contábil do Tesouro para poder prestar contas diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, que agora é dura e impõe como crime erros e atos errôneos praticados pelo administrador. O Governo está "correndo atrás do prejuízo": quer um ato "ad referendum" desta Casa para poder passar a borracha na bagunça que foi feita no passado, utilizando indevidamente recursos, com títulos adquiridos pelo Fundo, mas que não foram utilizados para capitalizá-lo. E agora vem com essa conversa de que está preocupado com os municípios. Há dois anos o Governo está aí; há dois anos esse Fundo está aí. Vem agora o Governo Itamar Franco dizer que está esperando o dinheiro do BIRD; logo um Governo que declarou a moratória, que é contra o endividamento, que brigou com todos para dizer que não aceitava tudo isso. Que conversa fiada é essa? É uma conversa completamente diferente da prática. O Governo fala uma coisa e pratica outra. Não concordamos com isso.

Estamos aqui para reagir com relação à palavra do Líder do Governo, não com relação à questão do SOMMA - o Governo tem uma posição, e temos a nossa -, mas estamos aqui para reagir e reagiremos sempre quando parcelas do Governo tentarem dizer que a Oposição está trabalhando contra os interesses do povo de Minas. Isso não é verdade. O fato de estar apoiando o Governo não garante que ações do Governo sejam ações boas em favor de Minas e do povo. Não! O fato de estar ao lado do Governo não garante nada disso. E temos visto que o Governo atual não tem trazido benefícios ao povo mineiro. Tem trazido manchetes em jornais, brigas, escândalos, demissões. É muito espaço na mídia, mas, de ações concretas, quase nada. Não vemos ação efetiva na área de saúde. A saúde do Estado está em pandarecos. Sobre a educação, só há reclamação, não há coordenação, não há desenvolvimento. O saneamento básico está uma bagunça. Está aí a febre amarela em Minas. Estados propícios a isso, e os Estados do Norte, que têm matas, estão isentos da febre amarela. Reclama-se que o Governo Federal não cuida das estradas, mas o que Minas está fazendo com as estradas estaduais? As estradas estaduais, onde nem assaltos há, não estão recebendo nem patrulhas do Estado. Se não fossem as Prefeituras do interior, a polícia não teria nem combustível para correr atrás de ladrão. A EMATER está sendo liquidada. Se as Prefeituras não pagarem, a EMATER não funciona. É um Governo que vende serviço às Prefeituras e agora vem dizer que é um grande Governo, que está realizando grandes coisas e que, se esse projeto não for votado, vão-se prejudicar dezenas de municípios. Isso é fálacia, é conversa fiada.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Obrigada, Deputado Antônio Carlos Andrada. Usarei este microfone e voltarei quantas vezes forem necessárias, não para rebater, mas para discutir e colocar bem claro para a população mineira o discurso do Deputado Luiz Tadeu Leite no que diz respeito a Bocaiúva. A nossa Bocaiúva, que foi beneficiada com R\$1.400.000,00 do Fundo SOMMA, viu mudanças e redes de esgoto serem implantadas mais do que foram realizadas pelos três últimos Prefeitos juntos, entre eles o atual. Estranhamente ver o Deputado Luiz Tadeu Leite vir a essa tribuna para dizer que o Prefeito está em seu gabinete para fazer denúncias. Que pena! Gostaria de ver esse Prefeito em seu gabinete, no Governo do Estado, pedindo obras e benefícios para a população de Bocaiúva, que lá se encontra precisando retomar as suas políticas sociais. Não é nenhuma bandeira dele vir à Casa para falar do SOMMA de Bocaiúva.

Quando houve a denúncia do Vereador - e aqui se encontra o Presidente em exercício, Deputado Wanderley Ávila, também votado na cidade, que acompanhou a implantação do projeto e impediu a fiscalização e a vistoria aos Deputados Rémolo Aloise e João Paulo -, fomos nós, a Deputada Elbe Brandão, que esteve, foi e é votada em Bocaiúva pelo grupo do Prefeito Ricardo Veloso, e o Deputado Wanderley Ávila. Nós é que queremos que a apuração vá lá. Nós, da mesma forma que o Vereador veio fazer denúncias sem procedência, queremos o aval de que o Prefeito foi correto, a obra foi feita, os recursos foram aplicados e o benefício lá se encontra para a população.

Chega de querer usar o povo de Minas Gerais como instrumento para fazerem as coisas rolarem como rolo compressor. No passado, já houve momentos em que isso aconteceu na Casa. Que bom que o Poder Legislativo amadureceu! E aqui vale ressaltar que, na Liderança do Deputado Alberto Pinto Coelho, havia discussões, sim. Não diria que somos oposição ao Governo Itamar Franco. Estamos exercendo o nosso papel de Deputados. Não estamos aqui para ser contra nem a favor do Governo, mas para exercer a nossa função, que se encontra na Constituição.

O Governador Itamar Franco disse que nunca havia tido o Governo do lado, mas que nunca havia perdido eleição, porque sempre tinha trabalhado naquilo em que acreditava. Acredito que a sua base de Governo não tem consciência e é "puxa-saco" em excesso. Não sei por que vem agredindo as pessoas e expondo as questões de forma muito complicada. É necessário haver instrumentos de prova legal.

Quero tempo - e o terei - para ler a carta do Prefeito com os argumentos do SOMMA de Bocaiúva. Quero acompanhar a missão da Assembléia, em Bocaiúva, para ver a situação de perto. Trocaram até nomes de ruas para poderem fazer suas denúncias. É possível que nem conheçam o Município de Bocaiúva, porque trocaram a Rua Joaquim Félix por Rua Joaquim Feliz. Que pena que não souberam apanhar o projeto e ver o que era previsto e devia ser feito. São 16 itens. De maneira que não vou tomar o seu tempo para detalhá-los.

Quero estar na CPI, onde já estive com o Deputado Luiz Tadeu Leite, que neste momento chega ao Plenário. Presidente, relator e nós, Deputados, vamos debater a questão na CPI, porque não é o Prefeito Ricardo Veloso e sua equipe que estão se furtando de mostrar a verdade. Teremos que ter muito cuidado quando fizermos denúncias sobre pessoas. Temos de investigar e ver exaustivamente a documentação para ver o que está certo ou errado. Depois desses procedimentos, poderemos fazer julgamento. Agradeço o aparte.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o aparte de V. Exa., que trouxe também importante contribuição, enfocando aspectos da sua região, que tão bem conhece.

Sr. Presidente, a Oposição, na Casa, nunca se furtou ao entendimento nem foi empecilho nesta legislatura. Ao contrário, se a Casa funcionou harmoniosamente, nos últimos dois anos, foi porque houve entendimento com a Oposição. Não queira o Governo, como o fizeram alguns de seus representantes, dizer que "façam a votação na hora em que quiserem". Não queiram colocar aqui o rolo compressor. O rolo pode funcionar, porque o Governo tem maioria, mas vai ter que valer essa maioria, porque a Oposição, tenho certeza, vai utilizar os seus instrumentos.

Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por falta de "quorum".

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/3/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.954, de 2000, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

nomeando Elpidio Gomes Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Dyrant Bahmed Ferraz do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa do Consumidor;

exonerando Elpidio Gomes Braga do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, Vice-Líder do PTB;

exonerando Renato Alves Pereira do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa do Consumidor;

nomeando Ronaldo de Azevedo Carvalho para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, Vice-Líder do PTB.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Cláudio Lúcio de Magalhães Silveira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício na Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CIPE.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Eduardo Memória Soares de Matos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Maria de Fatima Queiroz do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Pedro Cunha de Castro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Eduardo Memória Soares de Matos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria de Fatima Queiroz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Pedro Cunha de Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Raimundo Delfino Mota para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Luiz Sávio de Souza Cruz, matrícula 1832-5, no período de 5/3/2001 a 19/3/2001.

Mesa da Assembléia, 23 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Paulolino Pereira. Objeto: prestação de serviços de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação. Vigência: 6 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 3132 (301).

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2001

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/4/2001, às 14 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 3/2001, destinada à aquisição de diversos papéis.

O edital poderá ser adquirido no endereço mencionado, mediante o pagamento da importância não reembolsável de R\$1,00 (um real).

Belo Horizonte, 27 de março de 2001.

Sérgio José Barcelos, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 4/2000

Objeto: contratação de empresa, pelo período de doze meses, para a prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo da Área de Rádio e Televisão da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Mesa da Assembléia, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, com base nos fundamentos constantes de sua decisão datada de 20/3/2001, decidiu pela revogação da licitação em epígrafe, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.